UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FLAVIO TITO CUNDARI DA ROCHA SANTOS

ESCREVER, VERBO INTRANSITIVO:
ASCENSÃO E OCASO DE UMA MESTRIA EPISTOLAR ENTRE
LITERATOS BRASILEIROS

São Paulo
2015

FLAVIO TITO CUNDARI DA ROCHA SANTOS

**ESCREVER, VERBO INTRANSITIVO:
ASCENSÃO E OCASO DE UMA MESTRIA EPISTOLAR ENTRE
LITERATOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Educação

Área de concentração: Filosofia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

**São Paulo
2015**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
808.86
S237e | Santos, Flavio Tito Cundari da Rocha
Escrever, verbo intransitivo: ascensão e ocaso de uma mestria epistolar
entre literatos brasileiros/ Flavio Tito Cundari da Rocha Santos; orientação
Julio Groppa Aquino. São Paulo: s. n., 2015.
111 p.; apêndices

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração: Filosofia da Educação) - - Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo.

1. Escrita 2. Mestria 3. Epistolografia 4. Literatura brasileira
5. Escritores 6. Foucault, Michel I. Aquino, Julio Groppa, orient. |
|-----------------|---|
-

Nome: Santos, Flavio Tito Cundari da Rocha

Título: Escrever, verbo intransitivo: ascensão e ocaso de uma mestria epistolar entre literatos brasileiros

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Ao meu pai,
o primeiro a me falar da ficção que habita nosso real.
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

A investigação ora iniciada só se pôde realizar pela interlocução qualificada e fraterna dos amigos da Faculdade de Educação, em especial daqueles reunidos no *grupo*. Leitores argutos e honestos, tais amigos não deixaram passar impunemente as muitas incongruências que antes povoavam essa dissertação, os quais esperamos já não se contarem mais entre os desarranjos que porventura possam ser nela apontados.

Refiro-me a Ana Paula Chaves, Claudia Calixto, Elisa Vieira, Darian Rabbani, Fabio Zanoni, Gisela do Val, Guilherme Oliveira, Juliana Jardim, Luiz Paulo Pimentel, Marcelo Rito, Sandy Pessonnia, Sidmar Gomes, Taís Patrício e muitos outros que passaram por nossa *confraria* ou estão chegando. Cada um a sua maneira e em diferentes momentos ajudou-me a viver a experiência acadêmica como algo de fato transformador. A Silas Sampaio, também do grupo, o agradecimento se faz acompanhar de uma celebração pelo fim do ciclo que iniciamos e, agora, encerramos juntos.

Não poderia passar por essa seção de agradecimentos, sem mencionar o Prof. Marcos Antonio de Moraes, do IEB, de sugestões tão valiosas, bem como os amigos do arquivo do IEB que tanto me auxiliaram na trabalhosa exploração do arquivo epistolar de Mário de Andrade. Assim também o é quanto às professoras Cintya Ribeiro e Fabiana Jardim, a quem agradeço pela atenção e solicitude.

No Rio de Janeiro, imerso no arquivo da ABL, a ajuda veio de Irene Moutinho, figura ímpar, cujas histórias vivificaram em mim a experiência literária de Machado de Assis e seus contemporâneos.

O convívio inspirador e inquietante com Daniel Azevedo, Tatiana Prieto, Tiago Fuoco, Ilunga Kabengele, Thais Milano, Luiza Marini, Bruna Barros, Guilherme Sanchez e Rosa Mota, por sua vez, leva-me a expressar, aqui, meus mais sinceros agradecimentos a todos eles. O mesmo vale para os amigos da Beit Yaacov.

À Mayra Donini, de cuidado e afeto inestimáveis, agradeço da mesma maneira.

Pelo companheirismo de todas as horas, incluo todos os meus amigos do Departamento de História da USP, os quais não me atrevo a nomear por medo de esquecer alguém. Com ou sem seus nomes aqui, eles sabem que estão contados entre meus melhores amigos.

A minha família, em especial a minha mãe e a meus irmãos (Marcus, Caio e Cesar), o agradecimento emocionado é por não cessarem de me oferecer aquilo que, na falta de palavra melhor, chamo de lar.

Por fim, agradeço àquele sem o qual eu, provavelmente, nem teria enveredado pela seara acadêmica, a saber, Julio Groppa Aquino, meu orientador. Professor de todas as horas, foi quem me ensinou que, na vida como nas cartas, o encontro entre mais velhos e mais novos não é da ordem do instante, mas do tempo estendido, falando-se agora para ser ouvido mais tarde, quando um e o outro já não partilham mais da relação. Fico feliz que esteja aqui agora, Julio, para saber de minha gratidão.

SUMÁRIO

Apresentação	1
1. Entre o aprendizado e a indiscrição: a experiência literária na Modernidade.....	6
1.1. A atualidade do mestre	6
1.2. A experiência dos literatos.....	13
2. A formação dos literatos como problema educativo.....	22
2.1. A chegada dos <i>pardais novos</i>	22
2.2. Escritores de si mesmos	27
2.3. Do cuidado de si ao cuidado com a verdade	33
3. A carta como continente educativo: prática do passado, arquivo do presente.....	38
3.1. A epistolografia nos estudos educacionais	44
3.2. Textos e paratextos: uma leitura das cartas pela crítica literária	46
3.3. Da materialidade do discurso: <i>a arqueologia</i> de Michel Foucault.....	52
3.4. O arquivo epistolar dos literatos.....	58
4. A vida como obra: uma análise das cartas de formação	63
4.1. A mestria como crítica	63
4.2. Uma sociedade de escritores e mestres.....	70
4.3. A vida pensada: literatura e amor	78
4.4. A vida transformada: inspiração, transpiração, espontaneidade.....	84
5. Contra a literatura: da potência à improbabilidade da escrita.....	90
Epílogo	99
Fontes	100
Referências.....	105
Apêndice I – Correspondências de Machado de Assis	108
Apêndice II – Correspondências de Mário de Andrade.....	109
Apêndice III – Literatos de referência e suas correspondências	111

Resumo

SANTOS, Flavio Tito Cundari da Rocha. **Escrever, verbo intransitivo**: ascensão e ocaso de uma mestria epistolar entre literatos brasileiros. 2015. 109f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente dissertação trata da formação de jovens literatos brasileiros, por meio das cartas trocadas por 42 deles com Machado de Assis e Mário de Andrade, as quais, somadas, compuseram um arquivo de 1444 documentos, cobrindo o período de 82 anos de comunicação epistolar. Valendo-nos das contribuições teóricas de Michel Foucault e de outros pensadores pós-estruturalistas, tomamos a educação operada pelas missivas como ocasião de uma experiência capaz não apenas de ordenar a escrita dos iniciantes conforme critérios literários específicos, mas também de incitar determinados modos de subjetivação atinentes a uma presumida vida literária. Tendo isso em vista, confrontamos diferentes correntes de estudos epistolográficos – como os de crítica genética e também os que versam sobre a escrita de si –, de modo a estabelecer um procedimento atento não ao processo criativo, este decorrente do par analítico autor/obra, mas às práticas conformadoras da relação entre o sujeito que escreve e os ditames instituintes da escrita literária, tal como esta é aqui compreendida. A análise do material epistolar foi levada a cabo com base em quatro eixos temáticos: 1) a relação entre mestria literária e crítica; 2) a importância dos grupos literários para a formação dos jovens escritores; 3) o embate dos aspirantes com uma suposta vida ideal de literato; 4) os debates em torno das noções de inspiração e de espontaneidade na produção literária. Assim, pudemos configurar um quadro diferencial entre uma mestria oitocentista, direcionada primordialmente ao desenvolvimento de uma técnica e de uma estética literárias específicas, e uma novecentista, para a qual o desenvolvimento técnico-estético dos discípulos não era condição suficiente para sua formação literária, fazendo-se necessária a transformação subjetiva dos escritores. Ademais, pudemos delimitar o papel dos grupos no estabelecimento de elos comuns entre os pares e na consequente divisão de escritores literários e não literários, bem como a constituição, no século XX, de uma relação ética com a escrita pautada na crítica contínua, dando lugar a uma escrita intransitiva, para além da pontualidade da própria obra. Após tal percurso, foi-nos possível vincular a derrocada do gesto educativo, a cargo da figura do mestre literato e atrelado ao cuidado com o outro, à potencialização de um caráter ensimesmado do trabalho escritural, doravante praticado em termos de uma narrativa de si edificante e sempre por se completar, redundando não somente no apagamento do mestre, mas também na perpetuação de uma formação por toda a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita; Mestria; Epistolografia; Literatura brasileira; Escritores; Michel Foucault

Abstract

SANTOS, Flavio Tito Cundari da Rocha. **To write, intransitive verb**: rise and fall of an epistolary mastery amongst brazilian writers. 2015. 109f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This dissertation addresses the apprenticeship of forty-two young Brazilian writers through letters exchanged with the writers Machado de Assis and Mário de Andrade, which, together compose a file of 1444 documents covering over eighty-two years of epistolary communication. Drawing on the theoretical contributions of Michel Foucault and others poststructuralist thinkers, we take the education transmitted through the missives as an occasion for an experience that not only organizes the writing of beginners according to specific literary criteria, but also incites certain forms of subjectivity relating to an alleged literary life. Considering this, we confront different lines of epistolographical studies, such as genetic criticism, and those who deal with self writing, in order to establish a procedure focused not on the creative process – the result of the analytical pair author/work – but on practices that form the relationship between he who writes and the instituting precepts of literary writing, as it is here understood. The analysis of the epistolary material was carried out based on four themes: 1) the relationship between literary mastery and criticism; 2) the importance of literary groups for the formation of young writers; 3) the struggle of novice writers with an ideal vision of life as a writer; 4) the debates around the notions of inspiration and spontaneity in writing. Thus, we were able to portray a picture that differentiates the eighteenth-century mastery, directed primarily at the development of a technique and a specific literary aesthetics, and a nineteenth-century mastery, for which the technical and aesthetic development of the disciples was not sufficient for their literary basis, without the subjective transformation of the writer. Furthermore, we defined the role of groups in establishing common links among peers and the consequent division between literary and non-literary writers, as well as the constitution, in the twentieth century, of an ethical relationship to writing guided by the continuous criticism, giving way to intransitive writing, beyond the time of the work itself. Following this route, we were able to connect the collapse of the educational gesture, where the literary master is in charge and vested in the care of the other, to the empowerment of a brooding character in the writing process, now practiced in terms of a never ending uplifting narrative of the self, resulting not only in the removal of the master role, but also in the perpetuation of a lifelong education.

KEYWORDS: Writing; Mastery; Epistolography; Brazilian literature; Writers; Michel Foucault

APRESENTAÇÃO

Há uma frase do Machado que me bate sempre na memória. ‘Alguma coisa é preciso sacrificar’. Eu me sacrifico...

Mário de Andrade

O texto que segue provém de uma investigação acerca das relações de governo estabelecidas por meio e em torno da escrita literária, as quais se vêm afirmando no Brasil desde o final do século XIX. Tal análise toma, como ponto de partida, alguns discursos contemporâneos sobre o âmbito privado das vidas dos literatos, com o intuito de questionar a proverbialidade com que se enaltecem tanto os textos taxados de literários, quanto as vidas de seus responsáveis. Conforme a discursividade em questão, haveria autores dos mais variados tipos – tímidos, desvairados, violentos, boêmios, solitários etc. –, mas todos eles portariam uma identidade comum: a de *escritor*. Esta, para além de seus caracteres distintivos, teria assumido, ao longo da Modernidade, uma definição que se vincula a certo exotismo e a um modo de vida de diuturna diferenciação em relação aos demais.

À construção dessa imagem associaram-se análises famosas, como a de Walter Benjamin sobre Charles Baudelaire (2000), em que o poeta francês ocupa, de forma plástica e farsesca, o lugar vacante do herói romântico. Reúne-se a ela, de modo a endossar os enunciados sobre a especificidade de uma vida de literato, o Franz Kafka de Maurice Blanchot (1997), para quem nada haveria de mais importante do que a literatura. Em tempos mais recentes, mostrou-se possível tomar o próprio Blanchot, misterioso e avesso a aparições públicas, como modelo da excentricidade que contorna os que tomam por ofício a escrita, ou Raduan Nassar, de quem nunca se aceitou, por completo, a decisão de abandonar a produção literária em favor da criação de galinhas (CARIELLO, 2012).

A cisão entre os modos de vida de quem escreve literatura e os das demais pessoas, podendo ser tomada como curiosa ou mesmo inspiradora por alguns, desponta a nós como mote investigativo, já que, associados a ela, muitos discursos conformadores de modos de vida específicos, bem como as práticas que os reforçam, são difundidos. Em discussões acaloradas sobre quem deve ser o detentor legal do acervo pessoal de um escritor falecido, ou nos embates éticos daqueles que publicam as cartas recebidas de um literato, contra a vontade deste, julgando serem por demais valiosas para permanecerem guardadas, reside a força da ideia de que a intimidade dos literatos, não estando na ordem comum da existência, teria um potencial pedagógico ou, no limite, reformador sobre as vidas daqueles que com ela

trava contato. Daí nossa premissa de que muitas publicações envolvendo narrativas privadas de literatos, sejam epistolográficas ou biográficas, são tomadas não apenas como mero deleite para os leitores, mas também como referenciais para o complemento de uma suposta educação não formal. Nesse caso, teriam função parecida com aquela atribuída à literatura em si, cuja importância na formação ético-estética do indivíduo foi por muitos assinalada ao longo do último século (CANDIDO, 2004; COMPAGNON, 2009; SIEGEL, 2013).

Em meio a esse quadro geral, tratamos aqui das correspondências trocadas por jovens literatos e escritores reverenciados, fruto de uma prática corriqueira ao menos desde Machado de Assis, e ora intituladas *cartas de formação*. Tais documentos, tendo dado origem a diversos estudos literários, foram usualmente descritos como suporte de certo tipo de mestria, em que se versava não exclusivamente sobre a produção escrita dos autores, mas também sobre as escolhas pessoais dos destinatários, sobre o modo como estes relacionavam-se consigo próprios, sobre as experiências pelas quais deveriam passar etc. (MORAES, 2007a; ANDRADE, SABINO, 2003; RIBAS, 2008).

Entre os estudos centrados nas cartas em voga, destacam-se os de crítica genética e também aqueles ordenados a reboque da noção de *escrita de si*, esta tomada de empréstimo dos estudos de Michel Foucault sobre o mundo clássico, de modo a caracterizar certo *éthos* autobiográfico que regeria o fazer escritural dos literatos na Modernidade. Os primeiros, tomando as cartas como arquivo da criação literária, fonte histórica das relações entre escritores e empiria para análises de viés biográfico, embasam muitos dos projetos editoriais responsáveis por tornar públicas as cartas e demais documentos pessoais de literatos (MORAES, 2007b). Já os demais, situados em torno do âmbito ético da escrita dos literatos, colaboraram para promover uma resignificação das cartas que, mesmo tendo sido concebidas no interior de um diálogo pontual, prestar-se-iam doravante a ensinamentos de que qualquer um se poderia servir.

Referida apropriação contemporânea do arquivo epistolar de escritores literários, visto nos implicar a todos, literatos ou não, torna esse tipo de empiria e a formação por ela operada, objetos axiais de nossa investigação. Para tanto, dispusemo-nos a analisar um conjunto de 1444 cartas trocadas entre 42 aspirantes a escritor e Machado de Assis, bem como Mário de Andrade, sendo a escolha desses dois literatos justificada por ambos terem acumulado, ao longo dos anos, um grande séquito de jovens admiradores que buscaram se valer de sua orientação por meio das cartas. O período recoberto pelas cartas, de 82 anos, por sua vez, foi pródigo em nos apresentar os deslocamentos que foram redefinindo essas relações educativas ao longo do tempo, dando a ver a inexistência de um modelo

pedagógico uniforme; antes, pôde-se apurar a manutenção, no interior do campo literário, de certo nexos educativo, tão constante quanto fluído, a organizar práticas diferentes ou mesmo, em alguns casos, divergentes.

A empreitada acima descrita inscreve-se em um horizonte problematizador maior, do qual outras investigações levadas a cabo no mesmo grupo de pesquisa de que fazemos parte tentam dar conta. Sediado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e sob a orientação do Prof. Dr. Julio Groppa Aquino, o grupo em questão congrega estudos sobre diferentes práticas/experiências de educação contemporâneas, as quais, ora prescindindo da escola, ora não, ecoam nos mais variados aspectos da vida dos indivíduos. Trata-se, assim, de estudos reunidos pela hipótese geral de que experimentamos, nos dias de hoje, um intenso processo de *educacionalização* dos modos de vida, efetivando-se de diferentes maneiras.

O referencial analítico de base genealógica não nos encaminha a tecer qualquer juízo de valor sobre esses acontecimentos e tampouco suscita que proponhamos a substituição dos modos de educação vigentes por outros, já conhecidos de antemão. O trabalho investigativo vê-se, no entanto, delimitado por um horizonte teórico-metodológico bem claro: trata-se do gesto arqueogenealógico descrito por Foucault (2006a; 2012), o qual visa manter sob suspeita os regimes de veridicção em que se engendram afirmações peremptórias sobre a vida, como se se tratasse de matéria essencialista e, portanto, inequívoca. Em conformidade a tal premissa, o papel da presente investigação é o de demonstrar que a literatura que ora nos soa como *a escrita verdadeira* e necessária a uma existência completa, porta um passado incapaz de fundamentá-la como tal. Trata-se, em suma, de fomentar um horizonte de pensamento refratário à arbitrariedade impositiva de tal atribuição.

Para tanto, rompeu-se, aqui, com a noção de uma formação em escrita centrada em torno da criação literária, atinando para discursos e práticas que, tendo pouco ou nada a ver com o ato escritural, participaram da educação dos correspondentes contribuindo não para o desenvolvimento de sua técnica, mas para a adaptação de sua vida àquilo que se supunha ser o ideal para um escritor. Desse modo, a narrativa apresentada prescindiu do par autor/obra, caro à crítica genética e a muitas outras correntes de estudo que até então se valeram das cartas de escritores como fonte, em favor do binômio escritor/escrita, mais abrangente e que supomos poder explicar não a obra, mas a subjetivação do literato por meio do que lhe era apresentado pelo mestre.

Sendo assim, por meio da análise das cartas, foi-nos dado ver menos uma prática educativa própria do fazer literário, e mais o engendramento de modos diferentes de se

conceber a escrita e a formação dos escritores. Ao fim, vimo-nos confrontados com uma história de tais modos, permitindo atestar a emergência e o declínio de uma mestria ético-epistolar, cujo ápice teria ocorrido nas correspondências de Mário de Andrade, a qual estabelecia uma relação de inegável potencial transformador das existências dos seus destinatários, instando-os contra os ditames da instituição literária. A mesma experiência, entretanto, ocorrendo no interior da instituição aludida, só se pôde realizar a custo de uma relação dúbia com a prática da escrita, ora impulsionada pela recusa à literatura, ora tornada improvável em tal contexto crítico.

Nota

Não havendo um modelo consensual de remissão a cartas no corpo do texto, optamos pelo formato que elenca o último nome dos dois correspondentes separados por ponto-e-vírgula, sendo primeiro o do remetente e, por último, o do destinatário. Os nomes são seguidos pela data da missiva, conforme o modelo abaixo:

(ASSIS; AZEREDO, 14/1/1894)

Nos casos em que há mais de um correspondente com o mesmo sobrenome – caso de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade –, a indicação consta com a inicial do primeiro nome:

(M. ANDRADE; SABINO, 25/1/1942)

Os nomes completos dos correspondentes podem ser consultados nos apêndices I e II.

1. ENTRE O APRENDIZADO E A INDISCRICÃO: A EXPERIÊNCIA LITERÁRIA NA MODERNIDADE

1.1. A atualidade do mestre

Quando, em 1989, o cronista Fernando Sabino foi convidado a dar uma entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, a fim de narrar um pouco da experiência epistolar vivida junto de Mário de Andrade, já não era novidade o lugar destacado que o modernista tivera na formação de alguns escritores de sua geração. Oito anos antes, o próprio Sabino já o havia demonstrado pela publicação das missivas em *Cartas a um jovem escritor*. No mesmo ano, também as cartas enviadas por Mário de Andrade a Murilo Miranda vieram a público, pelo esforço da viúva de Miranda, a qual supunha com elas expor o “seu [de Mário] sentimento fraternal e orientador para com aquele jovem que começava uma carreira que afinal foi cheia de realizações como grande incentivador da literatura, música, teatro, balé e artes plásticas” (ANDRADE, 1981, p. 5). Em 1982, seria a vez de Carlos Drummond de Andrade publicar a correspondência passiva que nutrira com o amigo mais velho, referindo-se a ela como “o mais constante, generoso e fecundo estímulo à atividade literária, por mim recebido em toda a existência [acompanhado de] lições de comportamento humano, desvelos de assistência ao homem tímido e desarvorado” (ANDRADE; ANDRADE, 2002, p. 34). Sobreditas menções à face transformadora do trato com o articulador da Semana de Arte Moderna de 1922 somavam-se a outras tantas louvando o literato, cujas atenções dividiam-se entre a escrita e a orientação dos mais novos no ofício. A resposta de Sabino à indagação do jornalista não foi por um caminho diferente e dela vimos sair fortalecido o fascínio em torno do afamado epistológrafo.

Foi uma coisa fantástica na minha vida, foi um grande acontecimento [...] ele, com uma paciência bovina, aguentou esse rapazinho pernóstico, e desaforado, e tímido, e atrevido, que escrevia perguntando tudo, e ele se dispôs a responder tudo, todos os grandes problemas que passam pela cabeça de um quase adolescente (SABINO apud ESCOSTEGUY, 1989, s/p).

Desenhava-se a essa época, para o público comum, a imagem, já notória nos meios literários, de Mário de Andrade como alguém para quem haveria uma espécie de obrigação trazida pela maturidade, tal como ele mesmo havia enunciado: “a gente precisa ajudar esse povinho [...]. A gente já sabe mais das coisas” (Apud MORAES, 2007a, p. 34). Inspirados pela sua figura, alguns jovens de ambições literárias, após a publicação da comunicação com Sabino, motivaram-se a escrever ao mineiro, nele procurando um mentor de tipo

similar ao representado pelo poeta paulista. O episódio, relatado no depoimento em voga, além de demonstrar o encanto exercido por tal experiência educativa sobre os escritores novatos, mesmo tanto tempo depois da morte do autor de *Macunaíma*, também viria a opor as duas personalidades partícipes da célebre comunicação. Isso porque, em face da solicitação dos jovens, Sabino tomou um rumo distinto daquele defendido por Mário, recusando-se a com eles trocar cartas.

A rejeição do cronista mineiro à demanda encontrava explicação, em parte, na alegação de que ele não seria a pessoa mais indicada para orientar os remetentes; e isso por três motivos diferentes e complementares. Não seria o mais indicado para participar da correspondência, dizia ele, em primeiro lugar, por não saber como fazê-lo. “Eu não sou Mário de Andrade, eu não tenho competência para isso” (s/p). Haveria também, a corroborar sua inadequação ao posto de mentor, a consideração de que lhe faltava vontade para tanto, já que continuava, mesmo aos 66 anos, “querendo receber carta dos outros me ensinando as coisas” (s/p), em vez de ser aquele que formula conselhos. Em complemento aos argumentos apresentados, evocaria um último, mais grave ainda, explicitado no questionamento “quem sou eu para ensinar a alguém alguma coisa?” (s/p), o qual deixava patente sua dúvida não apenas quanto a conseguir transmitir seus conhecimentos a outrem, mas também quanto a ter algo relevante que transmitir. Via-se, então, triplamente impedido de prosseguir a comunicação com aqueles que a ele haviam ocorrido: não o faria pois não era capaz de ensinar, por não ter interesse em fazê-lo e porque, ao fim das contas, não dispunha de nada que pudesse ser ensinado.

Além dessa motivação para a recusa de Sabino, a qual poderíamos chamar de subjetiva por relacionar-se às condições particulares do escritor, haveria outra, a que podemos nos referir como sendo de ordem objetiva e que é citada na mesma entrevista. Tal causa, não estando restrita a um ou outro literato, explicar-se-ia pela própria condição da experiência formativa por ele vivida: *extraordinária* e, portanto, irreprodutível. Ao aludir ao caráter único do que se havia passado entre ele e o mestre, certamente não tratava tão somente de sua relação com Mário, já que sabia não ser o único a ter se valido das orientações dele. Em vez disso, somos levados a crer, Sabino tinha em mente o caráter datado daquele tipo de relação formativa que não encontrava em tempos mais recentes condições para se desenvolver.

Tal argumento não é muito esmiuçado na entrevista, mas parece fazer coro com algumas passagens do texto de apresentação que o mineiro havia escrito para *Cartas a um jovem escritor*. Na ocasião, cabendo-lhe defender a empreitada editorial, preferiu não atrelar

sua argumentação à serventia que poderia ter a leitura das cartas em dias mais atuais, mostrando-se reticente quanto à atualidade dos ensinamentos ali presentes: “relidas agora, diante dos problemas de hoje, parecem falar de um tempo morto e já sem memória, como se estivéssemos discutindo o sexo dos anjos. Que lugar ocuparia ele atualmente, na ordem das coisas?” (apud ANDRADE, 1993a, p. 10). Com isso, não queria diminuir a importância das cartas recebidas – as quais, na década de 1940, teriam representado “o que podia haver de mais precioso para um jovem que pretendesse ser escritor” (p. 9) –, mas apenas restringir seu efeito, bem como do gesto educativo do modernista, à época em que foram escritas.

O que nos chama a atenção na apresentação das cartas por Sabino não é a descrição da comunicação em si, mas o fato de que a sua, em meio às demais publicações contendo a epistolografia andradiana, tenha sido a única a pôr em questão a atualidade das ideias lá desenvolvidas. Em dissonância com o pensamento do cronista mineiro, a maioria dos editores das cartas de Mário entendiam que as discussões fomentadas pelo escritor modernista não só manteriam o vigor dos tempos passados, como teriam assumido, anos depois, relevância ainda maior, mediante a raridade de figuras plenamente dedicadas ao pensamento e à cultura. Era o que defendia Manuel Bandeira em publicação de 1958 contendo uma seleta de cartas a ele destinadas por Mário (ANDRADE, 1958).

Já Antonio Candido vislumbrou, em 1946, um futuro em que a correspondência de Mário atrairia *devotos fervorosos* e seria, quiçá, “o maior monumento do gênero, em língua portuguesa” (1990, p. 69), visto que possibilitaria uma apreensão mais ampla *da sua obra e do seu espírito*.

Nessa mesma corrente de pensamento, poderíamos incluir Drummond, que tratou *A lição do amigo*, de 1982, não somente como registro do encontro epistolar entre os dois escritores, mas também como um texto de vulto para a formação de “moços, estudantes universitários ou simples aspirantes à criação literária” (ANDRADE; ANDRADE, 2002, p. 36), que nele encontrariam “resposta a umas tantas inquietações comuns a cada geração, como inerentes à condição da mocidade, quaisquer que sejam os problemas e a face do mundo que lhes correspondam” (p. 36). Desse modo, subscreveria Bandeira ao julgar injustificada a decisão de cumprir a vontade do remetente de que as cartas permanecessem privativas.

É hoje ponto tranqüilo que o *pai* de Macunaíma não deveria mesmo ser obedecido nessa proibição rigorosa. A obediência implicaria sonegação de documentos de inegável significação para [...] os praticantes de literatura [que] perderiam com a falta de divulgação de cartas que esclarecem ou suscitam questões relevantes de crítica, estética literária e psicologia da composição (ANDRADE; ANDRADE, 2002, p. 36).

Seria natural, pois, que aqueles que admiravam o gênio do autor não se furtassem a expor o que dele haviam recebido, tanto no caso de jovens pupilos quanto de outros correspondentes, cujas cartas guardadas, pouco ou nada tendo a ver com a formação dos novatos, interessariam ainda assim por revelar mais da personalidade do criador de *Pauliceia desvairada*. É o que notamos no texto de Lygia Fernandes prefaciando um dos primeiros livros com coletânea de cartas do modernista, ao vê-la defender “que quantos possuem cartas de Mário de Andrade, versando assunto de interesse geral, não devem mantê-las em sigilo [, já que...] isso importaria em prejuízo para o estudo amplo de sua personalidade literária e humana, privando-nos, ainda, de valiosas dissertações sobre temas” (apud ANDRADE, 1968, p. 7). Já Fernando da Rocha Peres, organizador de *Correspondente contumaz: cartas a Pedro Nava* (apud ANDRADE, 1982), assevera o interesse que tais documentos podem ter para os leitores de hoje.

Hoje despontam e instigam a todos nós, principalmente aos que não o conheceram, as suas confidências, lições, indagações, fraquezas, críticas, provocações, decepções, queixas, articulações, cobranças, doenças, angústias, os seus projetos, conselhos e carões, em uma sincera doação de si mesmo, na *correspondência ativa* que “nenhum outro autor brasileiro escreveu com tamanha profusão e tanta originalidade” (p. 12).

Mais recentemente, às vésperas de completar-se o período de 70 anos da morte do escritor que decretará a inscrição de seus textos em domínio público, a discussão sobre uma das cartas remetidas a Bandeira fez reacender o interesse pela correspondência do escritor. Trata-se de missiva doada pela herdeira do poeta de *Estrela da manhã*, juntamente aos demais itens do acervo pessoal do autor, à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Diferentemente dos outros, o documento citado era o único de todo o acervo a não estar disponível ao público graças a um pedido da doadora e de herdeiros de Mário de Andrade. Contudo, atendendo à solicitação feita pelo semanário *Época*, a Controladoria Geral da União (CGU) fez valer a Lei de Acesso à Informação, obrigando a instituição a tornar pública a carta aos interessados. Após alguma disputa envolvendo o órgão federal e o arquivo público carioca, a questão foi encaminhada pela intervenção do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, em favor do acesso ao documento. E eis que, em matéria do jornal *O Globo* do dia 18 de junho de 2015, o conteúdo da carta, escrita em 1928, veio a público.

Nela, conforme consta da matéria, o escritor paulista teria abordado sua alegada homossexualidade, confirmando tal condição e descrevendo algumas das medidas que

tomava para evitar que ela se tornasse de conhecimento geral. Ainda na correspondência, ele justificaria por que até então tinha julgado desnecessária a *confissão*.

Em que podia ajuntar em grandeza ou melhoria para nós ambos, para você, ou para mim, comentarmos e eu elucidar você sobre minha tão falada (pelos outros) homossexualidade? Em nada. [...] Pra você me defender dos outros, não adiantava nada pra mim, porque em toda a vida tem duas vidas, a social e a particular, na particular isso só me interessa a mim e na social você não conseguia evitar a socialização [sic] absolutamente desprezível de uma verdade inicial (ANDRADE apud CAZES; MEIRELES, 2015, s/p).

Tal episódio, bem como a disposição recorrente dos destinatários de burlarem o acordo tácito feito entre eles e Mário, demonstram o peso assumido ao longo do século XX, não somente por suas obras, mas por tudo aquilo que disse – fosse publicamente, como em uma entrevista, fosse de modo particular, como nas cartas. Daí o vínculo entre enaltecimento público e indiscrição que parece ainda hoje influenciar o modo como lemos suas obras e apreendemos sua figura. Nesse sentido, não deixa de ser curiosa a fala de seu biógrafo, Eduardo Jardim, celebrando a *descoberta* como momento em que se atentará para outros aspectos menos íntimos do autor.

Acho legal o fato de que esse negócio tenha se resolvido. (A abertura da carta) libera a possibilidade de falarmos sobre outras coisas. Antes ficava aquela coisa insistente, de jornalista chato pegando no nosso pé! O Mário é múltiplo, é 300, é incrível. Ele é um super crítico da hipocrisia. Ele escreveu "Amar, verbo intransitivo", nos anos 1920, para questionar o moralismo babaca. Os contos são muito incríveis do ponto de vista de denunciar o falso moralismo. Vamos botar Mário de Andrade para cima agora (JARDIM apud CAZES; MEIRELES, 2015, s/p).

Findado o período *alcoviteiro* do interesse por Mário, Jardim acredita que se poderá não apenas fortalecer a atenção aos feitos do poeta, mas, ao que parece, também tirar algumas lições de sua relação com outras pessoas que porventura possam ter dificultado sua vida, pautados em certo *moralismo*. Dessa conclusão, Jerônimo Teixeira (2015), articulista do semanário *Veja*, mostra discordar, entendendo que, em suas obras, não haveria resposta a esses detratores, senão o reforço *covarde* dos limites morais, quando, por exemplo, dois personagens da obra *Café* deixam de lado seu intuído vínculo homoafetivo, para elogiar as pernas de uma mulher.

Sem nos interessar a participação no debate sobre a sexualidade de Mário de Andrade, importa-nos, por outro lado, notar que nele se explicita um anseio direcionado ao escritor, o qual, ainda hoje, toma-o pelo índice da atualidade, como se suas ações pudessem ou deveriam ser exemplares para os leitores. E foi em meio a essa história septuagenária dos

discursos que promovem a atualidade das *lições* do poeta que se viu despontar a fala dissonante de Sabino, a qual impunha senões para reconhecer-lhe a atribuída função educativa tardia, bem como para assumir a validade, em dias recentes, de seu gesto pedagógico perante os jovens. Contestação pontual, mas que, no curso de nossa investigação, lança luz a duas importantes assertivas, as quais supomos não serem válidas tão somente a Mário e Sabino, mas também à figura mais geral do *literato*.

A primeira delas está expressa na alegação de que os escritores literários ocupariam uma posição tal em nossa cultura que deles seria esperado que pudessem educar as demais pessoas. Essa foi a aposta dos jovens que escreveram a Sabino e foi isso que ele prontamente refutou sob o pretexto de não lhes ter o que ensinar. Também foi um elemento importante na recepção às missivas de Mário, como pudemos ver. Soma-se nesse sentido, ainda, o formato de entrevista, bastante difundido nos meios literários, o qual indaga o entrevistado sobre uma vasta gama de assuntos, tentando entender de que modo a prática literária se relaciona aos demais elementos de sua existência (RIO, 1994; GOMES, 1979).

Assim, a fala dos escritores, é-nos dado a ver, não ocuparia um lugar qualquer em nossa economia discursiva; ela goza não apenas de um maior prestígio nas matérias relacionadas à escrita, mas comporta também seu potencial educativo sobre outros campos da vida, atestado por seus comentadores. De tal maneira que – e essa é a segunda assertiva de que falamos – suas falas produzidas em contexto privado, sem destinação pública, passam a ser abarcadas no conjunto de seus possíveis ensinamentos ofertados a todos.

A apresentação da coleção *Correspondência*, responsável por lançar algumas das trocas de cartas do autor, reforçou a ideia da destinação indefinida das cartas do escritor baseando-se num dado simples: o de que ele fazia anotações nas missivas guardadas em seu arquivo, como aquelas sobre o contexto de recebimento, o nome do autor, ou mesmo o que o havia motivado a desistir do envio, quando esse era o caso. Referido procedimento, segundo os editores, nada mais significaria que um esforço em *historiar* sua correspondência, transformando-a em arquivo para aqueles que no futuro a tomassem por objeto de estudo. Desse modo, ultrapassaria “as fronteiras da amizade [destinando-se] a um outro leitor, desconhecido, futuro” (SOUZA, 2010, p. 16).

Quanto a isso, novamente foi Sabino quem *estragou a festa* dos cultuadores da personalidade do autor modernista, ao reportar como abusivo o peso conferido à suposta mensagem de seu grande mentor. Sua interpelação à destinação que há tempos vinha sendo dada aos dizeres do amigo, todavia, não calou fundo nos meios literários e, com isso, a

argumentação nele sustentada sobre o par atualidade/necessidade seguiu dando a tônica à acolhida da epistolografia andradiana.

E, ainda que não tenha encontrado maior destaque entre as pesquisas dedicadas à literatura, tal arranjo em torno da fala dos escritores não parece sem importância para as práticas literárias e tampouco para os estudos educacionais – como o que ora se inicia –, visto sustentar-se, no interstício entre a obra literária e a apreensão pública da figura do autor literário, algo como uma engrenagem pedagógica capaz de implicar-nos, literatos ou não, na intimidade daqueles que nos legaram escritos dessa natureza. Sob tal configuração, as vidas dos escritores despontariam como paradigmas de existência e suas comunicações de caráter privado, como mensagens as quais, reunidas, constituiriam uma espécie de tratado ético para aqueles que o leem.

Esse, ao menos, parece ter sido o caso das cartas de Mário aos jovens e também da reverenciada correspondência de Rainer Maria Rilke para Franz Xavier Kappus, cuja força estava, segundo texto de Cecília Meireles de 1953, em tratar “da formação humana, base de toda criação artística” (MEIRELES apud RILKE, 2008, p. 15), em vez de “oferecerem a Kappus uma receita literária” (p. 15). Em edição de 2008, por sua vez, Nei Duclós evocou tais atributos para justificar a leitura das cartas, passado um século do término da comunicação.

Cem anos depois, as *Cartas* funcionam como um alerta para os vícios da nossa época, submetida, mais do que qualquer outra à sordidez da superficialidade, justificada como insumo democratizador. É como se Rilke nos esperasse no futuro, não para cobrar a conta, mas com sua iluminação eternamente disponível para uma vida mais completa (DUCLOS apud RILKE, 2008, p. 11).

O contato com a segunda edição brasileira dessas cartas – publicada em 1937, oito anos depois da primeira – deixou marcas indeléveis no trato de Mário com os jovens, tendo elas cativado também outros escritores da primeira metade do século passado, os quais, parece-nos, encantaram-se não apenas com a defesa da solidão feita pelo poeta, como também por poderem nelas reconhecer um tipo de comunicação a eles familiar e do qual as correspondências de Mário com os jovens não foram os únicos exemplos nos meios literários brasileiros. Partindo desse prognóstico e de tal discursividade acerca dos literatos e de suas cartas, trataremos aqui das aludidas correspondências construídas quando do encontro entre escritores jovens e experientes, buscando elucidar os elementos que regem tais diálogos e, desse modo, poder lançar uma indagação à essa demanda educativa que

parece, hoje, quando não mais escrevemos cartas, mediar nossa relação com a escrita e, de alguma forma, conosco mesmos.

1.2. A experiência dos literatos

O tema de um alegado potencial educativo presente nos discursos dos escritores, sejam eles privados ou públicos, recebeu pouca atenção de estudos educativos e literários até o momento. O mesmo, todavia, não se pode dizer acerca da defesa de uma educação pela leitura de obras literárias, cujo campo de teorização desponta como vasto e já há algum tempo estabelecido. Nesse sentido, o célebre escrito de Antonio Candido, *O direito à literatura* (2004), é uma das referências, tendo instituído, em 1988, uma entrada no campo literário da noção de direito. No texto em questão, o eminente professor parte da crítica à alegação de a literatura constituir-se, em meio a tantas outras carências de nosso mundo atual, em matéria supérflua na vida das pessoas. Contra isso, argumenta em favor daquela como *necessidade universal* a ser suprida. Tratar-se-ia aqui não apenas de romances, poesia e teatro, mas também de novelas, folclore e demais *manifestações culturais* de um grupo. Fato é que, para Candido, ter acesso a esses discursos seria um direito humano, cuja privação levaria a uma mutilação da personalidade e da humanidade do indivíduo. Na situação contrária, quem deles pudesse fruir, modificar-se-ia, em maior ou menor escala, por seu contato com conteúdos sociais e também por propiciarem a organização de suas ideias e sentimentos.

A associação feita por Antonio Candido entre literatura e humanidade não é nova, remetendo, conforme Celso Favaretto (2010), aos teóricos da *Bildung* e da *Aufklärung*, bem como a outros alemães dos séculos XVIII e XIX, como Marx. Em ambos os casos, percebe-se a conjunção entre moral e estética como vital para a formação de um homem esclarecido, de modo que a educação do indivíduo deveria ocupar-se das matérias da razão, tais como as ciências, e também as da sensibilidade, representadas pelas letras e belas-arts. Segundo Favaretto, o par dialógico *formação estética/formação racional*, tal como teorizado pelos filósofos alemães oitocentistas, seria ainda hoje uma das diretrizes da educação brasileira, responsável por atribuir função ao ensino de artes e, por extensão, ao de literatura; ensina-se arte para o desenvolvimento da criatividade que, por sua vez, serve de contraponto e de juiz para a razão.

Lee Siegel e Antoine Compagnon apresentam outras críticas a sustentarem dos textos literários impressão parecida. Este último, em sua aula inaugural no Collège de France, ocupa-se de definir que valor pode ter a literatura.

Expressando a exceção, oferece um conhecimento diferente do conhecimento erudito, porém mais capaz de esclarecer os comportamentos e as motivações humanas. Ela pensa, mas não como a ciência ou a filosofia. [...] Há, portanto, um pensamento da literatura. A literatura é um exercício de pensamento; a leitura, uma experimentação dos possíveis. Nunca nada me fez melhor perceber a angústia da culpa que as páginas febris de Crime e castigo onde Raskolnikov reflete sobre um crime que não aconteceu e que cada um de nós cometeu (COMPAGNON, 2009, p. 5).

Siegel (2013), por sua vez, condena o ensino acadêmico de literatura e defende-se das acusações que a ele poderiam ser feitas, dizendo o que falta a esse ensino: “só um canalha aplaudiria o declínio do estudo formal de livros que cultivam a empatia, a curiosidade, o gosto estético e o refinamento moral. Mas o estudo da literatura na academia não leva nada disso” (SIEGEL, 2013, s/p). Vê-se que o problema aí é o *formal*, e não a literatura, que para ele teria força para desenvolver todas as qualidades acima descritas.

Ao cenário da crença em uma literatura sempre em favor da educação dos leitores, somaram-se alguns escritos de escritores pós-estruturalistas atentos ao poder transformador não da literatura em si, mas da *experiência de escrita literária*, passando da chave do leitor para a do literato. Mais próximo da nossa tematização, tal debate merecerá atenção adicional, em especial aquele mantido por Michel Foucault.

Na década de 1960, juntamente a Maurice Blanchot e Roland Barthes, Foucault foi um dos primeiros a pensar de forma sistemática a questão do efeito da escrita literária sobre quem escreve, em uma tentativa de, entre outras coisas, compreender no que consistia essa experiência e qual era a linguagem que dela se originava. Para tanto, tomou como figura axial de suas abordagens o *autor*, o qual seria não só diferente do escritor, mas também um impedimento a sua aparição. Sob esse mesmo signo publicou-se, em 1967, *A morte do autor*, conferência célebre de Barthes (2004a) em que se lançaram as bases críticas para uma literatura sem autor nem obra e em que a linguagem imperasse autônoma. Aos textos dessa nova literatura restaria uma falta de sentido primordial, só rompida quando do encontro com o leitor, a quem caberia imprimir alguma unidade ao texto, sem que, no entanto, fosse possível supor se tratar de uma unidade pessoal e relativa, como esclarece Barthes (2004a).

O leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito. É por isso que é irrisório ouvir condenar a nova

escrita em nome de um humanismo que se faz hipocritamente passar por campeão dos direitos do leitor (p.57).

Não haver um autor a controlar o sentido do texto, conforme Barthes, era um acontecimento que se vinha afirmando no seio da literatura muito antes que ele o enunciasse dessa forma. O mesmo já se denotava em Mallarmé, para quem “a obra pura implica no desaparecimento elocutório do poeta, que cede a iniciativa às palavras” (apud ALVES, 2010, p.13). Também Proust e o surrealismo haviam-no profetizado (BARTHES, 2004b). Raymond Roussel afiliar-se-ia a essa linhagem, a qual poderia ser traçada, também, até Nietzsche, se se pensasse na sua concepção de que qualquer sentido último de um texto (ou da vida) remeteria a deus, ou ao homem como ente divino. Essa *nova escrita*, sem sentido, seria atravessada do começo ao fim por um craquelamento, o qual hermenêutica nenhuma teria a força de reparar.

O momento da leitura, portanto, seria o único de uma possível experiência de unidade do texto. Não obstante, essa vertente dos estudos literários coloca-se o tempo todo ao lado do escritor (*scriptor*, para Barthes), e não o contrário. É a atividade de escrita que lá está em análise, e seria em sua experiência que se localizaria a possibilidade de gestar algo que escapasse aos limites de nossa linguagem. Isso porque essa transgressão não seria da ordem da criação de uma unidade, mas da do esfacelamento de outra unidade precedente: a do sujeito. Caberia ao escritor contrapor a plenitude da autoria, confundida o tempo todo com a do Pai criador. *Recusar parar o sentido* seria a solução do dilema de Kafka: “Já há algum tempo nada foi escrito. Deus não quer que eu escreva, mas, quanto a mim, preciso escrever” (BLANCHOT, 1997, p. 31).

Na figura desse escritor que não é autor, a literatura tornava-se a face transgressora da linguagem, a *contrateologia* de uma linguagem povoada de verdades sagradas. Tal assertiva vê-se ainda mais indiscutível em Blanchot, o qual manifestou ideias nesse sentido em *O espaço literário*, de 1955, e em *O livro por vir*, de 1959. Ela materializa-se em enunciados que retiram do escritor a força de fazer dele derivar uma obra, para, em um jogo invertido, supor sua dependência total do texto em criação.

A *inspiração* significa apenas a anterioridade do poema em relação ao poeta, o fato de que este se sente, em sua vida e em seu trabalho, ainda por vir, ainda ausente face à obra poética que é, ela também, ainda toda porvir e toda ausência. Essa dependência é irredutível. O poeta só existe depois do poema (BLANCHOT, 2011, p. 101).

Assim, a experiência de escrita literária notabilizar-se-ia como a transgressão de tudo aquilo que funda o jogo de enunciação no Ocidente. Não mais existiria o sujeito, o qual, por sua fala, faria existir a si e ao mundo; em substituição, ver-se-ia ascender o indivíduo escritor, o qual só vive no momento em que escreve, e que não o faz para se afirmar um, mas para ser outro; indivíduo cuja escrita não engendra qualquer imortalidade, mas sim se satisfaz com sua morte. Não haveria mais também a presença indelével do autor, a quem a remissão contínua forjaria a dependência do texto frente a um sentido originário. No seu lugar, surge o vazio permanente do texto, cujo escritor não pode assumir a autoria, nem oferecer um padrão para sua leitura, algo como que anexado ao texto, a dizer: *Pois bem, agora que terminou a leitura, saiba que deveria ter prestado atenção a isso, chegando a essa conclusão, e não àquela, etc.* O autor estaria morto, mas também o estaria o escritor, pois este só existe na e para a escrita, sem poder subsistir na obra.

Foucault, em alguns de seus escritos da década de 1960, mostrou-se tributário dessa discussão. Na conferência proferida em 1969, e depois intitulada *O que é um autor?*, apresenta o problema da autoria dos textos, tomando como premissa a conclusão de Barthes sobre a morte do autor. Ali, contudo, não restringe o que chamou de *função-autor* à linguagem literária. A apresentação começa com sua indagação, que repetia o brado de Beckett, demarcando o *princípio ético da escrita contemporânea*: “que importa quem fala?” (FOUCAULT, 2009a). Daí em diante, veem-se estabelecidas as bases de um projeto que só fará afastá-lo de seus predecessores, bem como do tema da experiência literária.

Mas não basta, evidentemente, repetir como afirmação vazia que o autor desapareceu. Igualmente, não basta repetir perpetuamente que Deus e o homem estão mortos de uma morte conjunta. O que seria preciso fazer é localizar o espaço assim deixado vago pela desaparecimento do autor, seguir atentamente a repartição das lacunas e das falhas e espreitar os locais, as funções livres que essa desaparecimento faz aparecer (p. 271).

Nem o *scriptor* de Barthes, nem o literato por vir de Blanchot davam conta de interrogar o novo modo de enunciação inaugurado a partir do século XIX; ainda restava investigar o que ocupava a ausência deixada pelo autor. Tampouco a evocação da função-autor referir-se-ia tão somente ao âmbito da criação literária. Haveria autores, também, em discursos científicos. E, mais importante, subsistiriam traços da função-autor em outras noções, as quais reposicionariam a evidência mesma dessa morte, fazendo dela “uma espécie de regra imanente, retomada incessantemente, jamais efetivamente aplicada, um princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como prática” (FOUCAULT, 2009a, p. 268).

Nesse texto, que ademais seria emblemático da inflexão de seus estudos para além da literatura, a experiência dos literatos aparecia em razão daquilo que ela tinha de inespecífico, só se deixando entrever algo que lhe fosse próprio em algumas poucas linhas. Apesar do tema em comum com Barthes e Blanchot – a morte do autor –, seria preciso retornar um pouco no tempo para ver um Foucault preocupado em entender a questão da experiência literária em sua singularidade. No texto *O pensamento do exterior*, de 1966, há um emparelhamento maior com as ideias de Blanchot, a quem, aliás, o texto é dedicado. Nessa empreitada, retoma a impossibilidade da narrativa na literatura moderna, a qual deriva de um paradoxo da linguagem na escrita literária, a saber, o de se escrever sobre a inviabilidade da escrita. Tal paradoxo, que pode soar como ensimesmamento da linguagem, é, diz Foucault, o exato contrário: “é a linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma” (2009b, p. 221), pois ela não é mais a representação de um sujeito que a teria enunciado, e não haveria um *ela mesma* para onde retornar. Nesse ponto, aparta-se a experiência da literatura daquela vivida pelos filósofos, pois a primeira, voltando-se a si mesma e *falando da fala*, é arremessada para fora segundo um jogo eterno de remissão, enquanto o filósofo, que opera o pensamento do pensamento, é trazido à “mais profunda interioridade” (p. 221).

Trata-se, assim, de uma *experiência do exterior*, a qual suscita um pensamento que se mantém fora de qualquer subjetividade. Daí o título do texto que será definido pelo esforço de circunscrever a história, as formas e as categorias desse pensamento. Nesse intento, após aventar a possibilidade de ter sido esse pensamento sustentado no interior do misticismo medieval, o qual operava uma saída de si, Foucault recua; diz haver, ao fim desse processo, um retorno ao *ser*, agora apaziguado com a *palavra*. Em seguida, rumo ao fim do século XVIII para encontrar um começo desse pensamento estrangeiro em Sade. Procede, então, à descrição da linhagem desse pensamento, desde Sade até chegar ao século XX, passando por Hölderlin, Nietzsche, Mallarmé e Bataille, entre outros. Termina em Blanchot, dizendo ser este não apenas uma testemunha desse pensamento.

Quanto mais ele se retira na manifestação de sua obra, mais ele está oculto por seus textos, mas ausente da existência deles e ausente pela força maravilhosa dessa existência, ele é de preferência para nós esse pensamento mesmo – a presença real, absolutamente longínqua, cintilante, invisível, o destino necessário, a lei inevitável, o vigor calmo, infinito, avaliado por esse mesmo pensamento (FOUCAULT, 2009b, p. 223).

O escritor seria essa figura que desaparece, cuja experiência o faria pensamento puro, linguagem em seu modo bruto, personificado aqui em um nome que já não se sustenta

senão como uma sombra. É alguém a quem se recusa qualquer glorificação, em favor da potência do texto escrito. Nisso sustenta-se a história, mito ou não, de que o convite para um jantar feito por Blanchot, a quem poucos tinham podido conhecer, foi declinado por Foucault. Isso porque, mesmo tendo acompanhado avidamente a coluna que escreveu na *Nouvelle Revue Française* de 1953 a 1959, e mesmo tendo confidenciado a um amigo que, nessa época, sonhava em ser Blanchot, conhecer seus escritos era suficiente; não importava conhecer o escritor.

Nele, como em Blanchot, o elo entre quem escreve e o texto não poderia ser tal que coubesse à leitura recuperar a intenção do escritor. Nada além do texto poderia conferir-lhe sentido, assim como não haveria qualquer chave para sua leitura, fosse no texto, fosse no escritor. Para Foucault, a prática corrente do prefácio tornou-se então problemática, o que ficou evidente quando ele, em uma segunda edição, subtraiu o prefácio original à *História da Loucura*. Em seu lugar, apareceu um texto autocrítico combatendo o gênero prefacial, cuja função seria apenas a de controlar a leitura, bem como o sentido do que será dito adiante. Ao fim dele, Foucault zombou do fato de que, mesmo criticando o recurso aos prefácios, acabava de escrever um que “pelo menos é curto” (1972, p.VIII).

Ainda que a morte do autor estivesse sendo sentida em meio à proliferação discursiva como um todo, a escrita literária era, à essa época, entendida pelo filósofo como local privilegiado de sua experiência. Era ali que melhor tinha sido formulada, e era por isso que Foucault a ela tinha recorrido para escapar à “sensação de sufocamento” (2009c, p. 410) trazida pelas discussões filosóficas nas universidades. O recurso à literatura para enfraquecer o peso canônico da filosofia frente aos demais saberes levaria Jorge Larrosa a afirmar que “Foucault, a um só tempo, faz da filosofia, ficção, e da literatura, verdade” (2004, p. 40).

A assertiva de Larrosa aponta para uma dubiedade em relação à literatura, a qual se mostra emblemática na trajetória do pensador francês. Trata-se do fato de que, se interpretada à luz do que apresentamos até aqui de seus estudos, ela teria o sentido de enaltecimento dessa linguagem. Se analisarmos, contudo, aquilo que será dito por ele nas décadas de 1970 e 1980, haverá de se supor uma divisão menos rigorosa entre a verdade da filosofia e a ficção da literatura – ou de modo invertido, como o quer Larrosa. Nesse caso, a literatura será situada no nível dos demais discursos e criticada por se impor como verdade que impede a afirmação de novas experiências, tal como a filosofia o faz.

Sobre essa mudança, Foucault oferece-nos um relato em entrevista de 1975, concedida a Roger Poll-Droit e depois publicada sob o título *Desembaraçar-se da filosofia*

(2006b). De início, apresenta uma crítica cuja mera enunciação já traz consigo a necessidade de reposicionar o que se poderia pensar de sua relação com a literatura, se nos ativéssemos apenas aos textos da década de 1960. Nestes, em que a experiência literária era tomada como lugar de negação de uma verdade interiorizada, como contraponto à filosofia e ao império da razão, ter-se-ia, segundo o próprio Foucault, colocado em xeque a verdade filosófica, às custas de qualquer possibilidade de crítica aos discursos literários: “para mim a literatura era, a cada vez, o objeto de uma constatação, não o objeto de uma análise, nem de uma redução, nem de uma integração ao próprio campo da análise. Era o repouso, a pausa, o brasão, a bandeira” (FOUCAULT, 2006b, p. 57). Nesse contexto, ela era vista como um invólucro geral dos demais discursos, como se nela fosse possível vislumbrar todo o jogo de forças estabelecido entre os saberes, sem que ela tivesse, no entanto, de participar deles.

O lugar especial da literatura seria, na sequência, recusado por Foucault; mais por um silêncio do que por uma crítica, a qual, segundo ele, ainda se estava por fazer.

Será preciso perguntar, por um lado, qual é exatamente esta atividade que consiste em fazer circular ficção, poemas, narrativas... numa sociedade. Seria necessário analisar, por outro lado, uma segunda operação: entre todos esses relatos, o que faz com que um certo número seja sacralizado, comece a funcionar como “literatura”? (p. 58).

Tendo chegado a semelhante entendimento, conforme se nota, a literatura sairá do foco foucaultiano. E, quando dela se falar, estarão em discussão menos os efeitos da experiência de escrita – sobre a vida de quem escreve, sobre a experiência de uma verdade filosófica assujeitadora – e mais a função exercida pela literatura em uma economia discursiva de maior amplitude. Tratava-se de não mais supor a autonomia dessa discursividade em meio às forças que a cercam. Significava também entender como insuficientes suas definições por uma prática, linguagem ou estilo específicos. Contrariamente, a literatura deixar-se-ia delimitar somente se se atentasse aos discursos que a cercam, ao papel que exerce em outras discursividades, ao modo como propicia algumas práticas e outras não, às verdades que defende etc. Concorreria também para essa definição a análise das normas e rituais impostos a quem quer atribuir a seus próprios escritos o estatuto literário, e que, ao fim, acabam criando certa cisão essencialista entre eles e seus leitores.

A diferença do escritor, sem cessar oposta por ele mesmo à atividade de qualquer outro sujeito que fala ou escreve, o caráter intransitivo que empresta a seu discurso, a singularidade fundamental que atribui há muito tempo à *escritura*, a dissimetria afirmada entre a *criação* e qualquer outra prática do sistema linguístico, tudo isto manifesta na formulação (e tende,

aliás, a reconduzir no jogo das práticas) a existência de certa *sociedade de discurso* (FOUCAULT, 1996, p. 39).

Percebe-se que a literatura, tomada não como linguagem, mas como instituição – a qual, em rede com outras instituições, produz certa normatividade discursiva –, extravasa seus efeitos para além do círculo dos que escrevem; também aos que leem são impostos limites, no que toca à escrita. Limites e, como hipotetizado na primeira parte dessa investigação, modelos para a vida de todos. A explicação da mudança da relação de Foucault com a literatura é endossada por Timothy O’Leary (2009).

Qualquer balanço do afastamento de Foucault da literatura deve conferir papel central à sua nova consciência da materialidade e da violência do discurso. Se múltiplos sistemas de restrição operam no campo discursivo, sistemas que limitam o que pode ser dito e quem pode dizer, então o tema do poder se torna inevitável (p. 54).

Os sistemas a que se refere O’Leary teriam a função de “conjurar seus [dos discursos] poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9), estando descritos em *A ordem do discurso*, aula inaugural proferida no *Collège de France* e marco importante dessa virada dos estudos do filósofo. Ali, referidos sistemas aparecem como procedimentos de interdição, de rejeição ou de distinção do verdadeiro e do falso, os quais deixam claro o seu entendimento acerca da relação contínua entre os regimes de saber e os mecanismos de poder de uma mesma época.

Dessa relação entre os saberes e as normas estabelecidas em dada época é que adviria qualquer modo de existência, sendo que haveria diferentes dispositivos, como a loucura, a criminalidade e a sexualidade, que aglutinariam discursos e práticas normativas. Tais dispositivos seriam menos o que produz os indivíduos, como alguns afirmaram, e mais, conforme Paul Veyne (2009), “o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem o nosso pensamento e a nossa liberdade” (p. 102). Mas isso só acontece porque esses dispositivos são também ativos e agem no sentido de produzirem algo: obrigariam a determinadas condutas, além de criarem uma ordem discursiva que exclui quem a ela não se adequa. Trata-se, portanto, de uma luta em que há a convocação pelos dispositivos à norma, a qual por vezes é recusada. Tal gesto, contudo, é o próprio lugar da ação desses dispositivos, que fazem do desvio ocasião para afirmar a norma. E essa luta não tem um termo, diferentemente do que poderia ocorrer se a pensássemos nos moldes de uma dominação; ela seria o próprio jogo da existência, não havendo um *fora do tabuleiro*. Aos indivíduos que

dele participam não se confere o lugar de peças passivas, mas também não se lhes faculta refazer as regras.

2. A FORMAÇÃO DOS LITERATOS COMO PROBLEMA EDUCATIVO

2.1. A chegada dos *pardais novos*

Ai de mim! Vivo recebendo manuscritos. Que me consultem sobre poesia, ainda vá lá! Mas sobre romances e contos?... Aos portadores destes gêneros vou logo dizendo: por que não procuram o Graciliano, o Zé Lins, o Otávio de Faria? Imagine que uma manhã fui despertado às sete horas pelo tilintar do telefone. Era um incipiente poeta desconhecido que, sem mais preâmbulo, me desfechou esta: "- O senhor pode ouvir um pardal novo?" Respondi que era cedo demais para ouvir pardais novos. Desde então chamo esses poetinhas "pardais novos". Às vezes nem novos são. O tal do telefone já tinha 35 anos! Aliás essas consultas me deixam perplexo. Não sei o que responder senão dizendo: leiam as *Cartas a um jovem poeta*, de Rilke (SENNA, 1968, p. 65).

Defrontado com situação parecida àquela vivenciada por Mário de Andrade e, décadas depois, por Fernando Sabino, a postura de Manuel Bandeira parecia algo intermediária à dos dois: não se recusava a ajudar quem lhe procurava, contanto que o tema fosse o de sua especialidade, a poesia. Em comparação a seu modo de proceder face aos *pardais novos*, via-se reafirmado o caráter singular do trato andradiano com os jovens que muitas vezes esbarraram em literatos menos receptivos, quando buscaram orientação dos mais velhos. Em Mário, por sua vez, não importava o gênero em que se escrevia; sabia-se poder encontrar amparo, pois, ainda durante sua vida, a fama de *epistolomaníaco* que lhe acompanhava correu o país. No mais, à época, fazia-se notória também a obrigação auto-atribuída de não deixar cartas dos mais novos sem resposta, conforme confessou a Henriqueta Lisboa: “uma carta não respondida me queima, me deixa impossível de viver, me persegue” (Apud MORAES, 2007a, p. 48). Referido cuidado, para Marcos Antonio de Moraes (2007a), explicar-se-ia não apenas por sua ética epistolar, mas pela expectativa do escritor quanto aos mais novos, expressa em um projeto pedagógico-epistolar. Dessa receptividade, bem como de sua intenção formadora, adviria, segundo Moraes, a *áspera pedagogia* de que se teriam beneficiado Otto Lara Rezende, Otávio Dias Leite, Lêdo Ivo, Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino, Guilherme de Figueiredo, Murilo Rubião, Moacir Werneck de Castro, entre outros; alguns dos quais, hoje desconhecidos para o público leitor.

O depoimento de Bandeira, no entanto, além de colaborar para a afirmação da singularidade educadora de Mário, aponta para a profusão de escritores sem expressão, em sua maioria jovens, a interpelar não somente o poeta de *Lira paulista*, mas também outros de atestado valor literário. No ponto em que poderíamos supor o favorecimento de tal

demanda pela receptividade de Mário de Andrade, portanto, faz-se necessário procurar sua ocorrência para além de seus círculos, em outras épocas, e envolvendo outros escritores. Assim, nota-se que, na década de 1920, a busca pelo contato com escritores de destaque não era nenhuma novidade.

O relato por carta do jovem escritor Hugo de Carvalho Ramos a seu irmão, em 1912, dá-nos mostras disso. Nela, Ramos conta estar seduzido pela perspectiva de mudar-se para a capital da República, não pelas paisagens, e sim por lá “poder conhecer e admirar de perto o grande estilista de *Inverno em Flor*, do *Jardim das Oliveiras*, enfim Coelho Neto” (RAMOS apud BROCA, 1960, p. 51). Seu anseio era cabível, conforme relata Brito Broca em seu *A vida literária do Brasil – 1900*, já que não faltam exemplos de grandes escritores que, no início do século, haviam recebido, em seus grupos, jovens oriundos dos mais diferentes lugares a fim de ambientá-los. Tais haviam sido os casos de Coelho Neto e Inglês de Souza – no Rio de Janeiro – e de José de Freitas Vale – em São Paulo – que faziam de suas casas espaços para reuniões de artistas e escritores de então, nas quais, muitas vezes, era admitido o ingresso de principiantes. A mesma possibilidade existia quanto a alguns literatos frequentadores dos cafés cariocas, cujas *rodas* eram compostas também por rapazes provenientes de outras cidades com a finalidade de conviverem com aqueles escritores que mais estimavam, sendo o grupo de Lima Barreto simpático à presença de *calouros*.

A busca dos jovens pelas palavras dos literatos incensados manifestara-se antes disso nas cartas a Machado de Assis, quem, tomado por mestre mais cedo do que Mário de Andrade, correspondeu-se com alguns jovens os quais *apadrinhava*. Um dos casos mais lembrados é o de Carlos Magalhães de Azeredo, por quem o notável escritor nutria grande admiração e afeto, tal qual ocorria com Joaquim Nabuco, cuja correspondência iniciara-se quando este estava no colégio, e com Mário de Alencar, 33 anos mais jovem do que o autor de *Memorial de Aires*. O mesmo Machado, em tempos ainda mais remotos, teria sido o mancebo ante os ilustres homens de letras de sua juventude, como Quintino Bocaiúva e Caetano Filgueiras.

A pujança de relações educativas nos meios literários não passaria despercebida pelos estudiosos do campo, conforme podemos aferir pela proliferação de análises sobre cartas de escritores que dão ênfase à formação dos correspondentes (MORAES, 2007a; WERNECK, 2000; RIBAS, 2008). Esses, no entanto, usualmente interpretam a correspondência com os jovens a partir da personalidade ou do projeto do destinatário célebre, sem oferecer-nos bases para pensá-lo como uma prática deflagrada no meio literário do período. E, para que possamos compreender esse recurso sistemático às missivas pelos

escritores em sua formação, é importante lançarmos, em adição aos estudos citados, um questionamento sobre o fenômeno dessas *cartas de formação* – como aqui se designou chamá-las, dada a vocação que se lhes atribuía. Para tanto, atentamos para o fato de, ao longo de algumas décadas, e direcionada a diferentes literatos, ter havido uma busca dos jovens por conselhos que, ao fim, acabavam incidindo diretamente em sua formação como escritores.

Se, por um lado, a demanda educativa dos literatos aspirantes por pares reconhecidos colaborou para a instituição da prática das cartas de formação, não se pode desconsiderar, quanto a isso, um segundo fator a corroborar tal modo educativo: a disposição dos escritores mais velhos em assumirem o posto de mestres e difundirem certo *saber* literário. Tal incumbência, como podemos inferir pelo caso narrado por Bandeira, longe de ter sido levada a cabo de maneira uniforme por aqueles interpelados pelos mais novos, suscitou não uma, mas muitas maneiras de proceder em face dos remetentes. Em meio a essa seara, uma suposta responsabilidade formadora daqueles que são tomados por escritores parece ter, desde há muito, sido confrontada com indagações, abrangendo, entre outros aspectos, o perfil do escritor-formador e a frágil fronteira existente entre aprender a escrever e mimetizar o estilo de escrita de quem o ensina.

Sob esse ponto de vista, a recusa de Sabino em atender aos jovens escritores que a ele se endereçaram mostrava não estar deslocada daquilo que era vivido nos ambientes literários, mas antes o inscrevia numa longa linhagem de escritores que refletiram sobre os limites e problemas decorrentes do gesto educativo com relação aos iniciantes, presente, por exemplo, na preocupação de Lima Barreto com os jovens sob influência de outras rodas boêmias que não a sua. O autor de *Polícarpo Quaresma*, vendo se sustentar nesses grupos um vínculo *artificialmente literário* com a escrita, teria estipulado como regra entre os seus que se não falasse de literatura, afastando, desse modo, seus novos integrantes de uma esfera *literatizante* (BROCA, 1960).

Mesmo Mário de Andrade, aquele cuja atuação junto aos jovens talvez tenha sido a mais celebrada nos meios literários, não teria passado impune às críticas de alguns quanto à sua relação com os *moços*. Foi ao menos o que ele próprio pensou ao ler crítica publicada em 1944 n’*O jornal*. O texto em questão fazia referência aos “escritores de cinquenta anos sempre projetados sobre a veia literária dos novos, e que acabam cognominados de ‘mestres’” (BORBA apud MORAES, 2007a, p. 162). Seriam *mestres Drácula*, dada a *sede* com que iam até os pupilos.

É para eles uma necessidade vital acompanhar os rapazes, nunca se desgarrar dos discípulos, tê-los sempre à altura da sua presença e do seu contato, não de uma maneira esclarecedora e leal, mas como um meio de amparar a própria decadência [...] é tão sutil o afago desses “mestres”, tão refrescante a sua proximidade, tão suave o sussurro de sua conversa! (p. 162).

O escritor paulista, sentindo-se atacado, mesmo não tendo seu nome mencionado, pôs-se daí a refletir sobre seu lugar em face dos mais novos e admitiu que não conseguia de todo justificar um “exclusivo interesse [...] desinteressado” (p. 163) por eles, de modo que nada provaria que ele não era um *Drácula*. A questão, de algum modo repisada todas as vezes em que iniciou a amizade com alguém menos adaptado ao ofício, refletia a difícil tarefa de mensurar os limites do que ofertava aos moços que lhe procuravam. Nesses embates, suas reflexões recaíram constantemente sobre a diferença entre o que fazia e uma pedagogia fundada em conselhos. Do mesmo modo, coube-lhe inúmeras vezes refutar o epíteto de mestre, com o qual convivera por longos anos, o que, para Moacir Werneck de Castro, adviria do incômodo com o caráter *hagiográfico* anexado ao título em voga.

Se a si mesmo não aceitava ser cognominado dessa maneira, repudiava também que o título fosse outorgado a outro escritor de longa data reconhecido como tal: Machado de Assis, a quem nunca afligira ser chamado de mestre, e que, ao contrário, tinha habituado-se, conforme a idade lhe fora chegando, a encontrar tal forma de tratamento nas cartas que recebia. Passadas algumas décadas desde sua morte, contudo, os elementos que lhe qualificariam para a mestria foram postos em questão por Mário, em uma série de artigos publicados no *Diário de Notícias* (ANDRADE, 1993b). A começar por sua influência sobre os jovens que, segundo dizia, era pequena, como atestado pelo fato de que aqueles que o cultuavam só o faziam depois dos 30 anos (p. 54). Além disso, por faltarem-lhe “dons de generosidade, a confiança na vida e no homem, a esperança” (p.53), e por ter feito o possível para “ocultar os seus possíveis defeitos, as suas origens, os elementos de sua formação intelectual e a sua doença” (p.65), sustenta Mário, Machado só pôde suscitar nos leitores da geração pós-modernista a admiração por sua obra, sem que lhes interessassem os caminhos e descaminhos que o ligavam a ela. Por fim, complementa a desqualificação, apontando o tipo de influência que dele poderia advir.

Machado de Assis é um fim, não é um começo e sequer um alento novo recolhido em caminho. Ele coroa um tempo inteiro, mas a sua influência tem sido sempre negativa. Os que o imitam, se entregam a um insulamento perigoso e se esgotam nos desamores da imobilidade (p. 68).

Torna-se claro, mediante os argumentos apresentados, que quando o escritor paulista se referia ao criador de *Dom Casmurro* como um mestre, almejava criar um efeito cômico, pois tudo o quanto lhe poderia ser elogiado restringia-se a sua escrita, não havendo porque tomá-lo por ideal de existência. Sobre isso alertou alguns de seus correspondentes, como é o caso de Fernando Sabino.

Você precisa muito de ler Machado de Assis, mas ler com reler, roubando ele, plagiando ele, não no estilo nem no espírito mas na delicadeza de sentimento. Machado de Assis não deve ser pra você um companheiro de vida, mas apenas um tesouro onde você vai roubar. Roube dele tudo quanto possa ser útil a você, jogando o resto fora (M. ANDRADE; SABINO, 21/3/1942).

Tais considerações de Mário de Andrade sobre si mesmo e sobre o romancista do Cosme Velho delineiam um quadro para a compreensão do ofício literário, no qual os papéis de escritor e formador entrecruzam-se sem necessariamente coincidirem. E, ainda que, a solicitude diante dos jovens tenha gerado dissenso entre os literatos, a recorrência do tema de uma *mestria literária* encaminha-nos ao questionamento da figura do literato-mestre e, em contraposição, da do literato-discípulo, levando em conta as especificidades decorrentes desse encontro entre o portador de uma demanda educativa que ultrapassa a experiência escolar e o signatário de um *saber literário* capaz de reorientar o jovem em formação.

Nesse ponto, havemos de nos questionar em que medida tais caracteres puderam suscitar o interesse público direcionado às cartas de que falamos acima já que o uso das cartas para fins pedagógicos, conforme Teresa Malatian (2009), não foi exclusividade dos escritores literários. Para tanto, tomaremos como hipótese aquilo que é defendido por Mário de Andrade quando refuta a mestria de Machado de Assis, a saber, a ideia de que estava categorizado para a mestria aquele capaz de conciliar obra e vida e, assim, oferecer-se como exemplo a ser seguido.

A noção de literatos capazes de manter uma vida conforme à escrita, ao que parece, não se teria restringido aos meios intelectuais e, ao atingir o público de leitores – ou, talvez fosse melhor dizer, de escritores não-literários –, teria reforçado o fascínio em torno do fazer literário, dando lugar à crença de que as vidas dos escritores seriam exemplares, e de que, pelas cartas de formação, ensinariam, mais do que um trato com a escrita, um modo de se reformar perante os vícios herdados de uma educação escolar pouco atenta ao sujeito.

Caberá, então, munidos de tal percepção, trilharmos o caminho percorrido por essa ideia em meio aos estudos que buscaram analisar a especificidade das comunicações entre

escritores, para melhor nos aproximarmos da experiência formativa ensejada pelas cartas de formação.

2.2. Escritores de si mesmos

A carta datada de 17 de fevereiro de 1945 só alcançou a residência do destinatário, Guilherme Figueiredo, dez dias depois, em uma terça-feira, 27. Assinada por Mário de Andrade, veio acompanhada de um poema singelo sobre o destino que deveria aguardar suas missivas.

Guardar as cartas consigo
Nunca mostrar a ninguém.
De indiferente ou de amigo
Guardar ou rasgar. Ao sol,
Carta é farol (M. ANDRADE; FIGUEIREDO, 17/2/1945).

Entre o envio e a chegada da carta, o rapaz e todos os demais *moços* que com ele se haviam correspondido viram-se estarecidos com a notícia da morte do escritor, ocorrida no dia 25. Tal carta foi a última em que o prestigiado remetente opunha-se – em vão – à publicação das missivas trocadas com o remetente. A *lição do Guru* veio a lume em 1989, trazendo essa e as demais missivas da correspondência ativa do poeta, junto aos já habituais pedidos de desculpa pela *impossibilidade* de respeitar o poema-testamento. O embaraço pela *traição*, todavia, foi sobreposto pelo sentimento de dever cumprido.

Sepultar para mim só a lição de Mário de Andrade seria demiti-lo de sua profissão de múltiplo apóstolo. Egoísmo cômodo, numa hora em que o Brasil precisa destas palavras não dirigidas a mim unicamente, mas a toda uma geração ansiosa de saber e mergulhada no mau ensino, no mau exemplo, na falsa cultura e nas falsas lideranças (ANDRADE, 1989, p. 21).

Consoante aos demais editores de correspondências do mestre, em sua apresentação à edição figuravam o tom reverente e a definição quase messiânica do célebre epistológrafo. Às cartas, por sua vez, seria atribuído, além de toda positividade trazida pelo gênio do autor de *Amar, verbo intransitivo*, um potencial reparatório, ativado pela negatividade do momento. As mensagens dele, então, seriam investidas de uma missão ainda mais nobre, pois que não seriam apenas portadoras da beleza de seu pensamento, mas também permitiriam alterar um estado de coisas nebuloso.

Não temos, em Figueiredo, uma melhor definição do que viria a ser o *mau ensino* de que fala, mas pode-se ler em sua apresentação o que para ele traria distinção ao falecido mestre. Em primeiro lugar, sua força formativa residiu na exigência de uma *ética política*,

acompanhada de uma *estética literária*. Em segundo lugar, estava relacionada à crença num caminho para a *justiça social*, o qual aumentaria o número dos que partilham das formas artísticas de existência. Desse modo, chegou à assertiva de que, para Mário, “‘a arte pertence a todos’, mas a sua fatura é dada aos que se inocularam de sua técnica. Aos que se aperfeiçoaram no saber” (p. 23). Seria, pois, no encontro entre uma preocupação ética com o que se vive e o cuidado em apurar-se no fazer estético que se deveria pensar o ensino das artes e, mais especificamente, o da escrita. Condições, segundo Figueiredo, pouco atendidas à época. Espelharmo-nos, então, na educação dos jovens literatos vinculados a Mário de Andrade, ofertar-nos-ia a possibilidade de ajustar a débil relação por nós estabelecida com a escrita nos anos de escola.

Mais do que apresentar o mote da insuficiência pedagógica no tocante à escrita – assunto, aliás, nada novo –, a justificativa do poeta campineiro dá a ver uma relação com o fazer escritural supostamente capaz de reformar os vícios na formação de quem escreve e, no mesmo golpe, desenhar sobre bases éticas um caminho a ser percorrido por ele. No que concerne à investigação ora em curso, por sua vez, a argumentação de Figueiredo inscreve o recente interesse pelas falas privadas dos escritores no quadro da crítica a uma escrita meramente técnica, descompromissada com a formação do sujeito que escreve. Mas de que educação se fala quando se defende o caráter formativo da escrita literária, em especial dessa que se concilia com a prática epistolar?

Tal questionamento parece ter motivado alguns estudos sobre literatos como Caio Fernando Abreu, Machado de Assis, Monteiro Lobato e Mário de Andrade, em pesquisas atentas menos ao caráter literário de seus escritos, e mais ao modo como tais textos revelariam aspectos subjetivos dos escritores. Quanto a isso, o livro organizado por Ângela Castro Gomes, *Escrita de si, escrita da História* (2004), foi um dos precursores, formatando muitos dos que lhe sucederam, fosse quanto ao método de abordagem das fontes utilizadas – “um certo gênero de escritos [...], que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo” (GOMES, 2004, p. 7) –, fosse quanto ao entendimento dessas como *escrita de si*, noção emprestada dos estudos de Michel Foucault sobre a Antiguidade clássica.

Ao tomar tais documentos com a lupa dessa conceituação, a autora procurou acentuar o caráter *autorreferencial* das narrativas legadas pelos indivíduos na Modernidade – quando eles “passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (p. 11) –, fazendo de seus documentos uma espécie de representação subjetiva daquele que escreve. Tal *éthos* autobiográfico, por sua vez, não ficou restrito tão somente à produção de textos,

conduzindo a uma série de práticas autorreflexivas capazes de conformar os sujeitos a esse tipo de narrativa.

O interesse pelo indivíduo nas sociedades modernas é, por conseguinte, contemporâneo à adoção e à divulgação de muitas práticas de "adestramento de si" já existentes (meditações, exames de consciência, memorizações etc.), às quais se incorpora a escrita de si e a idéia de verdade como sinceridade (p. 14).

A argumentação de Gomes, como dissemos, mostrou-se convincente para não poucos pesquisadores, e a noção de escrita de si ora viceja entre as investigações sobre literatos específicos, bem como em outras, as quais buscam analisar os acontecimentos descritos pela historiadora. Tal é o caso de *Escritas de si, escrita do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica* (2007), de Diana Klinger, quem vai atender à precaução de Silviano Santiago quanto ao tratamento a ser adotado com os textos literários: “o crítico falseia a intenção da obra a ser analisada se não levar em conta também o seu caráter de depoimento, se não observar a garantia da experiência do corpo-vivo que está por detrás da escrita” (SANTIAGO apud KLINGER, 2007, p. 22). Desse modo, a autora concluiu serem os textos literários “discursos explicitamente situados na interface entre real e ficcional” (KLINGER, p. 12), por meio dos quais o escritor se conformaria ora como aquele que confessa o que é, ora como inventor de si mesmo. Daí a compreensão de que, não importando de que texto se estivesse falando, se dos publicados ou dos privados, estar-se-ia frequentemente nos domínios da escrita de si, quando se analisasse um autor literário.

Dessa forma, sustenta-se a convicção, entre alguns teóricos, de que os escritores se valem da escritura não somente para a criação de obras literárias, mas, especialmente, para certa estilização de si mesmos, segundo uma espécie de jogo especular. São autores de obras-texto e também de *obras-vida*, se se quiser. Foi sob referidas bases que Maria Lúcia Barbosa da Silva buscou compreender a importância da escrita de cartas, diários e textos literários para a constituição subjetiva de Caio Fernando Abreu. Sobre tais escritos, a pesquisadora estima que eles traduziriam “o que lhe vai na alma. E assim sendo, a memória de Caio F. não é apenas pessoal e intransferível, mas é tão somente pessoal e intransferível” (2013, p. 1). E se o literato vive a experiência da escrita dessa maneira, pondera Silva, é para, em “uma espécie de psicanálise [...], quem sabe melhor processar dificuldades e contratempos no sentido de ‘exorcizá-los’” (p. 13).

A mesma concepção levou Cláudio Roberto da Silva a analisar a narrativa de Graciliano Ramos, a fim de “compreender como, em suas memórias, se articulam o factual e

o fictício” (2014, p. 18). Também levou outros estudiosos à abordagem da escrita de si em Cyro dos Anjos (MACIEL, 2014), Sérgio Sant’Anna (EPPRECHT, 2012), e na *literatura homoerótica* (SILVA, 2014), sendo esses apenas alguns dos exemplos de análises estruturadas em torno da referida noção.

Tais análises, convém ressaltar, ainda que tenham encontrado solo fértil em meio aos textos de literatos, não estiveram restritas a eles, visto terem atentado para uma cultura *biografizante* que ultrapassaria os limites dos meios literários. Algumas delas, contudo, centrando-se na correspondência entre escritores, deram menos atenção à vocação narrativa instaurada na Modernidade e tentaram dar conta do esforço ético de remetentes e destinatários com relação à produção de um modo de vida que satisfizesse os ditames do fazer literário. Também sob essa temática, como talvez se pudesse esperar, as trocas de cartas envolvendo Mário de Andrade foram tomadas por objeto. Tal foi o caso de *As cores da amizade* (2007), de Marilda Ionta.

Em tal estudo, o escrutínio das vidas das correspondentes – Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga e Henriqueta Lisboa –, bem como das cartas trocadas com o escritor paulista, ensejou interpelar uma alegada dificuldade milenar de se admitir as mulheres como partícipes de *amizades intelectuais*. Nesse sentido, as afetações e mudanças por que passaram as jovens em questão durante seu contato com o afamado poeta, prestaram-se à defesa da *philia* grega que, se pensada fora do marco misógino em que foi concebida, serviria “para lembrar que a amizade relegada, nos dias de hoje [...] pode ser reescrita como espaço de liberdade, autonomia e de um cuidado de si que tem como base o respeito pelo outro” (p. 19). Ademais, tal forma de relação traria em si o potencial de “substituir a descoberta de si pela invenção de si, pela criação de múltiplas formas de existência” (p. 19).

Nesse contexto, vemos que não foi o fazer literário ou escritural, mas sim a relação de amizade ali construída, que ensejou a formação das missivistas. A descrição da autora, contudo, não exclui o papel determinante da escrita na educação *ético-sentimental*, seja pelo advento de uma escrita de si entre os correspondentes, seja pelo fato de a produção artístico-literária constituir-se no elo fundador das amizades. Tratava-se, afinal, de um amigo com quem as cartas trocadas seriam espaço privilegiado de “crítica literária, experimentação artística e [...] conhecimento de si” (p. 110), no caso de Henriqueta, e que dava conselhos a Oneyda Alvarenga quanto a transportar para sua prática de escrita, “tão racional e rígida” (p. 186), a doçura que lhe era característica em sua comunicação ordinária. Desse modo, se uma vida de distinção era imaginada por Ionta como decorrente da amizade, essa seria uma

amizade constituída sob moldes bastante particulares, tornada possível pela prática de escrita tal como formulada nos meios literários.

Na análise de Ionta, a escrita de si entre os literatos é aproximada daquela praticada no contexto greco-romano, manifestando-se não somente como narrativa autobiográfica, mas também como sustentação, nos dias de hoje, de práticas formativas e modos de vida algo extemporâneos. Quanto a isso, a historiadora encontrou suporte na análise de Maria Helena Werneck que supunha ser possível entender a relação de Machado de Assis com alguns jovens correspondentes, como Mário de Alencar e Carlos Magalhães de Azeredo, por meio do esforço do famoso romancista em adequar-se a práticas e discursos comuns entre os gregos de outrora, mas não entre seus contemporâneos. Daí o título, *Veja como ando grego, meu amigo: os cuidados de si na correspondência machadiana* (2000). Partindo de tal premissa, a autora lançou mão da narrativa sobre a *cultura de si* oferecida por Michel Foucault, de modo a compreender a relação epistolar estabelecida entre Machado e seus inexperientes amigos.

Como auto-retratos em baixo-relevo, desenvolve-se, progressivamente, uma escrita da relação de cuidados de Machado consigo mesmo. Não se trata de uma escrita autobiográfica, no sentido de que se vai constituindo, discursivamente, uma identidade com força unitária. Na correspondência machadiana, aplicar-se a si, ao lado de um trabalho de *anacorese* forçado pela condição física debilitada, que traz o foco ao próprio corpo, inclui o movimento de aplicar-se ao interlocutor (p. 140).

Em um momento seguinte, o modo como Machado ocupou-se de seus interlocutores, nesse jogo de cuidado mútuo, é descrito em maiores detalhes:

O que Machado propõe ao jovem poeta é a lenta aprendizagem da posse de si próprio, que requer cuidados com a alma, a satisfação das necessidades, as leituras, sem que se desprezem a *rememoração das verdades do que já se sabe, mas de que convém apropriar-se melhor* (p. 141).

Referida tese recebeu a atenção de Maria Cristina Cardoso Ribas (2008), ao considerar que, nas correspondências em questão, cada um dos jovens seria orientado por meio do “procedimento de olhar para si mesmo, mas mediado pelo olhar alheio” (p. 50). Concorde, por isso, que sua prática epistolar se enquadra na definição de *cultura de si* elaborada por Foucault – “formas de atividade ‘nas quais se é chamado a se tomar a si próprio, como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se e promover a própria salvação’” (p. 48) –, cumprindo a função de permitir uma *escrita de si* por parte do literato.

Pensando na condição enferma de Machado nessa época, a autora definirá a escrita de si aludida por Foucault como “o lugar entre a carta e o diário, o espaço em que modos de adoecer são também modos de dizer” (p. 56). No caso do literato carioca, esse tipo de escrita representaria o espaço onde se integrariam a tematização das doenças, a criação de uma comunidade de cuidados mútuos e o poder de cura das práticas escriturais.

A escrita da correspondência de Machado apresenta, em sua maioria, um projeto literário de cunho pedagógico – o de conduzir os jovens destinatários em direção às Musas, poesia e filhas da memória –; ao estimulá-los, ao ser generoso no compartilhar experiências, ia constituindo e repassando a arte do ofício e a de viver e transitar bem na elite intelectual. Cuidando do outro, cuidava de si (p. 51).

Dessa maneira, concebe-se mais uma vez a escrita literária como aquela capaz de atrelar vida e texto, sendo Machado, por meio da relação de mestria, o responsável por articulá-las de modo harmonioso com cada um de seus destinatários, fazendo deles *autores de si próprios*: “o autor de si próprio é o homem autêntico, aquele que faz da sua vida uma obra que exige permanente cumprimento, a coerência entre a teorização e a conduta” (p. 72). Seguindo tal concepção, pois, temos que a vocação ético-pedagógica não seria exclusividade de Mário, conciliando os dois mestres apartados historicamente pela crítica andradiana. No mais, a articulação em torno de uma escrita de si conformaria não apenas os dois literatos, mas, de modo geral, também os demais escritores, com a peculiaridade de vincularem-na, os primeiros, a um cuidado com o outro.

Como fundo dessa discussão, vemos despontar algo que, mesmo não tendo sido abordado diretamente nas análises sobre a escrita de si, parece ter continuamente sido afirmado como mote da escrita, bem como das disputas em torno da qualificação dos mestres. Falamos da ideia de que o literato seria aquele que fala, por meio de sua escrita, a verdade sobre si mesmo, sem ter tanta importância sobre qual tema ele fala. O mestre, por sua vez, seria aquele que não apenas é capaz de falar a verdade sobre si mesmo, mas que promoveria nos discípulos, por meio da formação epistolar, a capacidade de eles falarem sobre si mesmos; seria quem, de modo conjugado, falaria e faria falar uma verdade subjetiva, nos meios literários.

Instigados por tal noção de fala verdadeira, e atentos às discussões acima apresentadas, seguiremos a discussão buscando compreender o modo como referida ideia veio a se articular às concepções de vida e escrita, oportunizando a constituição da mestria literária. Para tanto, abordaremos, a seguir, alguns escritos de Foucault em que as ideias de

escrita de si e *dizer verdadeiro* mostram-se não apenas concorrentes para a constituição de um modo de vida, mas também dependentes, uma da outra.

2.3. Do cuidado de si ao cuidado com a verdade

Muitos dos alunos que adentraram a sala do *Collège de France* destinada ao curso de Michel Foucault, no dia 9 de janeiro de 1980, devem se ter surpreendido com a aula que começavam a assistir. O curso, depois publicado sob o título *Do governo dos vivos*, causou estranhamento aos alunos não apenas pela nova concepção sobre as relações entre saber e poder nele apresentada, mas também pela temática abordada, doravante centrada no nascimento do mundo cristão. Tratava-se, afinal, de um recuo de quase dois milênios com relação ao que apresentara no curso do ano anterior, *O nascimento da biopolítica*, em 1979.

Tamanho recuo no tempo não se dava sem motivo, já que Foucault estava atento a algumas práticas e discursos que, mantendo preponderância na vida contemporânea, datavam de período muito anterior, como era o caso do pastorado cristão. Quatro anos depois, faria o mesmo nos volumes 1 e 2 da *História da Sexualidade*, de modo a contradizer o tratamento dado pelos historiadores à temática, os quais supunham estar descrevendo uma experiência trans-histórica, sem atinar para as diferentes matrizes de experiência que modulavam as práticas sexuais.

Entre os dois estudos, quatro cursos ministrados pelo filósofo percorreriam outros problemas da atualidade, os quais ele previa poder melhor descrever pela análise das fontes a nós legadas por gregos e romanos. E foi em um desses, *A hermenêutica do sujeito* (2010a), de 1982, que a conceituação sobre a escrita de si foi elaborada por Foucault, pela primeira vez. Nele, o professor ocupou-se do *cuidado de si* filosófico, noção cara ao pensamento do mundo estoico, e que teria sido, por longo período, o núcleo em torno da qual uma série de práticas e normas ter-se-ia organizado em favor da constituição dos modos de vida de algumas correntes filosóficas. Incluída entre tais práticas, a troca de cartas apareceria na investigação de Foucault por sua importância na perpetuação de tais modos de vida, ou seja, não somente como meio de difusão de ideias, mas como prática de transformação ética do correspondente. Além da comunicação epistolar, concorreriam para a constituição dessa *ética de existência* exercícios espirituais e físicos, por meio dos quais os sujeitos envolvidos imaginavam poder aceder à *verdade filosófica*. Para tanto, necessitavam, antes de mais nada, angariar para si um diretor de consciência que os pudesse orientar no caminho da verdade; alguém que, tendo sido antes um estulto, já tivesse abandonado tal condição e tivesse

aprendido a como cuidar de si mesmo. Assim tinha sido com Sócrates, cuja maiêutica o fazia abordar os jovens na rua a fim de lhes dar a saber que ignoravam o verdadeiro e que, pior ainda, ignoravam sua própria ignorância.

Do tempo de Sócrates ao de Sêneca houve uma grande mudança no modo de operação dessa mestria filosófica, tendo ela se desatrelado não apenas da pedagogia direcionada aos jovens, mas também da função política de oferecer aos futuros governantes das cidades da Hélade uma base ética para suas ações. Tal generalização, acompanhada do espraio das práticas filosóficas, fez com que Foucault se referisse ao período dos séculos I e II como *a idade de ouro do cuidado de si*. E foi nessa época também que se testemunhou a difusão do modelo epistolar *ético-pedagógico* – termo que nos parece mais adequado ao contexto do que *didático-moral*, como alguns o chamam –, uma vez que, entre estoicos e epicuristas, a carta se constituiu como o principal meio para o exercício da mestria.

A correspondência na tradição estoica tinha uma função de vigília dos hábitos e dos pensamentos do pupilo. A moderação imposta pelo mestre estava diretamente ligada à conversão do discípulo a uma *vida outra*, embasada em uma ética distintiva de existência, segundo Foucault (2011a). Eram, pois, conferidos grande valor e responsabilidade à fala do mestre-remetente que, assim, deveria ser sincera e se pautar na *parresía* grega (*libertas*, para os latinos). Isso o comprometia com um *dizer-a-verdade* conjugado à necessidade de tudo dizer.

Se, por um lado, a escrita do mestre nas cartas era um modo de governo da vida do discípulo, por outro, era também a possibilidade de formulação de uma filosofia prática, já que as recomendações morais oferecidas pelos filósofos se apresentavam como *materialização* de sua ética, cujo valor residia em ser *prókheiron* ou *ad manum*. Nesse sentido, esclarece Foucault (2004), a carta consolatória enviada por Sêneca a Marullus, e que depois é encaminhada também a Lucílio, tem três usos, pois serve de aconselhamento a Marullus e permite ao autor da missiva e a Lucílio se fortalecerem frente às situações ruins que poderiam se apresentar. No que se refere a semelhante fortalecimento, as cartas assumiriam função próxima da exercida pelos *hypomnémata*, guardando alguns preceitos dos pensadores. Sua escrita e releitura constantes tinham a função de criar uma espécie de armadura do filósofo, que deveria estar calmo nas épocas de tormenta.

Os *hypomnémata* já foram alvo de muitas comparações com práticas modernas, tais como a escrita de diários ou cartas, ensejando parte dos estudos literários referidos no tópico anterior. Também foram interpretados como rascunhos posteriormente utilizados para a

construção de tratados filosóficos. Nenhuma das duas aproximações, contudo, dá conta de explicar sua complexidade no pensamento antigo. Ao falar desses escritos, Foucault demonstra que se tratava de exercícios por meio do qual o indivíduo ia criando uma armadura ética, fazendo de si mesmo aquilo que escrevia. Não importava, nesse contexto, fazer das anotações registros completos de algum tema; nisso se opunha à gramática que “procura conhecer uma obra em sua totalidade ou todas as obras de um autor” (2004, p. 150), já que a verdade para os estoicos tinha valor *local*, sendo o conhecimento algo que só importava quando ligado às circunstâncias. Tampouco estaria em jogo ali uma *narrativa de si mesmo*, como a que costumamos ver na moderna cultura biográfica, e que tão logo seria adotada como premissa pelo Cristianismo.

O movimento que eles procuram realizar é o inverso daquele: trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não-dito, mas de captar, pelo contrário, o já dito; reunir o que se pôde ouvir ou ler e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si (p. 149).

Isso porque era retomando máximas ou fragmentos do pensamento de algum filósofo estabelecido que se podia enfrentar algum problema. O esforço então era o de fazer aqueles preceitos seus, não pela memória, ao decorá-los, mas pela inteligência. Torná-los *si mesmo* em vez de torná-los seus.

Todos esses atributos dos *hypomnēmata* que, de modo geral, também se aplicavam às cartas, apontam para uma diferença entre dois modelos de educação bastante distintos, os quais tiveram lugar entre os pensadores clássicos: o da *pedagogia* e o da *psicagogia*.

Chamemos, se quisermos, “pedagógica” a transmissão de uma verdade que tem por função dotar um sujeito qualquer de aptidões, capacidades, saberes etc., que ele antes não possuía e que deverá possuir no final dessa relação pedagógica. Se chamamos “pedagógica”, portanto, essa relação que consiste em dotar um sujeito de aptidões previamente definidas, podemos, creio, chamar “psicagógica” a transmissão de uma verdade que não tem por função dotar um sujeito qualquer de aptidões, etc., mas modificar o modo de ser do sujeito a quem nos endereçamos (FOUCAULT, 2010a, p. 366).

Na prática, ambos se conciliavam na figura do *mestre*, que era quem enunciava a verdade aos seus discípulos, o que não quer dizer que uma delas não fosse preponderante na relação estabelecida, como a *psicagogia*, no caso dos estoicos. Era essa destinação à transformação do correspondente que dava o tom de sua comunicação epistolar mantida com o mestre.

Sigamos com essa questão do modo como ela aparece no curso de 1982. Na aula de 10 de março, Foucault estabeleceu uma definição negativa da *parresía* a partir da retórica, que

seria sua adversária técnica, e da lisonja, sua adversária moral. Há aí uma diferença no estatuto dos dois opositores da *parresía*, pois a lisonja é o inimigo, mas a retórica ocupa posição ambígua, podendo lhe emprestar um formato, quando dosada, mas podendo ser também seu oposto absoluto. Essa oposição com relação ao franco-falar filosófico manifesta-se em três aspectos: em primeiro lugar, trata-se de uma técnica que prescinde da verdade; em segundo lugar, constitui suas regras teóricas a partir do assunto tratado, e não daquele a quem se dirige; em terceiro lugar, age sobre os outros, mas para o proveito de quem fala, em vista da glória. Essas diferenças seriam de tal ordem na época de Sêneca que levariam a efeitos de subjetivação bastante diferentes.

No momento seguinte o pensador francês procede a uma definição positiva do discurso parrésico, expondo algumas de suas regras e de seus esquemas de formulação, tal como definidos por Sêneca, Galeno e Filodemo. A primeira dessas regras põe o discurso da *parresía* na dependência do *kairós*, ou circunstância. Prosseguindo, apresenta-nos a explicação de Filodemo, em seu *Perí Parrhesías*:

Deve-se efetivamente ter muitos cuidados ao dirigir-se aos discípulos; deve-se retardar tanto quanto possível as ocasiões de intervir entre eles. Porém, sem jamais retardá-la demasiadamente. Deve-se também ter em conta o estado de espírito daquele a quem se dirige, pois pode-se fazer sofrer os jovens quando admoestados em público de maneira severa (FOUCAULT, 2010a, p. 348).

Vemos assim o porquê de o franco-falar desses filósofos se afastar da construção retórica, uma vez que, para Cícero e para Quintiliano, o que conformaria o discurso retórico seria o assunto, e não as condições em que se apresenta.

Sêneca, na carta 40 a Lucílio, ao apresentar sua concepção de qual deveria ser o verdadeiro elo entre quem dirige e quem é dirigido, posiciona-se contra a direção coletiva, tão comum nos discursos dos oradores populares cínicos e dos cínico-estoicos. Defende, ao contrário, a relação individual de dois homens cultivados, em que os efeitos da *oratio* são mais duradouros, pois não seriam da ordem de um arrebatamento afetivo. Na carta 38, por sua vez, diz que essa direção lança sementes nas almas dos que recebem as palavras proferidas. Para que elas germinem, no entanto, deve-se atentar para que sejam atiradas no momento certo, em que os indivíduos estariam aptos a recebê-las.

Esse grupo de epístolas destinado à mestria do tipo filosófico apresenta-se, para Foucault, como uma forma de diálogo que, em vez de fazer vigorar uma verdade geral que se prestaria a ser um ideal moral a ser atingido, é construída em situações práticas sempre concernentes não apenas à palavra, mas à condição de quem a escuta e à postura de quem a

profere. Daí a diferença marcante entre os estudos vistos acima e o que consta na descrição empreendida por Foucault, visto não ser possível, para a definição da escrita de si greco-romana, prescindir da discussão do estatuto da verdade, bem como da importância da fala verdadeira do mestre. Far-se-á necessário, então, que procedamos à discussão sobre o modo como se articulam, na mestria ora estudada, as noções de escrita e verdade, visando estabelecer continuidades e descontinuidades na formação epistolar dos literatos.

3. A CARTA COMO CONTINENTE EDUCATIVO: PRÁTICA DO PASSADO, ARQUIVO DO PRESENTE

Antes de avançarmos na investigação acima descrita, parece necessário explorarmos mais detidamente alguns dos usos e formatos já assumidos pela troca de correspondências ao longo do tempo. Isso porque, mesmo que eventos recentes nos deem um bom suporte à compreensão das cartas de formação, restam ainda marcas herdadas de modelos do passado, com as quais, conscientemente ou não, lidam todos aqueles que se põem a escrever missivas. Ao evocar essas marcas, o historiador João Adolfo Hansen defende não serem “mera técnica aplicada do exterior, mas categorias de pensamento que modelam a *formamentis* dos agentes da correspondência” (1995, p. 88). Seguindo seus argumentos, poder-se-ia criticar muitas das pesquisas epistolográficas, já que “a análise do aspecto formal das cartas, e da epistolografia como gênero de escrita, raramente fazem parte dos trabalhos de historiadores que as utilizam como fontes” (SCABIN, 2010, p. 3).

Fiando-nos em tais conclusões, vemos afirmar-se a tarefa de percorrer brevemente a história do gênero epistolar, a fim de melhor circunstanciar o encontro entre a prática missivista e a educação não-formal de alguns literatos, a qual teve lugar por meio das cartas de formação. Em que pese, contudo, o reconhecimento da importância do estudo propriamente formal dessas cartas, convém limitarmos nossa atenção aos modelos de escrita de cartas que, no passado, engendraram práticas educativas. Deixamos de lado, assim, qualquer projeto de uma história das mudanças de estilo e de tópicos por que passou o gênero epistolar desde suas primeiras elaborações. A justificativa para tal escolha assenta-se em dois fatores: um, prático-procedimental; o outro, teórico. O primeiro deles resume-se ao esforço de não nos desviarmos em excesso da proposta geral do trabalho, bem como de evitar adentrar debates dos quais não teríamos competência para participar. O outro consiste na crítica que supomos dever ser feita às tentativas de elaborar-se uma *história total* de algum campo do saber, sem que haja qualquer incômodo no tempo presente que nos leve a endereçar determinadas questões ao material empírico. Uma história feita desse modo, segundo se nos afigura, engendra uma análise que só pode resultar *jornalística*, sem grande apelo problematizador.

Por outro lado, também não é uma história da educação epistolar o que aqui se empreende, já que não pretendemos fazer da educação uma essência imutável, a qual poderia ser vista desde sempre fundando novos formatos de si mesma. Se observamos

práticas do passado envolvendo correspondência e falamos em algo como uma educação, isso se deve ao fato de esse meio de comunicação ter sido uma forma privilegiada de transmitirem-se conhecimentos e práticas a pessoas que ingressavam em algum grupo de interesses específicos – seitas, doutrinas, confrarias etc. – e que, por isso, deveriam ser ali iniciadas. Não está implicada, portanto, a ideia de que tratamos de uma mesma existência em cada um dos contextos apresentados.

Diante dessa empreitada, os dizeres de Carmen Castillo (1974) sobre os tipos de cartas escritos na Antiguidade dão conta de demonstrar não haver nenhuma novidade no mutualismo entre a escrita epistolar e a educação dos correspondentes.

En el mundo romano tenemos noticia de la existencia de cartas dirigidas por Catón a su hijo y al consul Pompilio, correspondencia que en el siglo VI d.J.C. el gramático Prisciano pudo todavía consultar; eran cartas de carácter didáctico, que contenían preceptos sobre la educación, hoy totalmente perdidas (p. 430).

Às cartas didático-morais dessa época (século I a.C.), de que não se tem exemplares remanescentes, viriam somar-se outras, cujo caráter instrutivo estaria não no conteúdo, mas no próprio exercício de escrita, conforme explicita Armando José Ríos Sánchez (2011). Elas seriam fruto do aprendizado de retóricos e sofistas gregos desde o século V a.C., os quais desenvolviam algumas das habilidades de que necessitavam por meio da imitação do estilo de filósofos canônicos e da escrita de cartas cujo destinatário poderia ser fictício. Muitas dessas missivas representam, hoje, enorme desafio aos estudiosos da Antiguidade que não conseguem definir com certeza se se tratam ou não de correspondências apócrifas.

Já no contexto romano, em uma das primeiras tipologias dos gêneros literários conhecida, Quintiliano atrelou o *epistolário*, na condição de um subgênero, ao gênero *didático-ensaístico* (SÁNCHEZ, 2011). Às epístolas em si seria atribuído outro lugar, junto aos demais subgêneros *poético-líricos*. Tal divisão, apesar de curiosa, sustenta uma visão bastante pragmática das cartas, as quais representariam, quando isoladas, um espaço de elaboração estético-literária; se pensadas como prática constante, no entanto, ensejariam a comunicação de ideias ou de conhecimentos, bem como poderiam ser *exercícios sistemáticos de escritura*. Neste caso, figurariam ao lado de tratados morais, provérbios, biografias, memórias, diários etc.

No período final da República (século I a.C.), veem-se reverberações da divisão entre cartas poéticas e as que são instrumentos didático-morais, mas algumas das mudanças políticas e culturais ocorridas então vão tornar intrincada essa relação. Dessa época, Cícero

foi o grande expoente da escrita epistolar, e teve seu formato de escrita, presente nas 797 missivas que nos chegaram, tomado, ao longo dos séculos, como modelo não apenas de composição de cartas, mas também da arte retórica. Tal conjunto estaria dividido, conforme o próprio autor, em dois eixos, ao fim repartidos em três tipos. As cartas-mensagem, oficiais e de conteúdo usualmente lacônico, seriam o mais antigo e também o mais simples dos eixos. Haveria também as cartas-intercâmbio, trocadas entre amigos e cuja modalidade poderia variar entre familiar (*genus iocosum*), quando falassem de amenidades, e outra mais séria (*genus grave*), composta de missivas derivadas de debates políticos. Para Castillo (1974), seria necessário falar ainda de outros dois tipos de epístola não abordados pelo retórico romano: as cartas-tratado, *mera desculpa para a exposição de ideias*, e as cartas-proêmio, as quais assemelham-se a dedicatórias, aparecendo como introdução de livros importantes da época.

Já o epistolário de Sêneca, construído no século seguinte e muito menos volumoso, parece não se submeter inteiramente à divisão proposta por Cícero. Conforme Castillo, as epístolas senequianas teriam atributos de um tratado – cujo gênero é o *grave* –, mas teriam também um tom mais íntimo por se tratarem da comunicação de dois amigos, o mestre e o discípulo.

Las 124 epístolas de Séneca a Lucilio escritas al fin de su vida revisten carácter moral. Recogen la experiencia de um hombre que la tenía amplia y profunda, y van dirigidas a otro hombre, también experimentado, y también literato. Es cosa admitida que se trata de correspondencia auténtica transmitida em orden cronológico (p. 432).

A preocupação da historiadora de destacar a autenticidade das missivas não é sem motivo, já que, por algum tempo, discutiu-se a veracidade dessa correspondência. Aqueles que a mantinham sob suspeita apontavam o caráter universal dos ensinamentos ali presentes, os quais prescindiriam de um interlocutor para serem enunciados. Para eles, a epístola, aí, seria um recurso formal para incorporar maior eficácia à sua obra. Isso porque conciliava a familiaridade de uma conversa informal com um amigo que se quer próximo, ao rigor estilístico dos tratados. Ingerborg Braren, em seu estudo sobre *A natureza literária das epístolas morais de Sêneca* (1989), ainda que não reitere a ficcionalidade das cartas a Lucílio, dá-nos exemplo de uma abordagem em que o aspecto formal das epístolas tem mais peso na análise do que outros fatores que possam ter levado o estoico a escrever suas epístolas. “Para Sêneca [...], escrever epístolas e não tratados filosóficos é uma escolha que

deve ser entendida como o uso de uma forma literária, na época em que as escreveu, provavelmente muito mais conforme com o seu estado de espírito” (p. 33).

Braren, como o título de seu estudo sugere, ocupa-se da vocação estética da epistolografia de Sêneca, mas, influenciada pela retórica, pensa não ser possível interpretar seu interesse pela escrita de cartas tratando somente de sua forma e de seu conteúdo. Além dos aspectos formais, dever-se-ia “levar em consideração duas variáveis de significativa importância [...] as intenções do missivista e a extensão do destinatário” (p. 16). Tendo cumprido esse protocolo, a pesquisadora chega à ideia, corrente entre os estudos epistolográficos sobre a Antiguidade, de que o filósofo estoico estaria mirando um público muito maior do que apenas seu pupilo: “não tinha em mente a presença de Lucílio como verdadeiro destinatário, mas uma plateia muito maior da qual fazemos parte” (p. 16). Tal extensão do alcance de suas epístolas residiu em seu conteúdo filosófico, razão pela qual “Sêneca estaria pensando na publicação e na posteridade” (p. 2).

Fica claro, nesse caso, não haver um discípulo em uma relação de *aprendizagem*, fazendo mais sentido pensar que dessas cartas derivariam asseclas ou seguidores, como foi o caso das epístolas doutrinárias formuladas pelos pensadores cristãos. A suposta aproximação de Sêneca aos primeiros difusores do ideário cristão, aliás, parece ter sido um dos balizadores da leitura de suas cartas pelos epistológrafos, desde a Idade Média até o século XX. No período medieval, circulava, junto à ideia de que Sêneca teria se convertido ao Cristianismo, correspondência sua com o apóstolo Paulo, a qual hoje se sabe apócrifa, mas que na época foi determinante para que seus textos continuassem sendo lidos na Europa cristã. Como efeito, testemunhamos no período da Renascença sua prosa ficar atrás, em número de leitores, apenas da de Cícero (CASTILLO, 1974). Nos estudos atuais, por sua vez, a aliança entre as filosofias estoica e cristã parece fortalecer a concepção de encontrarmos em Sêneca um epistolário direcionado a todos, e não a um.

Em contraposição a tal visão estariam aqueles que enxergam no estoicismo um modo de pensamento e de ação, no qual o contato entre mestres e discípulos deveria ser mais íntimo, tal como havia sido na *polis* grega, ainda que à distância. É o caso, como notado anteriormente, de Michel Foucault, quem pensava o esforço epistolar senequiano, sob a égide dos textos e do pensamento estoicos, mas também das práticas epistolares e de formação filosófica próprias a esse grupo.

Se nos guiarmos pela análise de Foucault, ainda que consideremos a possibilidade de Sêneca ter tido interesse na publicação de suas cartas, não poderemos deixar de lado o caráter prático-conjectural de suas exortações morais. Para ele, no interior do regime de

veridicção chamado de helenístico, a verdade não se apresentava como uma lei de existência, aplicável a todos, mas só se definia na relação contínua com um indivíduo, por intermédio de práticas de subjetivação. A visão de que as epístolas ético-pedagógicas estariam propondo uma moral de existência universal, sendo tributária de uma simplificação da cultura antiga que supõe haver, entre o platonismo e o texto cristão, uma evolução contínua na história das relações entre o sujeito e a verdade, não poderia ser mantida:

Onde nós modernos entendemos “sujeição do sujeito à ordem da lei”, os gregos e romanos entendiam “constituição do sujeito como fim último para si mesmo, através e pelo exercício da verdade”. Há aí, creio, uma heterogeneidade que deve nos prevenir contra qualquer projeção retrospectiva (FOUCAULT, 2010a, p. 284).

Da mesma forma, deveríamos nos precaver face à impressão de uma continuidade entre as epístolas ético-pedagógicas do começo do Império e aquelas escritas por membros da Igreja – chamadas de *universais* por Sánchez (2011) –, pois, ainda que ambas tivessem uma função pedagógica, não partilhavam de uma mesma destinação. Parece possível, em vez disso, supor que algumas das técnicas de si, tal como a mestria por meio das epístolas, e também certa definição do pensamento estoico encontraram aceitação em meio à patrística cristã. Mas então teremos de acompanhar de que maneira se deu essa apropriação, para que se pudesse formular algo como uma *direção de consciência generalizante*.

Conforme Foucault, há uma inversão na passagem de uma experiência a outra, pois enquanto na psicagogia estoica a necessidade do dizer-verdadeiro, *o peso essencial da verdade*, repousaria sobre a fala do mestre, na psicagogia cristã será o discípulo o encarregado de dizer a verdade, sob a forma da confissão. Será ele que assumirá os riscos de uma fala verdadeira, a qual agora expressa aquilo que o indivíduo traz em si, e não mais máximas ou exemplos de vida. O sujeito então passa a ser também objeto de seu discurso. Ao mestre, por sua vez, caberá opor-lhe a verdade, a qual reside no texto sagrado, e cujo valor em nada leva em conta a circunstância, como ocorria na mestria filosófica dos séculos I e II.

A reelaboração da psicagogia quando da passagem do estoicismo ao cristianismo, como visto, levou também à mudança da relação de mestria, o que determinará os rumos da epistolografia ao longo de todo o período medieval. Nesse contexto, as cartas trocadas entre os padres serão quase as únicas a existirem, dada a derrocada do Império Romano e a consequente supressão das cidades e dos espaços letrados. Exceção a isso é vista apenas nas

esporádicas correspondências trocadas entre monarcas e burocratas germânicos dos diferentes reinos.

As cartas entre os padres, por sua vez, reproduziam o esquema de vigília vigente nas cartas de Sêneca, mas traziam diferenças significativas devido à relação entre a *alma* do sujeito e a verdade. Em Atanásio, por exemplo, a troca de cartas criará um duplo constrangimento, obrigando quem escreve a uma vida sem pecados. Enquanto a escrita em si, deixando à mostra os movimentos interiores da alma, obrigaria o sujeito a se envergonhar de seus pecados, a presença do outro que as lê exerceria um controle sobre a conduta do escritor. Ademais, ao se escrever, o cristão tinha a possibilidade de se pensar portador de meios para combater aquela falta e fazia disso anotações que eram mantidas *ad manum* como discursos contra as vicissitudes, tal como ocorria nos *hypomnémata* (FOUCAULT, 2004).

Já a alta Idade Média, a partir dos séculos XII e XIII, presenciou um *renascimento* cultural o qual levará ao significativo aumento do número de correspondentes no velho continente. Foi nesse contexto que muitos dos textos de Cícero sobre retórica voltaram a ser lidos (ANTÓN, 1996). Outros textos, dele e de mais escritores clássicos, foram encontrados por humanistas como Petrarca. Retomado o interesse pela escrita de gregos e romanos, também assumia importância a filologia, cujo aperfeiçoamento permitiu uma melhor compreensão do uso da língua latina. O fascínio pelo modelo retórico antigo foi tão expressivo que houve, entre os ciceronianos, estudiosos que defendessem a restrição de temas abordados e termos utilizados nos escritos da época apenas àqueles encontrados nos textos de Cícero. Em contraposição a eles, afirmavam-se pensadores menos puristas, como Desidério Erasmo, cuja remissão ao cânone retórico tendia a uma flexibilidade maior. Ele mesmo escreveria ainda o *De conscribendis epistolis*, um dos primeiros manuais de escrita de cartas desde a Antiguidade, dando mostras da íntima relação que essa renovação intelectual tinha com a prática epistolar.

Enquanto gênero literário, ou como atividade reservada de alguns privilegiados, o uso de escrever cartas conheceu notável impulso entre os homens do Renascimento. Expressão de uma maior importância dos laços que se estabeleciam para além da célula familiar; do ideal de civilidade: gênero propício ao melindroso comércio de idéias, ou a confidenciar experiências de encanto, beleza e amor. O advento da imprensa facilitou o acesso dos letrados a antigos modelos estilísticos, acenando ainda, por vezes, com a perspectiva de uma certa notoriedade pessoal, ou com a remota possibilidade de uma compensação econômica, na venda de manuscrito (MIRANDA, 2000, p.42).

O caráter romântico de que se reveste a descrição do historiador português Tiago dos Reis Miranda pode levar a um equívoco se se considerar que datam dessa época modelos de escrita de cartas mais intimistas, como as que vemos trocadas entre os literatos brasileiros do começo do século passado. Deve-se, em vez disso, ver, nessa cena, o início de um movimento que só se afirmaria três séculos depois, de expansão da comunicação via epístolas para além dos círculos burocráticos. Persistira, até aí, a função mais institucional das epístolas que, em sua imensa maioria, ou tratavam de negócios comerciais, ou eram notícias trocadas por membros de ordens religiosas, ou, ainda, tematizavam assuntos do interesse dos Estados monárquicos.

Ainda que os *manuals de secretário*, contendo ensinamentos relativos à etiqueta e aos ofícios burocráticos, tivessem espalhado bastante a prática de escrita de cartas durante o Antigo Regime, foi somente no século XVIII, já diante do avanço da literatura moderna, que as missivas se revestiram novamente do caráter íntimo que havia marcado algumas das correspondências na Antiguidade.

3.1. A epistolografia nos estudos educacionais

Tamanha importância cumprida pelas missivas em diferentes modelos pedagógicos gestados ao longo da história ocidental parece não se refletir nos estudos recentes da área educacional. Seja em publicações, seja em artigos acadêmicos da área, ou ainda em teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras, a representatividade dessa temática não se mostra expressiva, surgindo timidamente em meio à proliferação de pesquisas sobre práticas escolares, modelos pedagógicos, aclamados teóricos da educação etc. Em muitos casos, é no interior dessas outras temáticas maiores que a carta aparece como fonte empírica para que se possam obter dados acerca de um contexto ou de uma pessoa.

As cartas trocadas entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo entre 1929 e 1971 constituem um importante exemplo de material, impulsionando estudos de história da educação sobre o ideário dos dois educadores (VIDAL, 2002). Em outro caso, a atenção volta-se à correspondência de Eça de Queirós, de modo a compreender seu posicionamento frente aos debates educacionais de sua época (SOUZA, 2008). Jan Hus também teve suas cartas escrutinadas, por conta de suas ideias pedagógicas (AGUIAR, 2010). Esses não são os únicos estudos a fazerem das missivas um modo privilegiado de aceder ao pensamento sobre a educação de reconhecidos intelectuais do passado, havendo, para isso, um campo específico dos estudos epistolares em educação (ARAÚJO, 2010; PRESTES, TUNES, 2009). Tal campo abriga ainda pesquisas que não se resumem à correspondência entre um

ou dois intelectuais, mas que se interessam por toda a massa epistolar produzida em uma rede intelectual específica, como aquela derivada do debate entre anarquistas espanhóis do início do século XX, em favor da construção de uma nova proposta educacional, mais adequada a seus princípios (SILVA, 2013).

As investigações sobre a correspondência no interior de ordens religiosas – destacadamente a Companhia de Jesus –, mesmo atendendo à definição que demos acima, parecem fundar um campo de pesquisa à parte, dada a quantidade de estudos sobre essa temática. Nesses casos, nota-se que não apenas ideias sobre educação são transmitidas pelas cartas, mas também normas de regulação dos padres educadores, métodos de conversão utilizados, definições institucionais, como a construção de uma missão etc. (LEONARDI, 2008; CUSTÓDIO, 2011). Esse tipo de correspondência tem atraído bastante a atenção dos pesquisadores em educação, por relatarem experiências que por muito tempo foram praticamente as únicas levadas a cabo na então colônia portuguesa na América (PEREIRA, 2006; FAVACHO, 2010). Além disso, sua ocorrência ao longo de mais de três séculos é reputada como grande responsável pela aculturação da população autóctone americana, o que as transformou em matéria de interesse para os estudos culturais em educação (VIEIRA, 1999).

Outro campo de pesquisas epistolográficas, de certo modo relacionado ao primeiro, é o que congrega investigações sobre conjuntos de cartas, os quais, segundo defendem seus autores, teriam destacado papel na formação dos destinatários. Tal aconteceria, para José Carlos Matozinho (2013), com as cartas de Caio Prado Junior, quem teria feito delas suporte para a transmissão de suas ideias políticas. Nosso trabalho, ao estudar as cartas de formação, enquadra-se nesse grupo, ainda que nele também possam ser vistos aspectos que o aproximam de outros dos estudos já citados. Também as análises de Marcos Antonio de Moraes (2007a), Maria Helena Werneck (2000) e Maria Cristina Cardoso Ribas (2008) podem ser alinhadas a essa perspectiva.

A apropriação das cartas pela educação escolar oferece-se para um quarto eixo de estudos acerca das práticas epistolares, a saber, sobre os exercícios didáticos, normalmente ligados ao ensino da escrita, envolvendo o estudo ou a confecção de cartas pelos alunos. Esses versarão sobre iniciativas de dinâmicas pedagógicas em que os alunos escrevem cartas a outrem – o professor, outro aluno, um familiar, alguém famoso etc. –, de modo a desenvolverem tanto habilidades de escrita, pelo aprendizado do gênero, quanto aspectos afetivos, já que se pensa estarem trabalhando suas relações interpessoais (LEAL; LUZ, 2001; PERES, ALVES, 2009). Em alguns dos textos com que deparamos, a relação inverte-

se, pois os professores investigados, às vezes junto com os alunos, é que foram instigados a escrever cartas de modo a dar a conhecer seus projetos, sentimentos e perspectivas face ao ofício docente e às situações vividas cotidianamente nas escolas (DIETZSCH, 2004).

Tais pesquisas, ao mesmo tempo em que nos dão a dimensão das práticas levadas a cabo em ambientes escolares, poderiam muito bem figurar também numa quinta corrente de estudos, cujo mote não são nem as teorias pedagógicas, nem as instituições educativas, nem o desenvolvimento da escrita e das relações pessoais. Trata-se, em vez disso, de inquirições sobre as supostas relações – de incentivo, de correção, de censura, de produção etc. – entre determinados processos educacionais e as distintas subjetividades. Muitos desses estudos encampam lutas pelos direitos de algum grupo usualmente definido por sua condição marginal na sociedade, tais como as mulheres, os homossexuais ou os afrodescendentes, partindo da premissa de que suas especificidades são desrespeitadas em meio ao processo massificador e desigual da educação escolar (BARBOSA, PASSEGGI, 2006). Diante desse cenário, projetos que incentivassem manifestações livres das identidades de cada um, bem como discussões acerca do respeito às diferenças, seriam bem acolhidos. Bem recebidas também seriam narrativas biográficas ou autobiográficas que exemplificassem as diferentes subjetividades e suas especificidades. Aí se enquadram as análises de cartas escritas pela comunidade escolar – alunos e professores, preferencialmente – em ocasiões promovidas, muitas vezes, pelos próprios pesquisadores, de modo a obter relatos testemunhais (LOPONTE, 2006; DAVID, 2010; MIGNOT, 2013).

Um último uso comum das cartas nas pesquisas do âmbito educacional é o que as toma, muitas vezes junto a outras fontes, como fonte empírica simplesmente porque trazem informações esclarecedoras de um contexto ou de um acontecimento de impacto para as práticas pedagógicas. Nesse caso, não está em questão a especificidade do suporte carta, nem qualquer aspecto referente ao gênero epistolar. São utilizadas cartas, mas poderiam ser diários, artigos de jornal ou o que mais pudesse conter os dados esperados. Sendo assim, muitos assuntos distintos são tratados e as missivas colaboram para a construção de uma história das práticas e ideias educativas, bem como de seus contextos.

3.2. Textos e paratextos: uma leitura das cartas pela crítica literária

Tendo analisado diferentes estudos pautados pela aliança entre o suporte missivístico e as práticas educativas, pudemos notar certo caráter assistemático nos modos de remissão a referidos encontros, não havendo, cremos, em nenhuma das vertentes acima, um debate

mais consistente em torno das especificidades dos modelos pedagógico-epistolares. Como resultado, julgamos ser possível defender a inexistência, no campo educacional, de discussões metodológicas mais contínuas, das quais se pudessem emprestar conceitos, premissas ou precauções quanto ao trato do material epistolar nos estudos da área.

Por outro lado, no que se refere ao campo literário, os debates envolvendo o endereçamento às fontes epistolares cresceu exponencialmente nas últimas décadas, em especial, com o advento da *crítica genética*. E o fato de essas análises tomarem como objeto, tal como nossa pesquisa, as trocas de cartas entre escritores, faz com que a imersão nessa seara seja movimento obrigatório para a aproximação que pretendemos da formação dos literatos. Não tanto, claro está, pelo tema de interesse, mas sim pela discussão metodológica que entendemos ser de extrema valia para a definição, que ora se faz necessária, de um método de abordagem do material escolhido para a investigação.

Em texto de 2007, Marcos Antônio de Moraes, na ocasião presidente da *Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário* – depois renomeada *Associação dos Pesquisadores em Crítica Genética* – aponta três usos possíveis das missivas de escritores para os estudos literários (2007b, p. 30). O primeiro seria aquele que ajuda a definir o perfil biográfico de dado autor, “delineando uma psicologia singular que ajuda a compreender os meandros da criação da obra”. Haveria um segundo uso que diria respeito à descrição do cenário onde se desenvolvem as relações entre esses escritores. Seria, nesse caso, documento aos que pretendem escrever uma história da vida literária. Por fim, fala dessas cartas como “‘arquivo da criação’, espaço onde se encontram fixadas a gênese e as diversas etapas de elaboração de uma obra artística”, mostrando-se, também, importante para a compreensão do *processo de escrita dos autores*.

Para os pesquisadores da crítica genética – que buscam encontrar elementos que permitiriam fazer uma história secreta da obra, ou seja, narrar sua *gênese* (GRÉSILLON apud WILLEMART, 2005, p. 3) – as cartas de escritores comporiam um arquivo maior, de onde se poderiam extrair informações tanto do autor quanto do processo de escrita: o dos manuscritos deixados pelos literatos. No caso do autor, importaria conhecer seu “universo mental” (p. 3), por meio, por exemplo, de sua biblioteca e da porção dela consultada para a redação de determinada obra. Além disso, atentar-se-ia, com tal finalidade, ao conhecimento de seu método de escrita e de suas manias, como aquela que suscita certo espanto em Philippe Willemart, com relação à escrita de Proust.

Quem podia imaginar que um texto tão comprido e ordenado como ‘Em Busca do Tempo Perdido’ pudesse sair de 75 Cadernos de rascunhos cheio

de paperoles reunidos como um vestido remendado (WILLEMART, 2005, p. 4).

Já no que se refere ao processo de escrita, a crítica genética ressalta os percalços que a afastam de sua intenção primeira, o diálogo com os editores, e também a recepção do público, no caso de uma eventual reelaboração da obra.

Atentando para tais questões e para as já elencadas em torno da figura do escritor, seria possível operar uma quebra das noções de obra e de autor, que agora não mais poderiam ser explicadas sem que recorrêssemos a uma gama de outras condições determinantes da construção do texto literário. Sobre isso, Willemart defende que

a crítica genética trouxe, para a história da literatura, a desconfiança do texto acabado e das obras completas, salientou a importância da história dos textos, minimizou a instância do escritor, deu uma maior inteligibilidade ao texto e ao ato de criação (2005, p. 16).

A mesma constatação pode ser notada também na explicação apresentada pelos professores da Universidade de São Paulo, Claudia Amigo Pino e Roberto Zular (2007), com a ressalva de que, para eles, também a crítica genética precisaria passar por uma revisão a fim de incorporar as conclusões de Michel Foucault sobre a *função-autor*. Partindo do referencial foucaultiano, os pesquisadores afirmam não ser “mais possível voltar a uma atitude ingênua com relação à autoria” (p. 171), pois ao publicar manuscritos, “o crítico se vale da função-autor e altera completamente a recepção deles” (p. 171).

Por outro lado, seria necessário reconhecer a impossibilidade de “a partir dos próprios discursos e dos documentos conhecer as regras que regulam seu funcionamento” (p. 170), o que obrigaria a pensar também no que os autores chamam de *campo institucional dos discursos literários*, onde só se os entenderia em sua relação com os jogos de poder. Mais uma vez, aqui, seria o quadro conceitual explicitado por Foucault que possibilitaria uma maior adequação da crítica genética ao seu objeto, resguardando-a do risco de uma abordagem anacrônica que desvinculasse os textos literários de seu contexto, dando lugar a uma espécie de *geneticismo historicizante*.

Tal abordagem crítica, no entanto, parece não se oferecer como o método mais adequado para a nossa investigação, centrada que está na relação estabelecida entre os escritores e a escrita literária. Explica-se essa inadequação por dois motivos distintos, ambos focados numa leitura outra da obra foucaultiana. Em primeiro lugar, pensamos ser importante marcar nossa diferença com relação aos geneticistas no que concerne ao trato historicizante, defendido por Pino e Zular, já que esse situa historicamente os elementos que

compõem o processo de criação do texto literário, mas parece manter sob salvaguarda a ideia de literatura. Seguindo sua explicação, é possível que pensemos em uma “crítica ao texto” (PINO; ZULAR, 2007, p. XX) que se adapte a textos literários tão distintos quanto os de Petrarca e de Flaubert, mas se não nos oferecem modos de quebrar, tal como proposto pelo mesmo Foucault (2006b), a barreira que nos faz tomá-los por literários. Dessa maneira, seguimos no interior de um regime trans-histórico: o do texto literário.

Em segundo lugar, acreditamos ver, na crítica genética, a manutenção de autor e obra como categorias explicativas da escrita literária. Para a compreensão dessa asserção, no entanto, convém que retomemos os escritos de Foucault aludidos por Pino e Zular, acerca da autoria nas obras literárias. A função-autor tal como descrita pelos críticos aparece, pela primeira vez, na conferência intitulada *O que é um autor?* (2009a), proferida pelo pensador francês em 1969. Nela propõe, como vimos anteriormente, que se investigue o espaço ocupado pelo autor na ordem discursiva moderna, no momento mesmo em que a crítica literária alardeia seu desaparecimento. Isso porque, para ele, não seria suficiente “constatar uma vez mais seu desaparecimento” (p. 264), sendo preciso descobrir, “como lugar vazio – ao mesmo tempo indiferente e obrigatório –, os locais onde sua função é exercida” (p. 264).

Ao definir tal função, defende a ideia de que o autor desempenha um papel de classificação na obra literária, configurando-se em uma forma de seleção e agrupamento dos textos. A unidade advinda desse nome do autor, juntamente à noção de obra, teria um papel essencial na escrita literária, assumindo força explicativa maior, por exemplo, do que a ideia de gênero. A inquietação, pois, em torno de quem escreve aquilo que se lê, apareceria de modo inequívoco logo no início de uma leitura, já que, sabendo haver um autor para dado texto, ele deixaria, daí em diante, de ser discurso cotidiano, “palavra imediatamente consumível” (p. 274), para tornar-se uma obra.

Por tamanha força exercida pela função-autor na economia discursiva da modernidade, sua desaparecimento, que se teria iniciado desde Mallarmé, não ocorreria impunemente, deixando marcas indeléveis de sua presença em um conjunto de categorias ainda importantes no controle da circulação dos discursos. A reaparição do autor *post-mortem*, promovida, conforme Foucault, por uma espécie de *bloqueio transcendental*, dar-se-ia mediante as noções que guardamos de obra – “uma obra não é aquilo que é escrito por aquele que é um autor?” (FOUCAULT, 2009a, p. 269) – e de escrita, já que essa não assumiria, num contexto posterior ao autor, posição tal que fizesse a indagação sobre a origem do texto cessar. O autor, então, tendo sido privado de seu caráter empírico, ter-se-ia

transfigurado em um ente místico, quase espiritual, operando no modo como lemos, sem que sejamos capazes de nomeá-lo.

A manutenção da função-autor, por sua vez, traria como pressuposto certa clivagem no interior da ordem discursiva, clivagem essa que eleva alguns escritos a um estatuto privilegiado, tal como apontado por Foucault em *Desembaraçar-se da filosofia* (2006b). Seguindo seu pensamento, vemos o caráter *diferencial* do texto literário revelar-se marcadamente na leitura das obras literárias feitas pelos críticos do campo, que pensam os textos eivados de opacidades, de segredos, que só cederiam sob um trabalho hermenêutico de análise; busca pela verdade por trás dos escritos que, para o filósofo francês, tratar-se-ia de uma forma de persistência da exegese cristã em que a obra literária se aproximaria do *Texto sagrado*.

Para que possamos, pois, descortinar as relações formativas entre os escritores, e deles com a instituição literária recorrendo não a determinações essencialistas, mas sim à configuração histórica de tais relações, mostra-se necessário que pensemos para além do par obra/autor, condição que se não parece propiciar pela abordagem geneticista. Isso porque, ao operarem a releitura da escrita literária, acabam decompondo tais categorias em um número maior de elementos determinantes, quando na verdade almejavam extirpá-las da análise. Como resultado, temos que, tal como no bloqueio transcendental descrito acima, passamos da unidade da obra devida ao ato criador de um autor, à outra unidade textual, derivada agora de um processo, o qual, a despeito das influências variadas sobre ele concorrentes, enseja a produção de um texto de caracteres similares aos da obra. Obra inacabada e multifacetada, mas ainda obra. E o que se vê a seguir é a restituição do autor à obra, por exemplo no momento em que nos é dito do processo de criação de Proust (WILLEMART, 2005), ou dos “manuscritos de Kafka” (PINO; ZULAR, 2007, p. 158).

Há ainda uma segunda razão para o afastamento proposto do par explicativo autor/obra, não atinente à cisão essencialista operada pelos discursos literários: o fato de nele não aparecerem outros elementos da relação entre o escritor e a escrita além daqueles regidos pelo ato escritural. Tal restrição às práticas de escritura aparenta ser problemática, pois, como vimos no capítulo primeiro de nossa dissertação, a formação dos escritores não se apresenta circunscrita tão somente ao fazer escritural ele mesmo, mas deriva de uma experiência mais ampla, capaz de neles produzir discursividades e hábitos em nada vinculados ao exercício textual. Em favor da apreensão dessa experiência, pois, operaremos não no encontro entre o autor e a obra, e sim no constituído entre escritor e escrita literária

entendendo-a, na linha do proposto por Foucault, como experiência capaz de governar, seja o leitor, seja o literato.

3.3. Da materialidade do discurso: a *arqueologia* de Michel Foucault

A discussão até aqui apresentada conduziu-nos a uma aparição mais problemática da experiência literária, já que imbuída de um paradoxo onde até então se via apenas a diferença entre leitores e escritores. Os elementos que apareciam nessa dicotomia caíram, um a um, após a constatação de que nada é vivido para além dos focos de experiência do tempo em que se vive. Reedificaram-se, então, em um jogo agonístico; jogo de peças que, após se moverem contra os limites de uma dada experiência, tornam-se a própria barreira que dificulta novas experiências; jogo em que a resistência oferecida por alguns discursos aos regimes de veridicção não é capaz de impedir que assumam caráter prescritivo quando reapropriados como objetos do conhecimento; jogo, enfim, que canaliza a força dessubjetivadora de práticas específicas, fazendo com que se tornem exemplares e prestem-se à normatização da experiência de outrem.

Os efeitos dessa mudança, contudo, são sentidos também em outro domínio do horizonte teórico foucaultiano, de que só se tratou de forma incidente até agora. Trata-se do campo metodológico de seus trabalhos: dos procedimentos utilizados para a imersão nas fontes, da definição de conceitos cujo valor será operacional, do modo como se organizam as séries documentais etc.

Para tanto, vale ressaltar a ideia de arqueologia, elaborada em *A arqueologia do saber* (2012), de 1969. Trata-se de uma espécie de tratado sobre o modo de operação de que Foucault até então se valera para o tratamento de suas temáticas. A obra não adere facilmente, no entanto, à categoria de texto metodológico, já que não é de uma técnica de abordagem dos objetos que ali se fala. De forma análoga, percebe-se que nela não está proposto nenhum método que possa ser estendido ao trato de outras questões, dos quais seus leitores se poderiam valer em suas investigações. Definição melhor seria a de que há, em *A arqueologia do saber*, uma relação das opções teóricas que sustentaram alguns de seus procedimentos, mas que ali eram criticadas, bem como outras, bases de pesquisas que não as suas, das quais Foucault tentara desde o começo se apartar.

Tem-se, portanto, no livro de 1969, uma descrição mais daquilo que não deve ser feito do que do modo como se deve proceder em uma investigação. Num jogo de claro-escuro, contudo, vê-se, para além dos aspectos negativos de seu pensamento, afirmar-se nesse texto sua concepção de *saber*. Dita concepção fora cara ao pensador, mas nesse momento passava por uma importante transformação que, aos poucos, iria levá-lo a falar mais em discursos do que em saberes propriamente ditos. Assim, de forma paradoxal, se a arqueologia pode ser entendida como um método – num sentido bastante específico dessa

palavra, sem implicar uma adequação do objeto aos procedimentos do investigador –, será um método direcionado aos discursos, e não exclusivamente aos saberes.

De qualquer maneira, por esse jogo duplo em que se estuda o afastamento de Foucault da experiência literária e o concomitante deslocamento da noção de saber para a de discurso, esperamos poder escapar de alguns dos equívocos muitas vezes cometidos quando do trato com as fontes ditas literárias. Para tanto, o retorno à *Arqueologia* mostra-se profícuo, no sentido de definir o que Foucault entendia por discurso, bem como entender de que modo se deve operar com tal categoria.

No livro em questão, ao tratar das *unidades discursivas*, as quais seriam conjuntos de discursos que mutuamente constroem para si mesmos uma coesão, especifica algumas noções cuja manutenção tem impedido que se tomem os discursos por aquilo que lhes é característico; seria o caso, por exemplo, das ideias de *tradição*, *influência*, *evolução* e *espírito*. Sobre isso, diz ser

preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame [...] é preciso expulsá-los da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-los ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 2012, p. 26).

Vê-se, pois, que ele reserva aos discursos um lugar de dispersão. Mas deixa claro tratar-se de uma posição de direito, uma hipótese sempre renovada, com o intuito de pôr em dúvida unidades obscuras as quais são herdadas sem nem questionar. Em contraponto, faz uso, em sua definição, da ideia de população, o que não parece sem razão. Uma população, mesmo que constituída de elementos independentes, os quais poderiam rumar para diferentes lugares, acabam na prática sendo organizados pelo espaço e por outras dinâmicas não visíveis. Do mesmo modo, não se poderia falar de uma infinidade de enunciações discursivas, pois há regras que limitam sua extensão. Se é de uma população que se fala, deve-se conceber os discursos não indo a todos os lugares, mas seguindo fluxos mais ou menos definidos; poder-se-á vê-los ocupando espaços possíveis, aglutinando-se em torno de algumas noções, mas deixando vazios em outros lugares. Do mesmo modo, não será certo que se os encontrará sempre relacionados aos mesmos discursos e conforme uma mesma articulação. As pessoas não se portam da mesma maneira quando estão, por exemplo, com outros indivíduos do mesmo sexo ou entre vários casais. Assim, também, seria o jogo das enunciações condicionado por uma série de critérios, os quais convém interpelar.

Naquele contexto, na verdade, não era dos critérios em si que se tratava, pois eles devem variar conforme o problema que se estabelece. Atentava-se, em vez disso, para os impedimentos à definição desses parâmetros dos quais aquele que busca fazer uma arqueologia dos discursos deveria se desfazer antes de tudo. O primeiro deles seriam as noções acima descritas de tradição, influência etc., cujo efeito principal seria o de criar uma linearidade – sincrônica ou diacrônica – entre os discursos. Elas, como padrões de agrupamento previamente estabelecidos, impor-se-iam indiscutíveis aos pesquisadores, atrapalhando o trato arqueológico.

Além delas, haveria as unidades efetivadas sob a concepção de formas ou gêneros. É o caso da ciência, da literatura, da filosofia, da religião e da história. Essas, apesar de serem de difícil definição por aqueles que as utilizam, e a despeito de serem, em alguns casos, categorias de desenvolvimento recente, afirmar-se-iam desavisadamente na maior parte dos estudos feitos sobre os discursos. Destarte, excluindo-se mais esse impedimento ao trabalho do arqueólogo, outra característica do ordenamento dos enunciados afirmar-se-ia: a de que eles não podem ser definidos no interior do jogo discursivo, ao menos não exclusivamente. Não se pode supor que a literatura tenha força de organização dos discursos literários, nem de definição do que é literário, pois ela não transcende o lugar de discurso – constatação cujo efeito sobre essa pesquisa já foi mensurado.

Restariam ainda outros dois organizadores do discurso a compor a tarefa negativa da arqueologia. O recurso à categorização dos escritos por meio dos termos obra e livro seria o que se impõe de maneira mais imediata. Dele, Foucault já teria falado em *O que é um autor?*, voltando a falar em *A ordem do discurso*, dada sua importância no controle do potencial dispersivo dos discursos. Assim que questionados, contudo, tanto um quanto o outro perderiam sua evidência: “não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2012, p. 28). Ainda assim, suas forças eram grandes, pois seguiam incontestes desde há muito. No caso da obra, nem mesmo o assédio ao autor na modernidade teria sido suficiente para derrubá-la. Diante disso, indagava Foucault na conferência de 1969: “uma obra não é aquilo que é escrito por aquele que é um autor?” (2009a, p. 269), de modo que nesse conceito estava sustentado um arranjo dos discursos que poderia remeter sempre a uma unidade que a limitasse, e também a um sujeito, cuja autoridade restringiria ainda mais a apropriação desses ditos.

Por fim, na definição das unidades discursivas que obliteram a investigação arqueológica, Foucault falou de dois temas que, de modos distintos, essencializam o jogo discursivo, fazendo dos discursos meras alegorias de algo que não se vê diretamente. Um

deles é o que entroniza uma suposta origem dos discursos, condenando quem quer que almeje se debruçar sobre um enunciado a tratar de uma longa cadeia cronológica de significantes. Isso porque, de algum modo, esse discurso ainda seria a enunciação daquele distante antepassado. O segundo seria o que supõe haver, por trás do que é dito, um “já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não dito” (FOUCAULT, 2012, p. 30). Ambos jogariam os dizeres em um mundo de ausência, o qual se complementaria com uma presença organizadora perdida ou secreta. Contra isso, professa ser “preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos [...]. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (p. 31).

Nessa fala, antevê-se outra característica da teoria concernente ao procedimento arqueológico, a qual o apartava não apenas do que era defendido por boa parte dos estudiosos da época, mas também do que havia sido a concepção de Foucault nos anos anteriores. Trata-se do fato de não importar, para a delimitação de uma economia discursiva, as virtualidades tanto da linguagem quanto da língua, como importara até então para a constituição dos sistemas linguísticos.

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória ou de leitura: elas constituem entretanto um conjunto finito (p. 33).

A materialidade dos discursos apresenta-se, então, como um importante operador das mudanças propostas pelo método arqueológico, pois se é nessa dimensão que se quer atuar, abre-se mão de qualquer anseio hermenêutico e orienta-se o trabalho no sentido de uma “descrição dos acontecimentos discursivos” (p. 32). Haveria, todavia, uma crítica à referida forma de tratamento das fontes discursivas, a qual Foucault julga por bem antecipar. Essa crítica diria ser duvidoso o interesse na destituição das unidades previamente estabelecidas, em favor de um texto preocupado unicamente em descrever os discursos. Diria, também, que em nada esse procedimento distancia-se daquilo que advogavam os positivistas da história-monumento. A isso responderia que, desfeitos os recortes naturalizados, os quais não eram muito perceptíveis por conta dessa naturalização, ele não se furtava a formar novas famílias de enunciados. *Mas, então, o que propõe é a troca de formas já familiares de organização dos discursos por outras que lhe agradam, tão ou mais frágeis que as anteriores? Seria, novamente, a afirmação de um relativismo, no qual vingasse sempre e a cada vez o ponto de vista do investigador?;* tais poderiam ser as indagações dos leitores

desconfiados. Também não é esse o caso, defender-se-ia Foucault. Melhor seria falar de um perspectivismo, gesto herdado de Friedrich Nietzsche, o qual não se guia por um ponto de vista, mas por certo arranjo inicial dos elementos em uma pesquisa, os quais, assim dispostos, configuram um problema. Seria na tentativa de resposta a essa indagação que uma nova série se formaria, tratando-se, em outras palavras, de estranhar formas dadas de continuidade, de pensá-las problemáticas e, então, desalinhar o que ali estava organizado.

Dever-se-ia, na linha do que estava sendo feito pela chamada *Nova História*, não aceitar essas formas prévias de continuidade, como se fossem “o lugar tranquilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas” (p. 31), mas sim constituir suas próprias séries – e séries de séries –, guiado por aquilo que aparece como um problema. A elas apontar-se-ia esse problema, sempre inquirindo como apareceu esse enunciado, e não outro em seu lugar, e inquietando-se em face dessa singular existência “que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte” (p. 34).

Pensar essas unidades discursivas como arbitrárias, note-se, não implica invalidar sua existência e a possibilidade de que produzam efeitos nas vidas de quem as profere ou escuta. É do contrário que se fala, sendo sua afirmação histórica aquilo que lhes confere força para ordenarem a discursividade. Trata-se unicamente de reconhecer que, mesmo tendo estatuto de verdade, força de veridicção sobre as práticas adotadas pelas pessoas, potencial de fazerem-nas falar sobre determinadas coisas e não sobre outras, essas unidades discursivas foram historicamente constituídas, possibilitando ao pensamento descrever de que modo chegaram a ser vistas dessa maneira.

Restaria ainda outro questionamento reservado ao pensador francês, o qual não encontraria resposta tão elaborada quanto a que será vista por alguém ao se ocupar de sua *genealogia*. Dito conceito, que será muitas vezes referido por seus comentadores e pelo próprio Foucault como o método utilizado em seus estudos, ainda que lhes tenha sido direcionado tardiamente, não vem em substituição ao método arqueológico; ele funciona como seu complemento, espécie de face ética desse modo de se direcionar ao arquivo. Pois bem, que questão seria essa que poderia ser feita a Foucault, da qual não seria a arqueologia a dar conta, cabendo o recurso à noção de genealogia para a explicitar? Tal questão materializa-se na fala dos que veem uma fragilidade na noção de *problema*, e não entendem como ele se diferenciaria de uma escolha pessoal do pesquisador. Dito de outra maneira, questionam contra o que se duelaria quando se opera uma crítica das unidades discursivas, e de que modo essa posição teórica influencia a formação dos problemas. Em poucas palavras, poder-se-ia dizer que a genealogia sempre trata como problema o que se afirma

peremptório. Onde se pensa pisar mais firme, será, para Foucault e outros pós-estruturalistas, a base arbitrária que sustenta toda sorte de violências.

Recorrendo a Jacques Derrida para descrevermos melhor o que se diz, convém evocar uma de suas conferências proferidas nos Estados Unidos (DERRIDA, 2010). O começo dela, em que se desculpa por não ter domínio da língua inglesa – o que fatalmente empobreceria a exposição das ideias –, a despeito de parecer seguir a formalidade de uma palestra apresentada em língua estrangeira, trazia a base do que seria teorizado depois. Ao questionar a necessidade de se desculpar e de ter de recorrer a outra língua que não a sua, quis demonstrar a violência da própria linguagem que traz em si uma história a qual não se põe em questão a cada vez que algo é enunciado. No entanto, ela não seria natural a um povo, e tampouco o melhor modo de se enunciar algo. Ao contrário, seu uso reforçaria opções feitas de antemão, e que refletem conflitos de outro tempo. Daí se poderia compreender muito do que aparecera em seus escritos, quando questionava a *linguagem comum*, por supor tratar-se de uma metafísica popularizada, como se aquilo que antes estivesse em debate nos ambientes filosóficos chegasse à massa da população para se tornar o senso comum. O alegado hermetismo de sua escrita decorreria dessa crítica, em que a linguagem comum devesse ser problematizada no próprio ato de enunciação.

Pois bem, diante dessas *verdades-problema*, desses discursos que não permitiriam escapatórias, haveria o genealogista foucaultiano. Esse seria um pirotécnico, cujo triunfo final consistiria em desmontar a solidez desse terreno em que até então se podia viver sem se ter de preocupar com o que lhe ia por baixo.

Um pirotécnico é, inicialmente, um geólogo. Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. O que é fácil de cavar? O que vai resistir? Observa de que maneiras as fortalezas estão implantadas. Perscruta os relevos que podem ser utilizados para esconder-se ou lançar-se de assalto. Uma vez tudo isto bem delimitado, resta o experimental, o tatear. Enviam-se informes de reconhecimento, alocam-se vigias, mandam-se fazer relatórios. Define-se, em seguida, a tática que será empregada. Seria o ardil? O cerco? Seria a tocaia ou bem o ataque direto? O método, finalmente, nada mais é que a estratégia (FOUCAULT, 2006c, p. 70).

Eis que agora o espaço que era habitado com tranquilidade torna-se insalubre, sufocante, pois já não há a segurança de antes. E não haveria ninguém que pudesse dizer que ali estava um problema à espera do pirotécnico, porque em verdade nada havia ali se não uma *verdade*, ou seja, um enunciado presumidamente inquestionável. Só que é da natureza das verdades o fato de serem problemáticas, sustentando-se sobre uma base arbitrariamente concebida, em um jogo que foi decidido outrora. E é contra esse edifício que o genealogista

se põe a pensar, já que padece de um mal a que se chamou *hiperativismo pessimista*. Não é verdade que ele quer destruir a vida das pessoas que têm aquela verdade como lar. Muito ao contrário, também ele vive lá. Só que ele, um dia, desconfia que algo naquela estrutura é frágil, que um acidente espreita a todos. E ele, daí em diante, por mais que se tente demovê-lo dessa ideia, guarda a certeza de que tudo vai ruir. É o pirotécnico agora quem assume, e tem lugar o período da estratégia de que Foucault falava.

O trabalho da genealogia, em resumo, consistiria na busca pelo momento da emergência de uma experiência, pelo contexto em que se afirmava, lutava para conquistar seu espaço, para só em seguida ser tomada como a melhor opção. Mostrá-la nos termos de sua vitória sobre outros modos de existência é restituir-lhe seu caráter de opção, e não de obrigação. É, em outras palavras, assumir uma *atitude crítica*, que impeça que sejamos governados dessa maneira, e a esse custo, sem, no entanto, imaginar que não nos deixaremos governar de outras maneiras. Abre-se a possibilidade de viver novas experiências, ainda que também elas governadas.

3.4. O arquivo epistolar dos literatos

Recentemente vencido o prazo de 50 anos da morte de Mário de Andrade e chegado o tempo em que arquivistas e estudiosos de literatura puderam enfim vasculhar seu acervo epistolar, a figura do escritor paulista ganhou destaque ainda maior nos meios literários. O *frisson* em torno desse material justificava-se não apenas pelo longo período de confinamento a que fora imposto pelo pedido testamental do escritor de *Paulicéia desvairada*, mas também pelo volume de discussões que punham em evidência seu misterioso e provavelmente rico conteúdo.

Se antes o problema era controlar a curiosidade acerca de sua correspondência, mantendo-a lacrada e ao mesmo tempo segura das intempéries climáticas, o desafio agora era inventar um caminho para enfrentar o amontoado de missivas e restituir algum sentido a cada uma delas. A tarefa via-se facilitada pela boa organização mantida por Mário ao longo de sua vida. Por outro lado, havia a dificuldade de estabelecer nexos entre as missivas. Isso porque a diferença entre o montante de cartas passivas e aquelas escritas por Mário, era muito grande – 6992 contra apenas 588 –, fazendo da maioria das cartas textos sem qualquer resposta.

O problema, próprio aos acervos pessoais de cartas, reduzia-se aos poucos pelo aporte de cartas do escritor advindas de coleções pessoais de seus correspondentes. Quando,

no entanto, as cartas foram postas à disposição para consultas de pesquisadores, anos já se haviam passado: período em que se cuidou de decifrar e transcrever parte do conteúdo, manuscrito ou datilografado, de dar tratamento a peças que estivessem mais deterioradas, procurar informações sobre os correspondentes, comparar informações que apareciam em diferentes cartas etc.

O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB – USP), detentor desses documentos, foi um dos primeiros a organizar a publicação de suas correspondências com outros escritores e artistas. Totalizaram-se, então, cinco edições as quais compuseram a série *Correspondência Mário de Andrade*. Hoje, passados outros 20 anos após esse evento, a expectativa é pelo vencimento do prazo de validade de seus direitos autorais, o qual possibilitará a publicação do material epistolar em meios virtuais, e, supõe-se, o consequente aumento das pesquisas envolvendo o famoso epistológrafo.

Ainda que algum dos procedimentos narrados acima não tenha acontecido exatamente dessa maneira, vê-se que, para que se possa operar com fontes epistolográficas e fazer aparecer sua alegada riqueza de conteúdo, deve-se enfrentar uma série de desafios que são derivados da especificidade do material. Desde a consecução de autorização para o acesso ao material – a qual deve ser solicitada aos proprietários legais desses documentos – até o esforço para decifrar o que escrevem os missivistas, passa-se por muitos obstáculos. Por outro lado, há impedimentos que têm mais a ver com as decisões assumidas com relação ao material – se as cartas serão reunidas conforme quem as escreveu ou se é o caso de ser fiel ao acervo doado, não somando a ele novos exemplares; se serão registradas, no catálogo feito sobre o material, como cartas ou como correspondências etc. – os quais parecem se repetir a cada vez que se apresenta um problema novo para esse material empírico.

Em nosso caso, a opção por trabalhar com cartas de escritores brasileiros para outros escritores brasileiros trazia problemas à definição dessa categoria. Quem pode ser chamado de escritor? Alguém, cuja maior parte da produção seja crítica, mas que tenha escrito um livro de poemas, enquadrar-se-ia na seleção? Um escritor nascido no Brasil, mas tendo passado quase toda sua vida em Lisboa deveria constar junto às demais? Um artista plástico que construiu suas obras em diálogo contínuo com um literato ficaria de fora? Mas então se perderiam de vista elementos da escrita literária que só aparecem na relação com a arte. Enfim, trata-se de problemas que exigiam uma clara delimitação do objeto e daquilo que se quer problematizado ao longo da análise.

Tendo-se assumido que, dentre essas cartas, o conjunto das cartas de formação seria mais adequado aos nossos objetivos do que os demais, alguns novos problemas impuseram-

se, tal como a dificuldade de delimitar a extensão do corpus, seu início e também quais escritores se teriam prestado a receber cartas de jovens. O fato de que o modelo de literato e de mestre ao longo do tempo foi sendo modificado não nos permitiu estabelecer critérios únicos para definir se alguma correspondência enquadrava-se ou não em nosso escopo de fontes. Se, por um exemplo, selecionássemos cartas em que o jovem se reportava ao seu destinatário como mestre, ou por qualquer outro vocábulo correlato, teríamos de incluir muitos correspondentes de Machado os quais claramente não se relacionaram com ele nos termos de uma *formação*; perderíamos, todavia, boa parte da comunicação epistolar de Mário, já que o paulistano nunca admitiu o *título* de mestre. Se fosse usado, em vez disso, um critério de diferença etária entre os missivistas para a definição das cartas de formação, seríamos enganados por comunicações em que os correspondentes tinham idades muito diferentes, mas que de modo algum tiveram interesse em tornarem-se discípulos ou tutores um do outro, como foi o caso da correspondência entre Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto (SUSSEKİND, 2001). Diante disso, valemo-nos um pouco de cada um desses indícios a fim de melhor circular pela massa documental de que dispúnhamos, sem que pudéssemos, contudo, furtar-nos a checar cada uma das correspondências disponíveis.

Com vistas a esse intento, formulou-se uma lista de escritores de referência, dos quais as correspondências poderiam ser investigadas, com base em dois critérios. Um deles, válido para o século XIX, foi o da antiguidade. Dada a raridade de cartas de escritores brasileiros remanescentes do século XIX – tais como as de Gonçalves Dias ou Manuel Araújo Porto-Alegre –, todas as comunicações da época despertaram nosso interesse, ainda que estivessem em contato literatos ignotos. O segundo critério, como se antevê, foi o reconhecimento público dos escritores envolvidos na troca de cartas. O resultado dessa seleção foi a sequência de 4 nomes, presentes no apêndice III, sendo em sua maioria de escritores cujo peso na literatura brasileira dificilmente se põe em questão. Constituída a lista, a ideia era investigar se entre eles e outros escritores – fossem mais experientes, fossem menos – havia ocorrido qualquer correspondência que se pudesse enquadrar dentro do que entendemos por cartas de formação. Para tanto, diversas consultas a acervos de arquivos públicos e privados foram necessárias. Em alguns casos, fomos beneficiados pela existência de publicações com as missivas de um ou outro escritor. Mesmo nesses casos, entretanto, nem sempre deparávamos com a correspondência completa do escritor, sendo remetidos novamente ao caminho dos arquivos. Situação exemplar, nesse sentido, é a do acervo epistolar de Machado de Assis, em sua maior parte localizado na ABL, e que se viu aumentado nos últimos anos pelo impressionante trabalho de pesquisa de Irene Moutinho e

Sílvia Eleutério, o qual viria a imprimir-se na coleção *Correspondência de Machado de Assis* (2008; 2009; 2011; 2013; 2015) , dividida em cinco tomos, e cujo número de cartas descobertas seguiu crescendo até a publicação, em 2015, do quinto e último volume, que confirmou o montante total de 1178 missivas.

Por fim, optamos por analisar as correspondências sustentadas por Machado de Assis e Mário de Andrade com 42 escritores, as quais somadas remontam ao número de 1444 cartas (conferir os apêndices I e II, respectivamente). No caso de Machado, de correspondência menos abundante, fizemos a opção de incluir comunicações de sua juventude, em um esforço para apreender a formação dos jovens escritores em épocas mais remotas. Dessa maneira, o arquivo findou por ser provido também de cartas daqueles que o escritor carioca tomou por mestres, bem como pelas de seus amigos íntimos da juventude.

Para que aqui se chegasse, contudo, foi necessário ainda passar pelo impasse surgido da *sensação* de ser possível estudar outras muitas correspondências de outros muitos literatos partícipes de comunicações como essas. Mais uma vez, então, a dificuldade decorrente do trato com as cartas reduziu nosso ímpeto, pois se elas sempre se prestaram a reduzir distâncias entre os interlocutores, agora, com eles já mortos, e diante da necessidade de nos movermos até os arquivos onde essas missivas estão depositadas, essas distâncias parecem difíceis de transpor, já que Mário de Andrade e Machado de Assis foram apenas alguns dos escritores cujos correspondentes moravam desde o norte do Brasil até o Rio Grande do Sul.

No entanto, nem só de dificuldades constituiu-se a escolha das fontes. Se, por um lado, a dispersão e a incompletude infundável das correspondências levou-nos a uma maior moderação na definição do *corpus*, também a alegada proficuidade das correspondências por fim escolhidas pesou para que fossem elas, e não outras, o material específico de análise. Além do incontestável valor literário dos dois autores, a amplamente difundida associação entre eles e o termo *mestre* levou-os, de algum modo, a serem tomados como interlocutores privilegiados de suas gerações.

Se foram mestres, contudo, pudemos ver que, conforme Mário, haveria algo a separá-los quanto ao tipo de mestria exercido. Os 82 anos separando a primeira e a última carta de nosso acervo, esperamos, deverá dar conta de fazer emergirem as possíveis diferenças entre as práticas formativas de fins do século XIX e da primeira metade do século XX, as quais sustentariam tal assertiva do poeta paulista.

O interesse pela experiência literária e não por um ou outro autor específico guiará essa busca, o que faz com que não nos ocupemos especificamente do embate entre os dois

dos dois, salvo na condição de experiências partilhadas entre mestres e discípulos em uma época e na outra. Com isso queremos recusar de antemão qualquer suposição de que ora se trata de um estudo sobre a epistolografia de Mário de Andrade ou sobre a de Machado de Assis, o que por sua vez reempossaria a noção de *autor*, agora em suas cartas ou conselhos. Tal cuidado por vezes nos obrigará a dar menos peso à fala dos *mestres* na comunicação, do que a dos jovens correspondentes. O fato de que foram alguns escritores e não outros que escreveram tais conselhos, apesar de não ser sem importância, mostra-se pouco profícuo em nosso caso, sendo mais interessante abordar a massa discursiva gerada em torno de suas figuras.

4. A VIDA COMO OBRA: UMA ANÁLISE DAS CARTAS DE FORMAÇÃO

4.1. A mestria como crítica

Se alguma das cartas recebidas por Otávio Dias Leite poderia oferecer provas da aspereza da pedagogia andradiana, essa certamente seria aquela datada de 8 de dezembro de 1939. Diante de um livro enviado pelo rapaz mineiro, Mário fez uso da missiva para indicarlhe o porquê de dizer que ele era “um desleixado da vida, que não faz o menor esforço pra se cultivar e se realizar exatamente”. O mestre supunha ser verdadeira tal assertiva por entender que o jovem, tendo se entregado “a umas doutrinas muito belas e nobres”, não havia ido até o fundo delas e, pior, tinha se deixado viver “à sombra delas”. Tal, no entanto, não deveria ser motivo para que desanimasse, se não para que se emendasse, de modo a avançar em seu potencial. Ao despedir-se, reforça essa impressão, bem como o fato de que não estava sozinho no tempo vindouro de amadurecimento: “você é melhor que o seu livro. E eu sou seu amigo de sempre” (M. ANDRADE; LEITE, 8/12/1939).

A carta não pareceu ter abalado a amizade dos dois correspondentes, visto que o mineiro seguiu vendo, em Mário, o conselheiro e confidente de antes. E a manutenção da amizade, a despeito da dura crítica enviada por correio, impediu que se perpetuasse o receio do amigo mais velho em ferir os sentimentos do destinatário, conforme ele antes havia confessado: “agora hesito em lhe dar minha opinião porque alguém daí me afiançou que você é muito vaidoso” (M. ANDRADE; LEITE, 8/12/1939). Na ocasião, teria resolvido a dúvida pela impressão de que tal atributo não se aplicava ao rapaz e também pela simples constatação de que ele era seu amigo, e que isso deveria bastar; atitude que deixava patente seu modo honesto e franco de lidar com o trabalho crítico.

A mesma característica foi defendida de forma direta em várias outras correspondências do escritor, como naquela com Fernando Sabino, em que Mário se diz o “animador mais... desanimador que existe” por entender “que os bons aguentam o tranco” (M. ANDRADE; SABINO, 25/1/1942). É o que disse também, quatro anos antes, ao destinatário Araldo Alexandre Almeida de Souza, com o agravante de, no caso, tê-lo desaconselhado a “publicar *livro*, pelas amostras dadas”. Se, entretanto, fosse o caso de vencer como poeta, isso se daria a despeito de sua opinião: “apesar de e contra tudo” (M. ANDRADE; SOUZA, 2/1938).

Já a Alphonsus Guimarães Filho, esclareceu com mais detalhes os prejuízos de quem age de outra maneira.

Indivíduos da minha espécie, combativos e combatidos, mas em principal confiantes no progresso, no aperfeiçoamento, não propriamente humano, mas dos homens em particular, quando chegam numa certa idade principiam temendo o frio vazio em torno quando se der a chegada da velhice. Isso é terrível, Alphonsus, porque é um premente, constante convite à condescendência. Quando a gente encontra um homem, um artista "direito", se fica num medo danado de perder essa possível companhia, esse possível calor pra idade que vai chegar. Acredite, Alphonsus, é muito mais difícil, então a gente ser sincero, ser honesto pra com um moço como você, do que pra com um já-feito que a experiência dos anos já nos garante que não perderemos mais. Mas sua carta veio me sossegar, me provando mais uma vez o que eu já pressentira em nossos rápidos encontros de Belo Horizonte: que você é um sujeito "direito" mais inteligente que a vaidade (M. ANDRADE; G. FILHO, 11/8/1940).

A narrativa do mestre ultrapassa o tom confessional com que principia, apresentando a relação entre mestres e discípulos sob moldes bastante conflituosos. Finda por ser uma espécie de pequeno tratado sobre tais relações, discorrendo sobre as obrigações de cada um dos envolvidos na comunicação e também sobre o lugar dúbio ocupado pela amizade nessa formação crítica.

O caráter amistoso das relações, conforme a descrição de Mário, levaria muitos literatos na mesma posição dele a se esquivarem da tarefa crítica por receio de que isso os pudesse pôr a perder a amizade com o destinatário. O problema da falta de franqueza nas missivas dos literatos seria tanto maior para as relações formativas estabelecidas entre os escritores quanto mais circunscrito fosse às interações com correspondentes inexperientes. Fica claro, com isso, o papel negativo da amizade na pedagogia, tal como Mário a pensava, pois a dificuldade de ser honesto fomentaria a lisonja vinda daqueles que deveriam criticar. Do lado do destinatário, por sua vez, o abandono da função crítica por parte dos mais velhos produziria nos jovens a vaidade correspondente à lisonja. Sob tais contornos, os correspondentes seriam amigos, mas não poderiam ser discípulo e mestre, pois seriam um amigo condescendente, escrevendo a outro, autocondescendente.

Haveria, contudo, um possível efeito da amizade no interior de tais relações epistolares, o qual poderia fortalecer a franqueza dos mais velhos e não a esmorecer, como no caso da lisonja citada acima. Tal efeito, pode-se dizer, invertia a equação subsumida na lógica do elogio em prol da manutenção do afeto, ao enunciar a ideia de que este é necessário para que se possa criticar. É o que sucede entre Mário e Dias Leite, quem é convocado pelo primeiro a não enxergar em seu gesto crítico nada mais que preocupação de amigo. Amizade que, ressaltada ao fim da carta, não seria abalada, ao menos da parte do mestre, pelos vícios apontados por ele no discípulo. Ao contrário, é pautado nela que o mais

velho se concede a liberdade de apontar tais falhas ao pupilo, já que se preocupa em fazê-lo cumprir seu potencial não realizado na obra em análise. Como contrapartida, pede ao mais novo a amizade de não assumir uma posição vaidosa, a qual o faria pôr em risco a relação dos dois. Também a Otto Lara Resende deixou claro o fato de que não é a amizade em si que afasta as boas relações, mas seu uso sem coragem. “Não é o bem-querer que eu temo, porém os seus desvios, a condescendência, e em principal a boba esperança” (M. ANDRADE; RESENDE, 24/9/1944).

Como contraponto aos elogios a Alphonsus e Dias Leite, vemos o questionamento do modernista à postura de Fernando Mendes de Almeida, em carta a Oneyda Alvarenga. Mendes de Almeida, segundo o remetente, teria reagido contra sua influência e “por causa da reação tem dito não poucas gordas burradas de opinião musical, e enchido de muito peso inútil a sua expressão literária” (M. ANDRADE; ALVARENGA, 28/2/1939). Em outra carta ao mesmo escritor, defendeu sua crítica como marca de afeto, dizendo preferir “ser condescendente com os outros” (M. ANDRADE; ALMEIDA, 25/7/1939), em referência àqueles que não o tinham na conta de um amigo.

A rendição dos jovens a esse arranjo crítico seria condição indiscutível para que Mário se pudesse corresponder com eles, estabelecendo uma espécie de ética de exposição por parte dos mais novos, a qual se defrontaria com a irretocável disposição do poeta paulista de analisar e dizer com franqueza o que derivou de sua leitura. Daí o advento das tais *cartas de pijama* e de sua crítica às correspondências mantidas por Machado de Assis, onde a manutenção das boas relações prevaleceria sobre a sinceridade do que se dizia.

A defesa da franqueza e de certa humildade intelectual, contudo, também esteve presente ao longo de toda a comunicação epistolar de Machado, mostrando a força desse embate ético no século XIX, período em que é possível recuar bastante no tempo sem que o assunto deixe de assumir importância no aconselhamento aos literatos. A começar pelo próprio Machado, em carta recebida de Quintino Bocaiúva, datada do intervalo entre dezembro de 1862 e março de 1863. Na casa dos 23 anos de idade, Machado ocupava, então, o lugar curioso de padrinho de alguns jovens – como Luís Guimarães Júnior – e de afilhado de outros. Bocaiúva era um desses padrinhos, de quem Machado esperava receber sugestões e críticas sobre suas duas comédias de estreia que estavam prestes a ser publicadas. Diante disso, a carta vem apresentar a opinião do dileto amigo.

Até onde a minha vaidosa presunção crítica pode ser tolerada, devo declarar-te que elas são frias e insensíveis, como todo o sujeito sem alma. [...] Como não têm coração não podem pretender sensibilizar a ninguém. Tu mesmo assim as consideras, e reconhecer isso é dar prova de bom

critério consigo mesmo, qualidade rara de encontrar-se entre os autores (BOCAIUVA; ASSIS, 12/1862-3/1863)

O bom critério a que se refere seria a autocrítica, defendida 80 anos mais tarde por Mário em diálogo com Fernando Sabino, a qual, por si só, não daria conta de apontar todos os erros possíveis, carecendo do complemento de alguma exposição pública daquilo que se produz. “Sujeita-te à crítica de todos, para que possas corrigir-te a ti mesmo. Como te mostras despretensioso, colherás o fruto são da tua modéstia não fingida” (BOCAIUVA; ASSIS, 12/1862-3/1863), pontificaria no fim da carta, condenando o par lisonja/vaidade. Machado, quanto a isso, estava de acordo e já o havia dito na carta precedente.

O que nos honra, a mim e a ti, é que a tua imparcialidade e a minha submissão ficam salvas da mínima suspeita. Serás justo e eu dócil; terás ainda por isso o meu reconhecimento; e eu escapo a esta terrível sentença de um escritor: *Les amitiés, qui ne résistent pas à la franchise, valent-elles un regret?*¹ (ASSIS; BOCAIUVA, 12/1862-3/1863)

A mesma postura de Bocaiúva seria reconhecida pelos contemporâneos de Machado no seu trato com os noviços literários. Um deles, José Joaquim Pereira de Azurara, valer-se-ia de referida qualidade para justificar sua confiança em entregar-lhe seus escritos, em troca de sugestões e críticas: “nesta minha infeliz mania das letras só me gabo dos aplausos dos corações sinceros. Por consequência lógica, vou depor nas hábeis mãos de Vossa Senhoria o último meu mesquinho fruto de tantas fadigas” (AZURARA; ASSIS, 4/8/1872). Também José Luiz Pereira entraria na rede de principiantes convocados por Machado aos mesmos valores. “Cuido, meu amigo, que os reparos que fiz, não hão de magoar o autor do *Riachuelo*; é filho de uma sociedade literária, onde a modéstia anda casada ao estudo. Demais, a franqueza é uma homenagem que se presta à dignidade do talento; a lisonja seria uma injúria” (ASSIS; F. NOVAIS, 21/4/1868).

A admoestação ao jovem, no entanto, não viria em mensagem privada ao poeta, mas sim em carta aberta, escrita a pedido, também feito por jornal, de Faustino Xavier de Novais, seu amigo. Junto ao pedido, este expressaria, logo no começo da carta, sua insegurança quanto a ocupar o espaço do jornal para falar do fazer literário:

Entro tímido e receoso neste perigosíssimo campo! Assusta-me o burburinho imenso que soa ao longe nos arraiais da crítica; e eu, pouco habituado a tais refregas, mais monge que soldado, confesso que me falece o ânimo de que precisava para sair afoitamente do esconderijo em que vivo, estranho às pelejas em que tantos se arriscam. Saio, finalmente, mas Deus sabe que temores me assaltam (F. NOVAIS; ASSIS, 12/4/1868).

¹ Tradução dos editores: *as amizades que não resistem à franqueza valem um lamento?* (ASSIS, 2008, p. 21).

Machado, ao contrário, seria o soldado de que fala Novais, ocupando-se de embates públicos concernentes à literatura, por meio da crítica. Por esse motivo, receberia de José de Alencar o *título* de primeiro crítico de literatura do Brasil, cujo desprendimento era louvável, já que, dotado de “uma porção do talento que recebeu da natureza, em vez de aproveitá-lo em criações próprias, não duvidou aplicá-lo a formar o gosto e desenvolver a literatura pátria” (J. ALENCAR; ASSIS, 18/2/1868).

Desde cedo associado à figura do *Dr. Semana* – nome com que assinava sua coluna semanal –, o romancista de *Memorial de Ayres* ter-se-ia incumbido de colaborar com as produções dos mais jovens, o que fazia, segundo seus correspondentes, por meio de uma crítica sincera quanto aos defeitos e qualidades dos textos. Haveria, contudo, algumas diferenças entre seu compromisso crítico com a mocidade e aquele defendido por Mário, que nos levam a questionar sua mestria, tal como se viu formulada nos estudos de Werneck (2000) e Ribas (2008).

Em primeiro lugar, uma diferença de foro quanto ao aconselhamento crítico. Isso porque se a crítica de Mário estava fundada sobre o par amizade/franqueza, e assim destinada a ocorrer por meio de comunicação privada, muitos dos conselhos de Machado aos jovens chegaram a eles em cartas abertas, inserindo-se em discussões públicas levadas a cabo em jornais da época. Tal diferença impõe-nos, antes de mais nada, uma reflexão metodológica, já que o uso concomitante de cartas abertas e missivas como as disputadas pelos críticos e biógrafos de Mário, apresenta-se, a princípio, problemático, por tratar-se de empirias com suporte e destinatários diferentes. Diante do impasse, atentamos para a justificativa presente na recente coleção da correspondência completa do escritor oitocentista.

Difícil era decidir se deveríamos incluir também as cartas abertas, publicadas em jornais, ou as cartas-prefácios, introduzindo livros. Depois de algum debate, deliberamos que deveríamos, sim, incluir esses documentos. Afinal, a privacidade não é o único elemento da relação epistolar. O outro é o caráter interpessoal, dialógico, que se manifesta na conversa por escrito entre dois interlocutores, e esse caráter é plenamente preservado na carta aberta e na carta-prefácio. A diferença é que nestas se intercala uma terceira instância entre o remetente e o destinatário, um *tertius* ausente mas pressuposto, a opinião pública, a *Öffentlichkeit* kantiana, testemunha muda que escuta e julga a interlocução, sem que ela deixe de ser bilateral, pois via de regra alude, como numa carta convencional, a episódios e reminiscências vividas privativamente pelos dois missivistas (ASSIS, 2008, p. X).

Corroborando a argumentação acima, somos levados a não invalidar essas cartas, pois tal medida fundar-se-ia na consideração arbitrária do que é uma carta apenas por aquilo que, em nosso tempo, somos capazes de verificar como tal. Em vez disso, optamos por desvelar a intuída diferença entre os tipos de mestria possíveis nos dois momentos por nós contemplados. A partir de tal reconhecimento, foi possível notar que, à especificidade da crítica de Machado quanto a seu foro, vinha se somar outra marca de distinção em comparação à mestria andradiana, referente à motivação para o trabalho crítico: em vez do compromisso ético assumido com os mais novos, a obrigação profissional em analisar as produções inéditas, de modo a abastecer as páginas d'*A Semana*.

Nesse ponto, contudo, havemos de reconhecer alguns limites a essa oposição que fazemos entre a mestria dos dois literatos, visto haver correspondências privadas de Machado com alguns jovens. A bem da verdade, é sobre essas, e não sobre as cartas abertas, que Werneck e Ribas se apoiaram para elaborar a argumentação acerca da mestria machadiana. Outro motivo para relativizarmos a dicotomia aqui esboçada é o fato de que também Mário de Andrade atuou como crítico literário em jornais e revistas de sua época. Seguindo tais pistas, não haveria diferença tão marcante entre os dois escritores, pois ambos ter-se-iam dedicado a críticas públicas, de destinação profissional, e outras privadas, fundadas sobre a amizade e o cuidado com as novas gerações.

No entanto, se assim conduzíssemos a questão, furtar-nos-íamos à análise detalhada do conteúdo das críticas, bem como daquilo que se pretende alcançar por meio delas. Atentando, por outro lado, a tais elementos nas correspondências, ser-nos-á dado distinguir, nas orientações de Machado, uma preocupação menos com os rumos existenciais assumidos pelos jovens e mais com as contribuições ofertadas por eles à *literatura*, como no caso do jovem Francisco de Castro

Está moço; tem um belo futuro diante de si. Venha desde já alistar-se nas fileiras dos que devem trabalhar para restaurar o império das musas. O fim é nobre, a necessidade evidente. Mas o sucesso coroará a obra? É um ponto de interrogação que há de ter surgido no espírito de Vossa Excelência. Contra estes intuitos, tão santos quanto indispensáveis, eu sei que há um obstáculo, e Vossa Excelência, o sabe também: é a conspiração da indiferença. Mas a perseverança não pode vencê-la? Devemos esperar que sim (ASSIS; CASTRO, 4/8/1878).

A mesma crença embasaria seu recado a José Luiz Pereira, ao dizer que ele, após publicar sua primeira obra, “está agora obrigado ao cultivo assíduo das musas” e que “abandoná-las seria descortesia e ingratidão” (ASSIS; F. NOVAIS, 21/4/1868). Quanto a isso, não estaria sozinho, mas em acordo com outros literatos de seu tempo, como José de

Alencar, quem lhe oferece subsídios para associar a formação da mocidade ao sucesso da instituição literária.

Pela minha parte, estava e está acima das minhas posses semelhante papel, mas, entendia e entendo – adotando a bela definição do poeta que Vossa Excelência dá em sua carta – que há para o cidadão da arte e [do] belo deveres imprescritíveis, e que quando uma tendência do espírito o impele para certa ordem de atividade, é sua obrigação prestar esse serviço às letras (ASSIS; J. ALENCAR, 29/2/1868).

Para o escritor carioca e seus convivas, portanto, não importaria, como parece ter importado para a mestria de Mário, assinalar mudanças que os destinatários deveriam imprimir aos seus comportamentos, exceção feita àquelas referentes ao cuidado com o trabalho e com a já citada modéstia, ambos necessários ao amadurecimento do escritor e presentes ao longo de toda sua correspondência, como veremos adiante. Tais conselhos, contudo, sendo vagos e repetitivos, não se mostram suficientes para que pensemos, tal como Werneck e Ribas, em algo como um projeto ético-pedagógico mantido pelo literato oitocentista com os mais jovens que lhe escreviam. O mesmo se pode inferir pelo foco de suas críticas, centradas quase sempre no texto de seus correspondentes.

Referida tese acerca da mestria machadiana, pautando-se na impressão de que a tematização das doenças sofridas pelo afamado contista seria um modo de atenção sobre si mesmo, o qual estaria sendo ensinado aos mais jovens, esbarra na quase inexistência do tema em tempos anteriores e na relativa concentração de tais discussões nas comunicações com Magalhães Azeredo e Mário de Alencar; rapazes que, ademais, manifestaram, em suas cartas, terem vivido suas juventudes sempre sob a ameaça de alguma patologia, tornando-se, portanto, interlocutores propícios à manutenção de semelhantes diálogos.

A outra especificidade que parece justificar as teses de Werneck e Ribas, é a da afirmação do lugar salvador da literatura que, na figura das *musas*, apresentar-se-ia como caminho alternativo à vida comum. Quanto a isso, supomos necessária uma distinção entre a defesa da literatura como matéria de interesse e a alegação de ser ela a base em torno da qual a vida dos correspondentes seria recondicionada. Tal hipótese só se mostraria verificável caso nos fosse permitido ver um esforço de Machado por apresentar-lhes algum caminho ou mesmo práticas para transformarem suas vidas. Todavia, não foi isso que pudemos constatar, não parecendo haver diferença significativa entre aquilo que lá figura como ode à literatura, nos discursos proferidos na *Semana Ilustrada* ou no púlpito da *Academia Brasileira de Letras*. Assim, somos levados a crer que se há algo capaz de imprimir unidade à correspondência de Machado com os mais jovens, tal elemento seria a

busca pela constituição de um grupo de interesses em prol da afirmação da instituição literária, e não propriamente uma destinação ético-pedagógica de seus conselhos.

Com isso, não pretendemos assumir a validade da crítica de Mário a Machado, aceitando tratar o contista carioca como um falso mestre. Buscamos, por outro lado, situarmo-nos na inflexão entre os dois momentos, de modo a demonstrar as especificidades dos dois modelos formativos ensejados pela correspondência dos literatos em análise, partindo da necessidade de melhor circunstanciar a emergência do personagem mestre-literato. Tal emergência, pressupondo, como já vimos, o poder ordenador da escrita literária sobre cada um dos correspondentes em contato com o mestre, demonstra só ter sido experimentada no século XX, quando o debate público em torno da importância da literatura já se havia arrefecido e o homem de letras havia dado lugar ao homem *escritor*. Até então, pode-se dizer, o tipo de mestre aludido encontrava-se tão somente em proveniência, sendo que a mestria existente cuidava de converter os monges – conforme a metáfora de Francisco Novais –, nos *soldados* que tão importantes pareciam, nas cartas entre Machado e seus pares, para a salvação da instituição literária.

É possível que outros literatos de então tenham constituído relações formativas sob outros moldes, mais parecidos com aquele que fez das cartas de Mário veneradas em dias mais recentes. Ainda assim, seriam necessárias mais algumas décadas para que a demanda formativa dos jovens se deflagrasse e viesse a se centrar mais no literato e menos na literatura.

4.2. Uma sociedade de escritores e mestres

Para Machado, portanto, a constituição de um grupo de escritores, envolvidos com o projeto de edificar sobre terreno firme as bases de uma *república das letras*, influiu de modo destacado sobre sua relação com os mais novos. Suas críticas, ou mesmo seu silêncio em face de alguns desses novos escritores, por outro lado, pareceu servir como um fator moderador na definição de quem poderia integrar esses grupos. Estar nas graças de Machado, à época, parecia ser elemento suficiente para um jovem escritor ser aceito por seus confrades e, muitas vezes, ter facilitadas as empreitadas editoriais que lhes aguardavam. Tratando-se de, por meio de critérios estabelecidos entre os literatos, definir uma confraria, a cujos membros caberia limitar o número de novos confrades, tal mecanismo mostra-se próximo àquele definido por Foucault como de uma *sociedade de*

discurso, por ele apresentado como possível modo de controle dos discursos literários na Modernidade, em que se trata

de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso [literário] se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 1996, p. 36).

Se, para alguns jovens, tais ambientes eram acolhedores, colaborando para sua afirmação como literatos, para outros, o acesso a eles não seria facilitado pelos interlocutores mais experientes. José Joaquim Pereira de Azurara, professor carioca, amante das letras e um desses jovens, teve a jornada em busca de reconhecimento para suas comédias narrada em algumas cartas enviadas a Machado no ano de 1870. O romancista havia incentivado o rapaz a manter contato com ele, afirmando que poderia publicar suas comédias na coluna semanal que escrevia, tão logo fosse pessoalmente apresentado ao desconhecido autor. Feliz pela boa crítica que lia sobre si mesmo, pôs-se atrás do poeta de *Crisálidas*, a fim de agradecer-lhe pela oferta. Antes disso, em uma primeira carta, solicitou ao destinatário que o seguisse orientando quanto aos demais escritos que viesse a conceber.

Tendo Vossa Senhoria honrado o meu romance – *Angelina ou Dois casos felizes* – meu tentâmen de escritura, com o seu tão sábio quão sincero juízo crítico, o que muito me lisonjeou – fiz tenção de sujeitar ao sábio juízo e correção de Vossa Senhoria todo e qualquer escrito meu que, em forma de livro, pretenda publicar, se a isso Vossa Senhoria não se negar (AZURARA; ASSIS, 25/1/1870).

O pedido por orientações acerca do trabalho da escrita foi reforçado quando, oito dias depois, enviou nova missiva. “Talvez Vossa Senhoria me considere importuno por exigir que Vossa Senhoria leia e corrija os meus escritos; porém peço-lhe que tal não me considere, porque eu, carecendo de mestre como o cego de guia precisa, o procuro para aprender” (AZURARA; ASSIS, 3/2/1870). Não tardou, daí em diante, para que o rapaz viesse a cobrar renomado redator a promessa de ver seus escritos estampados no jornal. Segundo Raimundo Magalhães Jr. (apud ASSIS, 2009), entretanto, a proposta havia sido feita apenas por galhofa, sem que Machado tivesse a real intenção de publicá-los ou sequer os considerasse de boa lavra. Sem saber disso, Azurara seguiu seu périplo.

Eu desejo muito ver publicados os meus escritos; porém não tenho dinheiro para mandar imprimi-los por minha conta, a vista do que quero vender o meu direito de propriedade sobre eles. [... Veja se a] *Semana* ma quer comprar e quanto ela dá; e no caso negativo, se Vossa Senhoria digna-se a vendê-las a outrem. Refiro-me à propriedade das duas comédias

e do romance, ao qual faltam dois capítulos, que lhe enviarei muito breve (AZURARA; ASSIS, 18/3/1870).

Animado pelo muito crédito que dei às seguintes palavras da ilustre redação da *Semana Ilustrada*, falando da minha comédia *Eu não como sem limão* – “esta comédia tem algum espírito e é primorosa. Recebemos uma outra etc. Aguardamos a visita do autor para publicá-la” – vim à cidade, sem poder fazê-lo, contando obter a publicidade do meu trabalho e algum dinheiro para regressar contente ao lugar... em que ganho o pão. E no entanto... aqui estou preso porque nem tenho dinheiro para voltar para junto de minha família!... Há animações que estragam!... Visto que a *Semana Ilustrada* não me quer dar nem 50\$ pela propriedade de meus escritos, rogo a Vossa Senhoria o obséquio de mos vender, digo, de mos mandar, para que eu os venda, ainda que por dez-réis de mel coado! Mas continuarei a escrever! Sou teimoso! (AZURARA; ASSIS, 1/4/1870).

Antes do envio dessa última carta, uma visita ao editor da coluna havia-lhe valido um bilhete de encaminhamento ao redator, para que, segundo Irene Moutinho, o editor se pudesse livrar do ingênuo escritor, enviando-o ao “responsável pelo imbróglio” (apud ASSIS, 2009, p. 13). Nada disso tendo adiantado, o rapaz não encontrou em Machado o tão sonhado protetor, e teve de buscar outros meios de publicar sua obra.

Se descrevemos a história do encontro dos dois literatos, não foi tanto para indicar a incongruência entre as expectativas do jovem e as do famoso romancista acerca da relação entre eles estabelecida. Antes, atentos aos cuidados impostos pelo ofício aos indivíduos que o quisessem levar a cabo, bem como aos empecilhos que os impediam de realizar tal intento, interessa-nos adentrar o terreno das dificuldades que se seguiam à almejada entrega às *musas*. Dentre tais cuidados, o esforço em prol da publicação destinava-se a sanar dificuldades financeiras – como no caso de Azurara – e a encerrar a fase em que o correspondente era apenas um aspirante à literatura.

Anos mais tarde, Carlos Magalhães de Azeredo passou pela mesma dificuldade de Azurara, mas, dessa vez contando com o apoio de Machado, obteve os favores de um editor. A empreitada, no entanto, não saiu a contento do poeta debutante que, então, tentou, por meio do influente amigo, angariar uma condição melhor de publicação. A discussão sobre a empreitada editorial, presente nas cartas de 2 de junho de 1889 até 3 de julho do mesmo ano, não se sabe o porquê, não chegou a bom termo e o livro não chegou a ser publicado.

A frágil situação dos recém-chegados aos ambientes literários, nota-se, incitava-os ao contato com os mestres movidos não apenas por sua admiração, mas também pelo próprio mecanismo que fazia com que aqueles com mais tempo de profissão auxiliassem os mais novos. Ao tempo de Machado, a situação era ainda mais marcante, visto serem as

relações sociais pautadas na lógica do favor, especialmente entre os homens livres que viviam nos interstícios de uma sociedade escravocrata. Segundo Roberto Schwarz, não sendo

nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e seus bens dependem materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. [...] Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele [...] *O favor é a nossa mediação quase universal* (2012, p. 16).

Tal descrição, abarcando muitos dos que ingressavam na carreira literária, ajuda a configurar as relações entre mestre e discípulo que envolviam Machado. A começar pela que ele próprio tivera com Quintino Bocaiúva, responsável por lhe garantir o emprego no periódico *Semana Ilustrada*. O mesmo pode-se dizer do auxílio dele demandado pelos dois jovens acima citados, Azurara e Azeredo. E, no caso dos dois autores, tem-se um exemplo não apenas da função patronal exercida pelos mestres, mas também do modo como esses acabavam funcionando como filtros para a entrada nos meios literários. Azeredo, tratado por muitos como um literato de pouca expressão, ainda assim, veio a angariar para si o respeito dos seus pares, bem como o posto de um dos fundadores da *Academia Brasileira de Letras*, em grande parte por encontrar-se entre os amigos íntimos de Machado. Já o nome de Azurara só restou como o do ingênuo infame cujas comédias despertaram em Machado o sarcasmo próprio a alguns dos seus mais célebres personagens.

É evidente que nem só de aspectos práticos se fazia a colaboração dos mais velhos para com os mais novos. A mera admissão ao convívio acabava configurando-se em importante modo de desenvolvimento do potencial apresentado pelo jovem. Caetano Filgueiras dá testemunho disso, narrando os momentos da juventude de Machado em que ele tomava parte de discussões reputadas por Filgueiras como “um contínuo deslizar de ameníssimos momentos; [...] um suave fugir das murmurações dos profanos; [...] um dulcíssimo viver nas regiões da fantasia!” (FILGUEIRAS; ASSIS, 22/7/1864).

Há dez anos!... sim... dez anos!... Como resvala o tempo sobre a face da terra?... Éramos sempre cinco, – algumas vezes sete: O mavioso rouxinol das *Primaveras*. O melífluo cantor das *Esperanças*. O inspirado autor das *Tentativas*. O obscuro escritor destas verdades. O quinto era um menino... uma verdadeira criança; não tinha nome, e posto que hoje todos lho conheçam, não me convém a mim dizê-lo neste lugar, e tão cedo. [...] Pago o quotidiano tributo à existência material; satisfeitos os deveres de cada profissão, a palestra literária nos reunia na faceira e tranqüila salinha do meu escritório. Ali, – horas inteiras, – alheios às lutas do mundo,

conchegados nos lugares e nas afeições, levitas do mesmo culto, filhos dos mesmos pais – a pobreza e o trabalho, – em derredor do altar do nosso templo – a mesa de estudo... falávamos de Deus, de amor, de sonhos; conversávamos música, pintura, poesia!... Ali depúnhamos o fruto das lucubrações da véspera, e na singela festa das nossas crenças, novas inspirações bebíamos para os trabalhos do seguinte dia. [...] E foi esse o berço das *Primaveras*, das *Tentativas*, das *Crisálidas* e das *Efêmeras*, e foi dali que irradiaram os nomes de Casimiro de Abreu, de Macedinho, de Gonçalves Braga, e com esplêndido fulgor o de Machado de Assis! (FILGUEIRAS; ASSIS, 22/7/1864)

Machado, o menino da narrativa acima, por sua vez, tentou mais tarde reeditar este tipo de encontro tanto na ABL, quanto entre grupos menores de seus convivas. Nem todos, contudo, podiam atender reuniões periódicas, fazendo com que, para muitos, a lembrança de dias mais tranquilos pesasse contra as vidas constituídas na maturidade, as quais atrapalhavam o convívio com as letras e com os pares. Guimarães Júnior, afastado dos companheiros do Rio de Janeiro para cursar a faculdade de Direito – primeiro em São Paulo, depois no Recife –, foi um dos que se queixaram das mudanças trazidas pelo tempo.

Sabes por que sofro? Compreendes-me? Ah! meu amigo, como me passam pela imaginação aquelas noites em que conversávamos até o romper da aurora, e como eu sinto a ausência de uma alma como a tua em que derrame as minhas lágrimas! Não tenho gosto para mais nada; se escrevo é por vaidade, por capricho, por estupidez (GUIMARÃES JR.; ASSIS, 21/3/1865).

Tais mudanças poderiam ser de outra ordem que não os estudos e, em alguns casos, mais permanentes. Era o caso daqueles que ingressavam na política e, com isso, viam-se sem tempo para as letras, ou enviados a lugares distantes daqueles em que coabitavam seus companheiros de pena.

Ainda bem que José de Alencar nos promete um poema épico, bafejado por idêntica inspiração. Bem-vinda seja essa obra, e bendita a dissolução da câmara temporária, que fez o filho das Musas recolher-se ao aprisco, onde é tão bem querido (SERRA; ASSIS, 16/11/1866).

Porque não retiveste na arena literária o egrégio escritor em cujos lábios a natureza pôs “o sal e o mel de Atenas” e que a política nos levou para si? Lograste arrancá-lo às lutas do areópago para trazê-lo às palestras da Academia. Era muito; devia ser. Devíamos guardá-lo cá entre as musas que tão suas foram sempre, que o amam apesar de ingrato, e que afinal tudo perdoam como boas damas que são (ASSIS; MENDONÇA, 20/7/1871).

Nesse meio, portanto, estar junto a outros literatos mostrava-se um recurso profícuo para manter a literatura sempre ativa em suas vidas cotidianas, como consta da lamúria de

José de Alencar acerca de seu distanciamento das nobres discussões sobre os temas literários. Nela, percebemos ser importante não somente para os mais novos cercarem-se de outros escritores, mas também para os mais velhos.

Se ao menos tivesse nesse momento junto de mim a plêiade rica de jovens escritores, à qual pertencem, o senhor, o Doutor Pinheiro Guimarães, Bocaiúva, Muzzio, Joaquim Serra, Varela, Rosendo Muniz, e tantos outros! [...] Mas a todos o vento da contrariedade os tem desfolhado por aí como flores de uma breve primavera (ALENCAR; ASSIS, 18/2/1868).

O mesmo sentimento tomou Filgueiras, ao lembrar tardiamente das reuniões acima descritas.

A morte e o tempo derribaram o altar, e dispersaram os levitas. Do templo só resta o chão em que se ergueu; e dos amigos só ficaram dois... dois para guardar, como Vestais severas, o fogo sagrado das tradições daqueles dias, e para resumir no profundo afeto que os liga, o laço que tão fortemente estreitava os cinco (FILGUEIRAS; ASSIS, 22/7/1864).

O esforço pela manutenção das discussões literárias, conforme o século XIX foi atingindo seu estertores, foi alcançando esferas mais amplas e ensejando debates literários contínuos e menos restritos, como ocorria em coletivos e revistas. Também estes empreendimentos buscavam a proteção dos mais velhos, conforme ocorreu com a *Revista Amazônica* do jovem José Veríssimo, o qual solicitou a ajuda em favor do periódico.

Com esta receberá Vossa Excelência o primeiro número da Revista Amazônica, da qual sou Diretor. É uma tentativa, talvez utópica, mas, em todo o caso bem-intencionada. Não sei se terá mais, ou, pelo menos, tanta vida como a Brasileira. Eu por mim o que posso prometer é que farei tudo para que viva. Mas eu só, e no meio de uma sociedade onde os cultores das letras não abundam, nada posso; e se não fosse confiar na proteção daqueles que, como Vossa Excelência, conservam vivo o amor ao estudo, não a publicaria (VERÍSSIMO; ASSIS, 4/3/1883).

Machado não se recusou a colaborar com o rapaz e reverenciou-o pelo esforço, cujos resultados podiam ser o estabelecimento tanto de um público leitor, quanto o de uma confraria que pudesse tornar as discussões literárias mais constantes na vida dos escritores. Essas, certamente, teriam sido algumas das principais motivações de Machado, quando mais tarde, com o destacado apoio do próprio Veríssimo, criou a ABL. À época, contudo, o intento parecia fadado ao fracasso, o que não diminuiria o louvor à investida editorial.

Na carta, manifesta o receio de que a tentativa não corresponda à intenção, e que a Revista não se possa fundar. Não importa; a simples tentativa é já uma honra para Vossa Excelência, para os seus colaboradores e para a Província do Pará, que assim nos dá uma lição à Corte. Há alguns dias, escrevendo de um livro, e referindo-me à Revista Brasileira, tão malograda, disse esta verdade de La Palisse: “que não há revistas, sem um

público de revistas”. Tal é o caso do Brasil. Não temos ainda a massa de leitores necessária para essa espécie de publicações (ASSIS; VERÍSSIMO, 19/4/1883).

Pouco mais de quatro décadas depois, foi a vez de Drummond, em comunicação com Mário, falar de sua tentativa de produzir uma revista, malgrado sua dúvida sobre as chances de sucesso da empreitada.

O Francisco de Almeida, mais dois amigos e mais eu, está fazendo uma revista cujo primeiro número deve sair em junho. Aqui em Belo Horizonte isso de revista não pega. Em todo caso, vamos fazer uma experiência (DRUMMOND; M. ANDRADE, 20/5/1925).

Repetindo o argumento de Machado, mas sem o pessimismo que marcava o romancista do século anterior no que tange ao sucesso da literatura, Mário defendeu a empreitada de Drummond.

Achei esplêndida a ideia de vocês fundarem uma revista aí. Isso de morrer não tem importância, o importante é viver um pouco agitando e encantando a vida (M. ANDRADE; DRUMMOND, 27/5/1925).

O mesmo deu-se com jovens como Murilo Miranda e Otavio Dias Leite, os quais pediram não apenas a bênção de Mário a suas revistas, mas também sua colaboração.

Estou muitíssimo zangado com você. Me considero seu amigo, sou seu amigo e sei que você também é meu. Mas nunca, nunca tive a satisfação de receber um artigo seu que pudesse dizer ‘especial para Revista Acadêmica’ [...]. Que a sua consciência não lhe dê paz enquanto não tiver um “especial” (MIRANDA; M. ANDRADE, post./2/1935).

Você deve ter percebido que este negócio de revista é minha cachaça. Não esmoreço. Uma não pega, mas pego eu em outra. E com isso chego até a emagrecer [...] Você compreende como é duro a gente tirar uma revista literária no interior. A dificuldade em apresentar uma boa colaboração. Por isto mesmo é que às vezes (a maioria) torno-me importuno (LEITE; M. ANDRADE, 7/9/1937).

A isso não se furtava, por entender que a vida dos escritores dependia não somente da escrita, mas também das relações estabelecidas entre eles, especialmente aquelas fomentadas no interior de um *grupo*.

É preciso o espírito de grupo, isso é um bem grande, uma felicidade, um exercício digníssimo de vida humana, uma grave modéstia, e um conforto sempre. E como eu invejo isso em vocês! Eu nunca tive isso em minha vida e sempre desejei isso. Talvez tenha sido o que mais me faltou [...] E os meus companheiros de geração, guardo deles este ressentimento, ainda vinham oitocentistamente tão apegados ao exercício do individualismo, nesta terra sem tradições nem raciais nem culturais, que jamais pudemos

viver os benefícios, os confortos, as forças do grupo (M. ANDRADE; RESENDE, 24/9/1944).

Sentindo ter sido privado dessa experiência pelos de sua geração, Mário não achava justo, entretanto, tentar vivê-la agora, quando mais velho. “Mas me incorporar aos grupos de mais novos seria uma falsificação de tudo. Seria impossível, sobretudo, diante da lealdade natural das idades” (M. ANDRADE; RESENDE, 24/9/1944). Houve, no entanto, outros pupilos seus que puderam testemunhar uma entrega maior do poeta às manifestações de cunho gregário que se opunham à idade de Mário. Entre eles, destaca-se o grupo de literatos cariocas de que faziam parte Murilo Miranda, Carlos Lacerda e Moacir Werneck de Castro. É o próprio Mário quem conta sobre isso.

Você quer saber mesmo o que o Rio me deu de bom? – foram as companheiragens, as conversas de bar, as nossas conversas fiadas, o espetáculo humano estranhíssimo das vossas vidas. [...] pra mim que vinha de uma ordem de existências perfazidas, bem delineadas, antibiscatísticas, onde se fazia completa abstração do imprevisto, vocês todos me fizeram um imenso choque, me deram um deslumbramento vital, feito de tudo, do pior e do melhor (M. ANDRADE; MIRANDA, 27/2/1941).

O período de três anos que separa as cartas enviadas a Miranda e Resende parece delinear bem a mudança de tom de uma época à outra, já que é nesse meio tempo que o modernista sofre críticas de escritores da nova geração, seja por sua postura política – ou apolítica –, seja por sua motivação supostamente vampiresca em manter amizade com os jovens. De qualquer modo, prevalecia, nas duas épocas, o enaltecimento dos grupos de jovens que apadrinhava. Nem todos os grupos, todavia, seriam dignos de tais elogios, segundo o mestre paulista, como dá a ver em crítica que faz aos rumos escolhidos por Sabino após sair de Belo Horizonte.

Você está vivendo artisticamente demais. Você está conquistando simpatias condescendentes mesmo nos grupos que deviam detestar você. Que era preciso que detestassem você. Você está escolhendo amigos que são más companhias pro artista Fernando Sabino. Você está abandonando os seus amigos de Minas [...]. Isso é trair, se trair, trair a amizade, trair o grupo, trair sua mineirice (M. ANDRADE; SABINO, 3/12/1944).

Sabino, na carta em resposta, acatou a reprimenda do amigo, concordando com a argumentação de que estava cercado de “amigos de ocasião” (SABINO; M. ANDRADE, 11/12/1944). Disse, então, querer se “corrigir, ser menos gratuito, menos disponível e menos bobo-alegre”, bem como “meter o pé na bunda das considerações condescendentes” (SABINO; M. ANDRADE, 11/12/1944). Tendo ou não feito isso, anos mais tarde

confessaria, em entrevista a Clarice Lispector, nutrir o mesmo sentimento de Mário quanto à sua mocidade: faltara-lhe uma geração em seus entornos que lhe pudesse abstrair da solidão (SABINO, 2007).

4.3. A vida pensada: literatura e amor

“Quem está amando não tem tempo de ser poeta”, teria ouvido em tom peremptório Guilherme de Figueiredo quando, ainda jovem, mostrou seus versos àquele que lembraria como sendo seu *amigo-mestre*. A ele, Bento Bastos da Silva, seu tio, atribuiria ainda outra frase que lapidaria no rapaz, se não uma orientação em face da vida, ao menos uma correção no que se refere à escrita: “mude de amores. Todas as mulheres inspiram má poesia. A melhor poesia fala das mulheres do passado” (ANDRADE, 1989, p. 16). Por meio de outro desses amigos, Palimércio de Rezende, o escritor campinense confirmaria que essa fase de descoberta do amor não lhe rendera bons poemas: “estão uma merda. Leia mais e vá jogando fora o que escreve” (p. 16).

O exemplo de seu Tio Bento calaria fundo no poeta, sem que com isso seguisse o mesmo caminho. Tendo se casado quatro anos depois da morte do parente, viria a se lembrar, anos mais tarde, do “pobre Tio Bento” que havia morrido “solteirão solitário com a garganta entupida de inéditos” (p. 17). A mesma característica, vivenciada de outra maneira por Mário de Andrade, seu *amigo-mestre* mais famoso, suscitaria, em razão contrária, uma ode de Figueiredo em reconhecimento à relação truncada que o ofício escriturístico evocaria para si, com relação aos encontros amorosos.

Para ele, a estética é uma ética; uma ética é um estilo de vida. “Isto é vida?” Escolheu a solidão. Por amor à vida. A uma outra vida, impossível, inalcançável. Em que as mulheres seriam filhas namoradas. E com os homens o inconfessado desejo pecaminoso de torná-los irmãos (p. 23).

A escolha do escritor paulista pela *outra vida* de que fala Figueiredo não foi a da maior parte de seus jovens interlocutores, os quais preferiram constituir famílias a permanecer solteiros. Tais decisões, não raro constam nas cartas ao mestre solitário, dada a coincidência entre o momento de *début* de suas carreiras e àquele em que se consolidam noivados e matrimônios. Foi desse modo que Mário foi comunicado sobre os futuros enlaces de Carlos Drummond de Andrade (carta de 20/5/1925), Guilherme de Figueiredo (carta de 26/2/1941) e Fernando Sabino (carta de 28/7/1942), dentre outros. Também por meio das cartas, ele foi tornado partícipe de notícias referentes ao convívio familiar de alguns dos remetentes que o consultavam, confiando em sua amizade e experiência, quando deparados

com impasses afetivos. Seus *bons conselhos* valeram-lhe, ainda, a afeição das esposas que o reconhecendo, fizeram-no figurar em suas casas na condição de uma espécie de patrono do casal. Assim aconteceu com Carlos e Dolores Drummond, como aparece em carta do primeiro a Mário.

Você é para mim aquilo que o diabo da retórica já estragou: o anjo do lar. Sem o passadismo das duas asas brancas, acho que a imagem é boa e explica bem o papel realmente paternal que você desempenha na minha intimidade. Eu e Dolores te queremos muito por isso, e esperamos que a tua bondade esteja sempre dentro do nosso lar (C. ANDRADE; M. ANDRADE, 6/10/1925).

Tal estima encontrava razão no aconselhamento que oferecia ao marido Drummond e também nas recomendações que, na véspera das bodas, haviam afastado do noivo a insegurança quanto a dar o passo adiante. As causas da hesitação do poeta mineiro não lhe pareciam estar claras quando escreve sua primeira carta sobre o assunto, mas a desconfiança manifesta de que ela poderia estar fundada sobre *um pouco de literatura*, oferecia uma pista depois seguida pelo seu arguidor na carta em resposta. Intuindo, então, estar correspondendo-se com alguém a quem o casamento e outras *coisas prosaicas* da vida pareceriam vergonhosas, Mário tece considerações sobre o que poderia satisfazer os anseios do amigo de Itabira: “é certo que uma pessoa da sua sensibilidade e da sua volúpia de consciência não pode ter a felicidade comum que é feita de insensibilidade e de inconsciência. A felicidade de você tem de ser espiritual e a melhor maneira de alcançar isso é ter não a vaidade mas a coragem de si mesmo” (M. ANDRADE; C. ANDRADE, 27/5/1925). A coragem de que fala o mais velho não seria aquela apontada por Figueiredo como a de certa *vida estética*; ao contrário, foi em detrimento desta que o literato mais velho organizou sua argumentação, ao tratar a literatura como *peste*, capaz de envenenar os sentimentos e dificultar a realização de uma vida para além de seu ideal. “Não bote nada de estética na vida de você, bote vida que não tem nada a ver com as atitudes artísticas e portanto desinteressadas do espírito” (M. ANDRADE; C. ANDRADE, 27/5/1925).

O conselho encaminhado ao jovem Drummond teria sido suficiente para levar tranquilidade à sua vida de casado, ao menos no início da relação. Sua argumentação, por outro lado, dá a ver um Mário menos resolutamente devotado à escrita do que o que figurava no prefácio de *A lição do guru*. Se para Figueiredo o embate entre uma vida considerada comum e outra estilizada teria sido arbitrada pelo poeta de *Losango cáqui* com a escolha da segunda, nas missivas a Drummond vemo-lo direcionar o imaturo amigo a um caminho bem distinto. Tal caminho, pode-se dizer, não seria o de uma existência prosaica

tão somente, mas de uma em que convivessem harmoniosamente o prosaico e o *pensado*. Disso, oferta-se como exemplo.

Das minhas inquietações e temores eu poderei fazer motivos de arte porém não as meto na minha vida. E creio que é nisso que a nossa felicidade, a felicidade dos hipersensíveis, felicidade consciente pode ser mais perdurável que a do homem comum. Sendo feita de consciência, de verificação da realidade, não tem temor nem inquietação nem dor que a prejudique (M. ANDRADE; C. ANDRADE, 27/5/1925).

Do encontro entre Drummond e Mário, ainda que houvesse diferenças no pensamento dos dois, vemos emergir a presença constante da escrita literária como mote para o retorno crítico sobre os próprios atos, em uma tensão cuja acomodação proposta por Mário não parece suprimir. Tensão, ademais, repetida em outras correspondências, como naquela entre o poeta paulista e Sabino, iniciada em 1942.

Ali também, a alegada dificuldade de conciliação entre a atividade de escrita e as relações amorosas experimentadas pelos escritores seria tematizada, quando Sabino expressava sua dificuldade em adequar-se ao dito de que “a obra de arte exige do artista tudo aquilo que ele tem de vida, de força humana que só o sofrimento é capaz de proporcionar” (SABINO; M. ANDRADE, 30/1/1942), sem revelar claramente qual tipo de situação estava vivendo.

Em duas palavras: eu tendo em vista uma felicidade muito esperada, uma possibilidade de realizar essa felicidade, que não me apagará, estou certo, esse sofrimento, essa carência a que me referi: acha você que isso irá impedir de me realizar como escritor? É imprescindível que eu dispense essa oportunidade de ser feliz, que eu sofra vendo os meus sonhos desabarem, minhas esperanças frustradas, tudo fracassado na vida, para que venha a criar alguma coisa? (SABINO; M. ANDRADE, 30/1/1942).

Somente na sua carta seguinte, viríamos a saber que a felicidade de que falava, era um “amor sinceríssimo que acontece de ser rico, noivado, casamento legal e vida arranjada, sem mais inquietações financeiras”. Entre as duas, no entanto, a carta do mestre já se havia ocupado de lhe aquietar o que ia no coração, pela simples defesa de que aquilo a que ele se devia opor era o acomodamento e não a felicidade. Tal argumentação é principiada pelo reconhecimento do valor do sofrimento para o artista.

Não há dúvida nenhuma que a arte tem entre os elementos que a constituem a insatisfação. A arte é filha da dor, dizem e você repete na sua carta. Prefiro dizer insatisfação que é mais dinâmico [...]. Há satisfações momentâneas, está claro. E há, meu Deus! Os satisfeitos... Mas você há-de observar em toda a sua vida que os “satisfeitos” com sua missão e com as obras que realizam, nunca serão artistas “verdadeiros” (M. ANDRADE; SABINO, 16/2/1942).

Não seria por isso, no entanto, que a felicidade do escritor não se poderia alcançar, visto que o que impediria a insatisfação seria o comodismo e não a alegria. Nesse sentido, a felicidade seria ressignificada de modo a atender a uma vida artística, a qual não pode ser sustentada em meio a atitudes acomodadas.

É simples, meu irmãozinho, embora seja difícil. É você não perder jamais de consciência que a sua experiência de felicidade deve ser também um objeto de aprimoramento pessoal. Não é justo a gente recusar uma facilidade que a vida nos ofereça, desde que essa facilidade seja justa. A felicidade no amor nem é apenas justa, é uma espécie de dever (M. ANDRADE; SABINO, 16/2/1942).

Mas, ainda que o rapaz as tenha, então, tomado como índice de inexperiência e tenha reformulado suas concepções, a questão do *custo* da felicidade amorosa para a escrita estava novamente posta. E é a recorrência desta, para além das situações particulares de cada um desses jovens, que nos chama a atenção; o fato de que tanto Figueiredo, quanto Drummond, quanto Sabino tenham se defrontado com o assunto. E isso, partindo de uma base comum, que é a suspeita de um prejuízo trazido à escrita de um quando ele deixa os amores assumirem demasiada importância em sua vida.

A concepção dos jovens escritores citados parece ter sido deflagrada nos meios literários, o que colaborou para a fabulação de uma relação ideal entre a escrita e o amor, a qual caberia ao literato buscar. Tal relação, supomos, estaria exemplificada pela missiva de Cristiano Martins de novembro de 1944, endereçada a Mário de Andrade; a única do jovem em seu acervo. Nela, além de narrar os motivos que até então o haviam feito adiar a decisão de escrever-lhe, busca defender seu *Elegia de abril*, poema escrito seis anos antes, da leitura feita por Mário e relatada em carta anterior. Esclarece, para tanto, não ser o poema “consequência de uma razão grave ou terrível, espécie de fatalidade”, mas sim originado de

uma simples 'dor de cotovelo', dessas que nos ocorrem muitas vezes e que logo sentimos descabida e extravagante, e que derivam tão só da necessidade de achar motivo para o canto e às vezes do simples sentimento de amor que constantemente se renova em nós e que jamais chega a se realizar, mas que se traduz nessa busca, nessa espera que é o caráter e natureza mesma do ser em estado lírico [...] o que havia era apenas o rapaz romântico a cantar o novo orgulho romântico, e a orgulhosa expressão que me parecia mais própria a traduzir sem ridículo essa situação romântica (MARTINS; M. ANDRADE, 3/12/1944).

A explicação, aceita ou não pelo destinatário, explicita um trato distinto com os encontros amorosos, no qual eles aparecem *domados*. Em comparação com o que é dito por

Sabino e Drummond, a argumentação de Martins apresenta-o como contraponto por nele não se ver o temor de que os encontros amorosos ponham em risco a poesia do amante; ao contrário, seriam tais experiências que abasteceriam seus poemas, quase como se não importasse a quem amar, contanto que se fosse atravessado pelo *orgulho romântico*. É certo que não se trata do mesmo tipo de amor e que aquilo que é temido pelos jovens Sabino e Drummond seria muito diferente da experiência romântica idealizada na poesia de Martins. Ainda assim, parece-nos ser possível enxergar aí o estabelecimento de uma relação positiva entre amor e escrita, não presente nas cartas dos dois jovens.

Nos mesmos moldes das relatadas por Martins, apresentar-se-iam as relações amorosas para Joaquim Serra, em carta escrita a seu amigo de juventude, Machado de Assis. Nela, o famoso escritor leria uma admoestação para que buscasse por paixões, de modo a superar a pouca produtividade literária em que o companheiro supunha que estivesse.

Aconselho-te que ames. É isso mais do que uma distração, embora menos do que uma ocupação. E é tão delicioso esse emprego de horas, em desapego da terra! Sinto-me tão bem neste momento, que aconselho aos meus amigos que imitem-me. Que interessante situação! Perde a gente um pouco do peso específico, e sente ao mesmo tempo atração do céu e repulsão da terra! (SERRA; ASSIS, 2/1/1868).

O destinatário bem o sabia, considerando o fato de que a paixão nutrida por uma mulher de seu convívio lhe havia rendido, quatro anos antes, inspiração para o poema *Corina*, conforme confessaria mais tarde à sua futura esposa.

A minha história passada do coração, resume-se em dois capítulos: um amor, não correspondido; outro, correspondido. Do primeiro nada tenho que dizer; do outro não me queixo; fui eu o primeiro a rompê-lo. [...] A tua pergunta natural é esta: Qual destes dois capítulos era o da Corina? Curiosa! era o primeiro (ASSIS; C. NOVAIS, 2/3/1869).

A história dos amores da juventude de Machado chamaria a atenção de seus estudiosos, que encontravam dificuldades para reunir, sob o mesmo nome, o rapaz “boêmio, incerto em toda a parte” (F. NOVAIS; ASSIS, 14/6/1865) e o austero senhor que mais tarde condenaria toda forma de indecoro público, por parte de seus pares. À época, a vida desregrada e o “grande leilão de *paixões*” de que ele participava, segundo Sizenando Nabuco, não o impediam de efetivar todo seu potencial literário: “apesar de apaixonado foste pontual! Não pensava que tanta constância e firmeza (quando se tratasse do coração) fossem um dote do meu Machadinho. Oh! Quanto és feliz – sonhas – escreves, e que de coisas bonitas não terás escrito [...]” (S. NABUCO; ASSIS, 4/4/1864).

Já Luís Guimarães Júnior, mais jovem que Machado e que o tinha na conta de mentor desde a puberdade, relatava nas cartas seu sofrimento juvenil perante as agruras românticas experimentadas. O descompasso entre suas ambições e as conquistas amorosas refletir-se-ia ainda na preocupação de outros amigos com o penar do jovem, como manifesto em carta de Nabuco evocando os cuidados de Machado para com o rapaz: “faltas tu aqui para protegê-lo” (S. NABUCO; ASSIS, 4/4/1864). Somente em 1870, já com 25 anos, é que “o boêmio extravagante, transfigurado finalmente pelo milagre do amor, da sua doce Cecília” (VILELA apud ASSIS, 2009, p. 86), viria a relatar uma alegria amorosa com aquela que, em breve, desposaria. A exemplo do que ocorrera com o Machado de *Corina*, também Guimarães dará testemunho de seu período de paixão em seus poemas, sendo que os mais famosos de seus sonetos são exatamente os inspirados por sua futura esposa.

Tais passagens historiando a vida amorosa dos interlocutores, com o passar dos anos, deixaram de ocupar a correspondência do romancista carioca, o que se parece justificar, parte pelo fato de que muitos de seus amigos próximos contraíram matrimônio, parte pelo caráter austero aos poucos assumido por Machado no trato com os novos companheiros que a ele se foram achegando. No mais, pode-se perceber a quase irrelevância da questão nas missivas enviadas aos mais novos, não parecendo importar a eles ouvir dos mais velhos conselhos quanto a isto.

Durante os noventa anos em que foram escritas as cartas ora analisadas, o amor parece ter persistido como tema basilar para os escritores, sendo possível perceber o reflexo dessa atenção, seja em suas obras, seja em suas vidas. Entre as cartas de uma época e da outra, todavia, uma diferença importante parece despontar, no que tange à produtividade, para o fazer literário, das relações amorosas experimentadas pelo escritor. De modo mais claro, pudemos constatar ser a experiência amorosa vivida pelos literatos oitocentistas em comunicação com Machado, matéria da qual sua escrita alimentar-se-ia; enquanto isso, para Mário e seus correspondentes, parece se ter afirmado um novo olhar sobre o amor, em que ele, antes de se oferecer como conteúdo para a criação literária, interpunha-se entre o literato e a escrita.

A interpelação de tal ideia por Mário de Andrade mostrou a dificuldade de sustentá-la ao longo da vida adulta e também deu a ver que ela, ainda que possa ter tido força, não foi objeto de consenso entre os escritores. Haveria, entretanto, no interstício da concepção *madura* do mestre e da *ingênu*a professada por seus pupilos, uma ideia sobre a vida do escritor que parece ser válida para ambas as visões. Falamos da definição de que aqueles que escrevem têm obrigatoriamente uma sensibilidade distinta das coisas, a qual demanda a

manutenção de uma insatisfação permanente. É-se literato quando se estabelece uma relação para com a vida em que a insatisfação não pode ser sanada, porquanto disso depende a criação que o define.

Sendo também essa uma condição que separa as noções presentes nas correspondências de Machado e de Mário, as implicações de tal distinção para as relações entre amor e escritura no século XIX poderiam ser enunciadas se disséssemos que, entre os literatos oitocentistas, suas experiências amorosas estão para a escrita de um modo tal em que elas são objeto para sua realização, sem que o fazer escritural as possa transformar. Por outro lado, nos meios literários da primeira metade do século XX, essas relações estariam organizadas de um modo que a escrita, não dependendo das práticas amorosas dos literatos para se realizar, converte-se em mecanismo para a efetivação das relações amorosas, essas agora moduladas pela experiência literária.

Partindo dessa conclusão, advogamos em favor da emergência, no período que vai de um mestre ao outro, de uma escrita capaz de *retornar* sobre a vida dos literatos que, nesse contexto, se deixariam por ela governar em outros aspectos que não somente o amor ou o fazer literário.

4.4. A vida transformada: inspiração, transpiração, espontaneidade

Pudemos ver acima como parte da importância do mestre para os jovens escritores residia no fato de ele postar-se como uma espécie de articulador de grupos literários e moderador da participação dos rapazes nesses espaços. Por meio de referida articulação, os anos de formação do literato legavam-lhe não apenas as técnicas e saberes necessários à escrita, mas também os caracteres que lhe permitiam se reconhecer, em maior ou menor grau, na figura de seus pares. Tal reconhecimento, por sua vez, operava uma cisão entre ele e as demais pessoas, as quais, além de não saberem escrever, não partilhavam dos costumes e da discursividade que garantiriam a um o posto de escritor literário.

Esse efeito da convivência em grupos, não sendo sem importância para a compreensão da formação dos literatos, mostra-se insuficiente para definir a relação de mestria de que ora falamos, a qual dependeria, para afirmar-se, de um vínculo pessoal direto, não mediado pelas interações de grupo. Falamos, é claro, do diálogo que tem lugar quando da troca de cartas entre eles e que garantia, além do acolhimento do mais jovem nos meios literários, o esforço reflexivo sobre a prática escritural *per se*.

Quanto a isso, a preocupação em não deixar o mais jovem sustentar sua escrita tão somente na inspiração ocupou lugar de destaque nos discursos do mestre ao longo das décadas estudadas. Em Machado e em seus correspondentes, a erudição e o estudo configuravam-se, em várias cartas, como aspectos determinantes para uma boa produção literária.

“Estuda e serás mestre” – diz o antigo provérbio (F. NOVAIS; ASSIS, 29/1/1866).

Faleço de erudição... meu entendimento precisa ser iluminado pelo fogo vivo dos livros... e dificilmente ele o iluminará!... No Brasil, custa ainda muito caro um livro!... E onde vivo eu?... Onde são espessas as trevas da ignorância; tão espessas que privam de esclarecer em pequeno âmbito a minha lamparina! (AZURARA; ASSIS, 3/2/1870).

Não lhe negarei que há na sua lira uma corda sensivelmente elegíaca, e desde que a há, cumpre tangê-la. O defeito está em torná-la exclusiva. Nisto cede à tendência comum, e quem sabe também se a alguma intimidade intelectual? O estudo constante de alguns poetas talvez influísse na feição geral do seu livro (ASSIS; MENDONÇA, 24/1/1872).

Não tive estudos; o muito pouco que sei é devido a leituras que faço de bons livros; se os tivesse – em traços mais largos seria traçada essa minha pobre carta (BRAGA; ASSIS, 21/6/1895).

Achei-lhe em tão verdes anos algumas qualidades que só o tempo costuma trazer ou desenvolver. Vê-se que à espontaneidade corresponde o estudo. Daí resulta que, como este antes se aplicou aos modelos clássicos, talvez principalmente ao do século XVIII, há em muitos versos um ressaibo menos moderno (ASSIS; AZEREDO, s.d.).

Nesse último exemplo, vemos a inspiração como algo importante para a escrita, contanto que moderada pelo estudo. Aí também se insinuaria a ideia de labor sobre o talento, conforme sugere Machado ao jovem Francisco de Castro.

Nesse tatear, nesse hesitar entre duas coisas, – uma bela, mas porventura fatigada, outra confusa, mas nova, – não há ainda o que se possa chamar movimento definido. Basta porém que haja talento, boa vontade e disciplina [...] Estudo, trabalho e talento são a tríplice arma com que se conquista o triunfo (ASSIS; CASTRO, 4/8/1878).

O cuidado contrário também se mostrava necessário, pois, se não se podia chegar ao aperfeiçoamento sem a aplicação no trabalho, tampouco se faria verdadeira a ideia de que todos eram capazes, porquanto adquirissem o conhecimento da poesia, de se tornarem poetas. Para tanto, far-se-ia necessária a concorrência, ainda, de certa humanidade do portador da técnica.

Vê-se também que é sincero, que exprime os sentimentos próprios, que estes são bons, que há no poeta um homem, e no homem um coração [...] no esmero do verso, não vá ao ponto de cercear a inspiração. Esta é a alma da poesia, e como toda a alma precisa de um corpo, força é dar-lho, e, quanto mais belo, melhor; mas nem tudo [deve] ser corpo. A perfeição, neste caso, é a harmonia das partes (ASSIS; GALVÃO, 30/6/1885).

Na correspondência de Mário com os seus pares mais novos, a questão também assumiu importância, especialmente nas cartas da década de 1940. Nelas, o tripé apontado por Machado como necessário ao sucesso literário seguiria sendo tematizado. Pensando nisso, o modernista instrui Fernando Sabino a duvidar da ideia de que o artista só deve criar quando em *estado de poesia*.

Isso do sujeito que só se põe escrevendo quando “sente disposição” é estupidez da miúda. Principalmente para o prosador. [...] Não se trata de ter disposição: você é um operário como qualquer outro: se trata de ter horas de trabalho. Então, vá escrevendo, vá trabalhando sem disposição mesmo (M. ANDRADE; SABINO, 25/1/1942).

Sabino, apesar de identificar-se com a figura do operário aludido por Mário, mostra-se reticente quanto ao modo como o amigo conduz a argumentação, considerando que ele “exagera quando diz que a espontaneidade e a sinceridade do artista não importam em nada para a obra de arte. Penso que alguma coisa devem importar. Pelo menos influem” (SABINO; M. ANDRADE, 10/3/1942). Diante da irresolução do jovem, então com 19 anos, frente ao argumento, Mário voltou ao tema na carta seguinte. Como contraexemplos, evocou o escritor “Olegário Mariano que jamais lê um livro ‘pra não se influenciar’” e um amigo seu que repudiava “tudo quanto não fossem as tendências espontâneas, porque assim ao menos ele era sincero e preservava a pureza lá dele!” (M. ANDRADE; SABINO, 21/3/1942). Continuou a argumentação contrária a tais noções, explicando de onde vinha seu incômodo.

Tudo é porque não conceituam sinceridade nem espontaneidade. Sinceridade pra com o quê? Espontaneidade imediata ou posterior? [...] Sinceridade com o que a gente é ou com o que a gente tem a convicção que deve ser? [...] A sinceridade e a espontaneidade são coisas que se modificam constantemente, dia por dia. Têm de ser repudiadas como elementos conscientes da obra-de-arte que é artificial, arte fazer, arte feitura. Sinceridade, espontaneidade não pode ser elemento estético nem muito menos técnico! A sinceridade é, sem a gente querer. Como elementos conscientes da arte, sinceridade e espontaneidade só podem academismos, passadismos, preguiça e ignorância (M. ANDRADE; SABINO, 21/3/1942).

Assentindo, ao fim, quanto ao ponto defendido por Mário, Sabino acatou, de bom grado, a necessidade de seguir o plano estabelecido pelo tutor para moderar-se quanto à escrita. Tal plano incluiu alguns rituais que impediriam o recurso *preguiçoso* à criação espontânea.

Há um jeito humano da gente consertar essa tendência sorrateira [o comodismo]: a fixação de uma data comemorativa de sua grandeza de homem e de artista. Fixe uma data anual para o seu retiro espiritual [...] O que fiz este ano que passou? No que isso me acrescenta em minha obra ou a prejudica? O que preciso fazer este ano próximo? No que devo me complementar? Afinal das contas estou lhe dizendo coisas banais, que, aos banais, parece estar cheirando a confessionário (M. ANDRADE; SABINO, 16/2/1942).

Anos mais tarde, em uma das últimas cartas da correspondência dos dois escritores, Sabino mostrava que a prática descrita por Mário, fosse ou não pelo conselho do mais velho, participava de sua vida de escritor com bastante destaque.

Olha, Mário, eu fiz 21 anos outro dia, com um vastíssimo exame de consciência, botei as coisas nos lugares. [...] fiz uma coisa que foi como arrumar uma estante desarranjada, tirar os livros todos e depois ir botando um por um no seu lugar. Trancado sozinho num quarto procurei durante horas seguidas de silêncio e solidão atingir um desapego e uma humildade absoluta. E quando me vi assim, desfolhado, chorei como um menino. Depois me veio uma serenidade larga, e mansamente mergulhei no que devia ser a minha própria razão de existir [...] (SABINO; M. ANDRADE, 27/11/1944)

Além dos rituais contra a falta de reflexividade própria à escrita espontânea, o plano sugerido por Mário a Sabino incluía ainda um conjunto indefinido de leituras, mas para o qual o mestre sugeria alguns critérios de seleção.

Pois o que eu acho, em principal, é que você estabeleça um plano de leitura e siga contra tudo e contra todos. Os dois critérios principais, creio (nunca pensei muito no caso), devem ser esses:

1º Leituras imprescindíveis para a dignidade do intelectual.

2º O critério da proximidade:

Proximidade do ser social (suas tendências políticas, religiosas e outras)

Proximidade do ser individual (suas tendências e gestos e idéias de artista)

Proximidade do ser vital (em princípio a arte atual deve interessar mais que a do passado)

Proximidade do ser étnico (em princípio a literatura brasileira deve interessar mais que a portuguesa, esta mais que a espanhola, a latina mais que a germânica, a européia mais que a chinesa) (M. ANDRADE; SABINO, 21/3/1942).

A mesma argumentação contra a espontaneidade voltou a aparecer dois anos depois em comunicação de Mário com dois pupilos de gerações anteriores à de Sabino, dando mostras de que não se tratava de um tema circunscrito ao diálogo com o literato mineiro.

Se a gente tem técnica, e eu tenho, fiz tudo para ter, e faço, e tenho desprezo e quase nojo dos que não têm técnica e xingo eles de desonestos: quem tem técnica de verdade sabe como esta se incorpora ao artista de tal maneira que se torna ele tanto como a ideia e o dedo da mão. A técnica é uma espontaneidade adquirida (M. ANDRADE; FIGUEIREDO, 6/8/1944).

Haverá coisa mais sinceramente espontânea do que a correção quando surge? É conhecido o caso de Musset corrigindo a rima [que estava certa...], só pra irritar o mestre Vitor Hugo que detestava as rimas pobres. Haverá coisa mais lírica, mais espontânea que isso! (M. ANDRADE; DRUMMOND, 24/8/1944).

Vê-se que, tal como nas correspondências oitocentistas, vigorava, então, o embate contra uma concepção de escrita literária que não passasse pela técnica, esta adquirida pelo esforço e pelo estudo. Não se pode, contudo, afirmar que tais recursos surgissem nas duas épocas como um modo de correção dos mesmos vícios. Por trás da aparente semelhança entre os termos utilizados – lira, talento, inspiração, espontaneidade –, reside uma diferença que nos parece significativa no que tange à formação dos jovens correspondentes.

No século XIX, a ideia de inspiração dá o tom, aparecendo como algo a ser moderado pelo rigor formal, mas também incentivado. O problema, então, não residiria na inspiração em si, mas na confiança de que ela viria sem esforço.

Queixa-se do *spleen*; ele é certamente um estado moral, que se não pode evitar sempre nem absolutamente; mas veja se o castiga por meio de uma taxa à poesia, e diga-nos em bons versos que ele é insuportável. Não deixe o seu talento adoecer de preguiça, embora o descanso seja também necessário, e valha mais a obra perfeitamente gerada, ainda que tardia, que a frequente e de aborto. O que eu quero dizer é que não resvale do repouso necessário no ócio excessivo (ASSIS; AZEREDO, 14/1/1894).

Notamos, com isso, que caberia ao literato um trabalho sobre sua escrita que se direcionasse a uma inspiração capaz de gerar uma obra de maior vulto. Ao trabalho e aos estudos do literato, assim, restaria abrir caminho para que a força criadora que o escritor traz em si pudesse fluir. E isso ocorreria de tal maneira que, quanto mais bem-sucedido fosse o trabalho do escritor, mais a obra traria em si o que lhe ia na alma.

Sinônima ao termo inspiração – ao menos na acepção machadiana –, a noção de espontaneidade apresenta-se sob outro viés na crítica de Mário, o qual a opõe forçosamente à escrita literária; oposição essa que tomava a espontaneidade não como aquilo que deve ser

balizado para se atingir uma boa obra, mas que a veria como obstáculo, como não obra, isto é, como aquilo que, sendo inato, não pode coexistir com a operação consciente da escrita, de modo que só poderia advir da impostura do literato. Sob tal ponto de vista, vemos, por sua vez, emergir uma concepção diferente de artista/escritor com relação àquela presente nas correspondências de Machado, já que o literato seria quem põe a perder sua espontaneidade em favor de uma escrita artificial.

Como consequência, temos que, enquanto a escrita de Machado e de seus convivas buscava a expressão máxima do sujeito, fazendo da obra representação da *alma* do escritor, a escrita defendida por Mário em face dos seus moços só poderia vir a existir pela crítica ou pelo afastamento do escritor do que lhe era mais íntimo e imediato. Em outras palavras, não seria bem sucedida, para Mário e os seus, a obra que mais se aproximasse do que o escritor sentia, como o era para Machado, mas aquela que mais modificasse o que se poderia nomear alma do escritor.

As duas ideias – escrita como expressão de si mesmo e escrita como crítica de si mesmo –, daí em diante, coexistirão tanto nas discussões entre os literatos, quanto nas encabeçadas pelos estudiosos do campo. Um dos efeitos dessas considerações, no entanto, espalhar-se-á para além dos meios literários, implicando também a massa de consumidores de literatura, a saber, a crença de que, para escrever, é preciso modificar radicalmente a si mesmo.

5. CONTRA A LITERATURA: DA POTÊNCIA À IMPROBABILIDADE DA ESCRITA

Não se esqueça por favor que você é um ancião de 500 anos no vício de uma ideologia. [...] Pra abrir caminho, pra se justificar diante de si mesmo, diante da vida e de Deus, você tem de abrir é estrada larga, franca. [...] E no seu caso, o seu maior perigo é ser si mesmo. A tal de “sinceridade” que você invoca é o seu maior perigo. E que sinceridade se você não é você! A sua sinceridade por enquanto é a sua espontaneidade. E a sua espontaneidade são dez milhões de anos de crimes humanos, dois mil anos de traição ao Cristo, duzentos anos de burguesia capitalista, vinte e um anos de filhinho de papai, quinze anos de aluno de escola e professores que ensinaram de acordo com tudo isso. Isso é sua “sinceridade”. E você sabe que ela não vale um tostão. [...] Porque até agora escolheram por você. Agora é que você vai escolher (M. ANDRADE; SABINO, 6/1/1945).

Com tais dizeres, Mário de Andrade repetia a exortação feita a Fernando Sabino na segunda carta enviada ao rapaz, em 1942, contra a complacência que poderia sustentar para consigo mesmo. A missiva acima, enviada três anos depois, surgia em um momento delicado da relação dos dois amigos, abalada que fora pela recusa do mais velho em ser padrinho de casamento do mineiro.

A negativa fora motivada pela crença do modernista em um possível embaraço público quando ele e Getúlio Vargas, seu inimigo político e padrinho da noiva de Sabino, fossem dispostos no mesmo púlpito. Não tendo ficado claros os motivos de Mário, a situação levou os amigos a certo afastamento. A carta de 27 de novembro de 1944, contudo, veio em busca de solução para o arrefecimento da amizade. Nela, Sabino principia por demonstrar seu sentimento de abandono.

Positivamente eu não posso te perder como amigo, e estou perdendo. Por culpa sua, mais do que minha [...]. Não sei por quê, Mário, mas a minha intuição é de que você está desistindo de me ajudar, está tendo para comigo apenas uma cordialidade convencional e bem comportada. [...] Caí em definitivo, para você, num outro plano, o plano evasivo da relação de amizade apenas convencional (SABINO; M. ANDRADE, 27/11/1944).

A carta prosseguiu com o jovem tentando explicar o que havia acontecido, a partir do que acreditava ser o principal incômodo de Mário: sua mudança de atitude com relação ao ofício, sob o contexto de sua ida para o Rio de Janeiro e da boa crítica a seu livro *A marca*. Quanto a isso, demonstrou sua insatisfação com a *covardia* do mestre, de quem esperava uma postura mais enérgica diante da situação em que se encontrava, aos 20 anos, seu pupilo. “Era a hora de você me sacudir pelos ombros, de me mostrar o perigo, me dizer coisas duras, que você bem sabia que eu aguentaria [...]. No entanto você apenas me deu um

tapinha nas costas; e em vez de coisas duras disse palavras bem pensantes e cheias de amabilidade” (SABINO; M. ANDRADE, 27/11/1944). A crítica dava a ver um Mário descompromissado com o trabalho da crítica, destoando daquilo que vimos por ele defendido no capítulo anterior. Como resultado, Sabino havia se encontrado à deriva, num mundo que pensava cheio de tentações e vícios para afastá-lo da boa vivência demandada pela escrita literária.

A carta do mineiro, contudo, tinha o intuito não de desabafar, mas de renovar os votos de amizade entre os dois correspondentes pela reafirmação das atribuições do mestre e do discípulo.

Mário de Andrade, ainda preciso de você, e não te dispense. Espero que você não tire mais o corpo fora e lave as mãos. O que eu tenho a fazer pode não ser importante, a não ser para mim. Você sabe coisas que eu não sei, viu coisas que eu não vi. Em nome de nossa amizade, que permanece e permanecerá inviolada, te peço que não me recuse mais sua palavra, não desista de mim. Toda e qualquer recusa sua será covardia. Então, eu é que desistirei de você (SABINO; M. ANDRADE, 27/11/1944).

Disposto a reatar os laços com seu jovem amigo, o mestre responde sem tardar à carta de Sabino. Na resposta, encontra-se uma explicação pormenorizada das perturbações que haviam levado à diminuição da comunicação epistolar, como o mal-entendido sobre as motivações para a recusa de Mário ao convite para ser padrinho de Sabino. Tal episódio, contudo, conforme já se antevia na carta do pupilo, não dava conta da restrição que se interpusera entre os amigos, residindo a *desesperança* de Mário em sua desconfiança de que a *ganância estética* do rapaz estivesse afetando negativamente a *psicologia* do artista. Tal era o que se expressava no livro *A Marca*, uma obra-prima, para Mário, mas a que o rapaz teria chegado “cedo demais” (M. ANDRADE; SABINO, 3/12/1944).

O estranho argumento do mestre parecia ser motivado pela mesma inquietação que lhe suscitava a obra de Machado de Assis, quando oposta à figura do autor, e que o havia levado a afirmar que o escritor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* seria um fim, mas não um começo, aludindo à falta de qualquer ideal que nele se pudesse verificar. Daí a consideração de que aqueles que seguiam seu exemplo “se entregam a um insulamento perigoso e se esgotam nos desamores da imobilidade” (ANDRADE, 1993b, p. 68). O exemplo do Sabino d’*A marca*, para o escritor modernista, não seria diferente, visto que, tendo chegado a uma *obra acabada*, teria passado a esconder-se atrás dela, fazendo ressurgir o “fantasma do menino-prodígio que se gasta demais” e depois torna-se refém da sua obra da juventude (M. ANDRADE; SABINO, 3/12/1944). Pensando nisso, Mário lança

uma provocação, espécie de afronta ética ao pupilo, incitando-o a depor sua ganância, bem como alguns dos amigos que o adulavam por conta do recente sucesso.

A minha “dúvida” [...] é sobretudo um desafio. Não se preocupe, mas se previna desde já. O romance que você conta estar fazendo, pode ser pior que “A Marca”. Não só não tem importância, mas será sempre melhor que seja pior. Já lhe disse mais duma vez: “A Marca”, em qualquer sentido é um impasse. Ou mesmo, um fim de caminho. Você tem que principiar caminho novo. Não comparando, porque a meu ver não há comparação possível de valor [...] (M. ANDRADE; SABINO, 3/12/1944).

A tréplica de Sabino, oito dias após à réplica de Mário, foi uma carta de aceite ao desafio, acompanhada da admissão, pelo escritor mineiro, de sua ganância e de seus excessos quando da entrada nos meios literários cariocas. “Tanta literatura! E eu não quero mais ser um artista, Mário. Quero, como escritor, apenas ser é fiel ao que existe de unicamente verdadeiro em mim” (SABINO; M. ANDRADE, 11/12/1944). A confissão do moço trazia à tona, novamente, o problema da literatura como perigo à escrita; mote, como vimos, nada novo nas correspondências de Mário. Mas, diferentemente do que se havia dado com Drummond, o que estava em questão aqui não era o efeito dessa noção sobre a vida íntima dos escritores, mas sobre a própria escrita que, na fala de Sabino, deveria ser despojada de sua literatura, ao passo que, ele próprio, de sua identidade de artista. Nesse caso, a literatura-arte aparece não como sinônimo de escrita, mas dos vícios produzidos no interior dos meios literários, os quais dão lugar à “macaqueação muito sutil, esse brinquedo de copiar os outros, de arremedar, de levar a sério a brincadeira e fazer um livro como ‘A Marca’” (SABINO; M. ANDRADE, 11/12/1944).

Mediante tal crítica, o caminho que se apresentava para o rapaz era o de “começar de novo”, reassumir seu posto de “irmão pequeno” que prefere “não analisar” e não desenvolver uma “consciência de arte”, mas sim se deixar guiar pelo “irmão mais velho”, de quem previa jamais deixar de precisar (SABINO; M. ANDRADE, 11/12/1944). Tal atitude do jovem, ao fim, foi suficiente para que se projetasse um recomeço da relação educativa iniciada três anos antes. Paradoxalmente, no entanto, o vínculo dos dois escritores teria apenas mais um episódio epistolar, sendo a carta de 6 de janeiro de 1945, enviada por Mário, a última da correspondência; no mês seguinte, o cinquentenário escritor veio a falecer.

Em seu último ato, o mestre fez questão de ressaltar que o perigo para Sabino não estava em n’A *marca*, criação que havia cumprido seu papel com louvor; estava sim no acovardamento do jovem diante do escrito, o que o teria levado a tentar “prevenir o futuro”,

reafirmando a si mesmo contra sua obra (M. ANDRADE; SABINO, 6/1/1945). E foi contra tal situação que o modernista afirmou ser Sabino um ancião que, de algum modo, deveria desgovernar-se em face daquilo que até então o tinha constituído – a escola, sua ideologia, a cultura capitalista, sua origem social, sua literatice de “desde os treze anos” etc. Tratava-se, pois, como já vimos antes, de atribuir à escrita a força de redefinição do sujeito que escreve, estabelecendo para ele uma estrada diferente daquela da *espontaneidade*. Para tanto, seria importante não apenas estudo, mas também tempo. “Leve três anos pra escrever o seu romance novo. Ou cinco. Não faz mal. Mas adquira pelo sofrimento perfeito da análise da vida e dos ‘seus’ autores uma coisa muito mais nobre que a espontaneidade e muito mais espiritual que a sinceridade. Uma convicção” (M. ANDRADE; SABINO, 6/1/1945).

Com isso, apresentava ao jovem uma orientação para o afastar da frieza técnica que pautaria a relação de Machado com seus escritos e que daria lugar a “obras-primas de caráter acadêmico”, nas quais, contudo, “a perfeição se isola na infecunda tristeza da imobilidade” (ANDRADE, 1993b, p. 68). Em vez de um gesto escritural governado pela produtividade literária, o poeta paulista defendia outro, moderado pela funcionalidade que assumiria na vida de Sabino. Em outras palavras, falava de uma escrita, de certo modo, desobrigada da obra: escrever subjetivador, sem objeto nem direção de largada, senão a de marcar aquele que escreve.

Nessa perspectiva, o legado de Mário a Sabino incluía a atribuição de atentar para sua própria verdade, antes de se fiar em qualquer ideal literário. Diante de tal demanda, a escrita, tal como para os filósofos clássicos descritos por Foucault, teria, ao menos em parte, uma função *etopoiética*, afirmando-se como meio de constituição propriamente de um sujeito da escrita. Daí não ser de todo estranho evocar uma escrita de si mantida entre os literatos no século XX. Tal aproximação, todavia, ainda que possa ser feita, iria de encontro àquilo que vimos ser defendido em muitos estudos literários sobre o tema. Isso porque, havendo um si que se escreve, este seria fruto da dissolução do sujeito que iniciou a escrita, e não um dado de antemão, o qual caberia aos estudiosos apenas dissecar.

Decorre daí o estabelecimento de uma ética fundada na obrigação do escritor de expor sua verdade, mas não aquela herdada da qual seria tão somente partícipe; a verdade que deveria ser contada pelo discípulo era aquela *artificiosa*, fundada na convicção e produzida pelo escritor no trabalho crítico operado durante a escrita. Entende-se, com isso, que não seria na obra que se encontraria tal manifestação da verdade do escritor – que, ademais, estaria desobrigado mesmo de chegar a um texto final –, mas no processo contínuo de escrita e de formação. Por isso sugere a Sabino, quanto à sua escrita, que “se esbofe, não

economize nada, gaste tudo, jogue todas as suas cartas na mesa e não blefe. E si o livro não sair bom, diga: perdi. E comece outra partida. Porém no livro defeituoso ou fracassado você terá um caminho” (M. ANDRADE; SABINO, 6/1/1945).

Tratava-se de uma ruptura com a lógica literária, fundada na assertiva da transitoriedade do autor em face da obra, visto instaurar uma esfera subjetivadora para a escrita, na qual, por sua vez, não seria o escritor, mas o escrito que pereceria. Nesse sentido, a escrita de Mário guarda semelhanças com o amor da *Fräulein* Elza, personagem principal de *Amar, verbo intransitivo*, cuja missão

não consistia em dirigir um ato: ensinava o amor integral, tão desnaturado nos tempos de agora! ... Amor calmo, etc. Com a frequência do ideal escrito pelo deus encarcerado, com certeza discípulo de Hans Sachs, Fraülein pouco a pouco mecanizara a sua concepção pobre do amor. Ali o homem-da-vida e o homem-do-sonho vinham se confundir na pregação duma verdade só e, bem mais engraçado ainda, na visão do mesmo quadro. [...] Sem inveja acreditava que os já ensinados reproduziam, breve reproduziriam a visagem gostosa (ANDRADE, 1993, p. 103).

Em ambas as situações, na mestria andradiana e na educação impetrada pela governanta, caberia aos preceptores a função de fazerem de situações de idílio – literário e amoroso, respectivamente –, ocasiões para a formação ética dos discípulos. E, também no romance, era contra a idealização acompanhando a experiência de idílio que tal educação ocorria, sendo necessário, para isso, que os sentimentos pela governanta cedessem o passo a novas experiências amorosas, tão cedo a dor pelo fim passasse.

Carlos sentiu que já estava de luto aliviado. Ao abatimento surdo e desespero dos primeiros dias, continuara uma tristeza cheia de imagem de Fraülein. Quer dizer que a amante principiava a ser idealizada, breve se chamaria Nize, Marília, Salutaris Porta e outros nomes complicados. Não, isso pra Carlos é impossível. Breve Fraülein irá para esse sótão da vida, quartinho empoeirado, aonde a gente joga os trastes inúteis. Até desagradáveis. Mas por agora ela apenas fora viver num quarto andar. Sem elevador. Carlos já carecia de procurar a imagem dela muito alto (p. 144).

Nessa passagem, o exercício forçado de desapego levaria o jovem ao amadurecimento e à concepção de um amor que não se fixasse a um mesmo objeto para se realizar. Da transitoriedade das relações adviria, para os amantes, a ideia de um amor intransitivo. O efeito de tal noção sobre os pupilos, contudo, era apenas passageiro, não tardando até que cada um deles, conforme previsto pela *professora de amor*, desposasse alguma moça da *mesma classe*, estabelecendo uma correspondência entre o ato de amar e o objeto desse amor. Já para *Fräulein*, a ideia de um amor intransitivo era experimentada continuamente, ainda que supusesse pôr termo a tal situação quando, após “mais dois ou três

serviços” (p. 138), retornasse aposentada para a Alemanha, onde pretendia contrair matrimônio.

Enquanto era professora, no entanto, Elza seguia no campo de um amor intransitivo, e nisso distava dos seus pupilos, fadados à objetivação dos seus sentimentos. Não se pode, todavia, imaginar que a governanta não partilhasse do amor por que eram tomados os seus discípulos; trata-se, em vez disso, de reconhecer que, sob tal perspectiva, os amantes não ingressam em uma relação nas mesmas condições. O sofrimento da alemã no momento da despedida dos dois personagens principais dá a ver isso claramente, bem como o modo como o narrador decide terminar a história: “e o idílio de Fräulein realmente acaba aqui. O idílio dos dois. O livro está acabado” (p. 138).

A frase acima, que deveria pôr fim ao texto, não o faz. Em vez disso, o autor convida-nos a “seguir Carlos mais um pouquinho” (p. 140), mostrando sua superação da desilusão. A narrativa é coroada com o reencontro dos namorados, num desfile de Carnaval pela Avenida Paulista, em que a governanta, ao vê-lo, instintivamente atira uma serpentina: “deu um gritinho horrorizada, acertara na testa dele, podia tê-lo ferido... Carlos olhou. Mandou-lhe um gesto rápido de cabeça, quase saudação. E continuou brincando com a holandesa” (p. 147). Não se furtando a uma breve melancolia pela aparente indiferença do rapaz, seus pensamentos fizeram-na concluir, em seguida, que esse era o caminho certo para o rapaz, tal como seria para Luís, seu novo pupilo, e para aqueles que os precederam.

E uma comoção materna se desencadeou no corpo dela, nem via mais Carlos, os olhos batendo de auto em auto pela gente colorida, Carlos... José... Alfredo já casado... Antoninho também já casado... E, mein Gott, tantos!... tomou-a maravilhosa alucinação. Estavam todos por ali amando. Felizes. Habilíssimos. Familiares. Ela era mãe de amor! Estava até bonita. Mãe de amor! Mãe... (p. 147)

Assim, se para os jovens o amor se pudesse realizar plenamente, seria graças à intransitividade dos sentimentos da preceptora, para quem amar era um verbo conjugado sem objeto, não dependendo do sucesso da relação entre os dois amásios, mas da transformação por ele operada nos amantes. Afirmava-se, desse modo, perante a dúvida do narrador – “é coisa que se ensine o amor? Creio que não. Pode ser que sim” (p. 63) –, uma redefinição não somente do gesto amoroso, mas também do gesto educativo: não se ensinava o amor, mas, por meio dele, a *excelência espiritual* de que adviria o verdadeiro amor. Sob referida configuração, a professora não era quem ensinaria a amar, mas aquela que faria o discípulo amar, enquanto ensinava outra coisa. É ao menos o que a ela se apresenta quando deixava seu *homem-do-sonho* falar contra o *homem-da-vida*, sugerindo ser

sua tarefa unicamente acompanhar os educandos em seus primeiros passos no amor, colaborando para sua profilaxia.

A relação educativa estabelecida entre Elza e Carlos encontrou ecos na mestria de Mário, quem defendeu um trato subjetivador com o fazer escritural, fundando algo como uma *escrita intransitiva*, a qual, diferentemente do amor defendido por Fräulein perante seus amantes, não poderia acabar assim que o escrever desse lugar à solidez de uma obra. Diante dessa missão, cabia ao mestre fazer escreverem aqueles que tomava por destinatários, para que, diferentemente do que acontecia na mestria machadiana, a escrita assumisse o papel de elo ético permanente entre o sujeito e sua verdade.

Quanto a isso, pode-se conceber a diferença entre os dois mestres, apontando que Mário de Andrade foi aquele que, por meio de suas cartas, manifestou suas convicções sobre si mesmo, ao passo que incitava seus destinatários a formularem, por si próprios, suas convicções. Em suma, um diálogo constituído em torno da verdade de quem diz. Já Machado de Assis, não tendo sua escrita atrelada a qualquer noção de verdade subjetiva, não se valia da mestria como espaço de manifestação de si mesmo. Daí estar claro o caráter de sua comunicação: um diálogo em torno da verdade objetiva do que se diz, mas que prescinde do vínculo do sujeito consigo mesmo.

Se ambos fundaram suas práticas formativas sobre suas convicções, objetivas e subjetivas, Fernando Sabino, pode-se dizer, foi o escritor sem convicção ou, ao menos, aquele para quem a convicção não se pôde transmutar em matéria para a educação de outros que lhe sucederam. Seu caso é emblemático, pois ele, como vimos, repetiu na entrevista concedida, aos 66 anos de idade, a mesma vontade manifesta na última carta ao mestre: a de seguir sendo o pupilo que recebe cartas e é aconselhado por outros; pupilo que, ademais, inscreveu na pedra sua ligação com a imaturidade, quando, já morto, teve respeitada sua sugestão de epitáfio: *Aqui jaz Fernando Sabino que nasceu homem e morreu menino*. Reforçava-se a jovialidade do literato cujo grande romance, *O encontro marcado*, escrito antes do período da maturidade, foi recebido como um autorretrato torto, narrando a história de um jovem escritor – de nome Eduardo – apartado, ao fim da juventude, do ofício escritural.

Sem nunca ter seguido o caminho de Eduardo, Sabino encarnou o paradoxo do literato gestado pela mestria andradiana, já que, instado a confrontar sua espontaneidade e assim evitar o caminho da imobilidade ética própria ao homem de letras oitocentista, viu-se novamente enredado pela literatura, não em uma destinação apologética, como Machado, mas por meio de uma tarefa (auto)crítica. Assim, sua afirmação de que a literatura havia

morrido (SABINO, 2007) não o levaria a um abandono do ofício, mas tão somente a momentos de questionamento, os quais nunca o impediram de reafirmar seu desejo de recomeçar. “Não desisti: lhe asseguro que ainda pretendo começar” (SABINO, 2007, p. 33), disse a Clarice Lispector em entrevista de 1966, quando indagado sobre o motivo de ter escrito apenas um romance, até então.

Sempre com a escrita no horizonte, Sabino parece ter sido o eterno pupilo, nunca convicto de sua identificação com a figura do literato, nem tampouco de sua potência de escrita, mas sem por isso se evadir de seu posto. Na falta do mestre, tentou dar conta de si mesmo, ser o homem-da-criação e o homem-da-crítica literária ao mesmo tempo, em um ensimesmamento que, antes de o amadurecer no caminho da convicção defendida pelo mestre, foi tolhendo-lhe a confiança que necessitaria para também ele exercer a mestria.

Sempre me senti sozinho e este talvez tenha sido o meu erro. Quis aprender sozinho e perdi a inocência. O artista é um inocente. Era preciso reaprender a olhar tudo como se fosse pela primeira vez. Eu olhei como se fosse a última (p. 35).

E, nesse ponto, podemos assumir que se afastam os modelos de formação de Mário e da personagem alemã de *Amar, verbo intransitivo*, não tanto pelo modo como são conduzidos o aprendizado de Carlos e Sabino, mas pela maneira como as duas relações chegam ao fim. No caso de Fräulein, a continuidade ininterrupta da relação com o pupilo não esteve em questão para si em momento algum, mesmo nos casos em que se julgava apaixonada pelo rapaz. Ela sabia que, no instante em que tivesse promovido, no jovem, o encontro furtivo entre o homem-do-sonho e o homem-da-vida, suas malas deveriam começar a ser refeitas. Por isso,

principia matutando com o desfecho, vem vindo a hora de acabar. Cumpriu a missão dela, o que sabia ensinou. O homem-da-vida e o homem-do-sonho passeiam braços-dados. Quatro contos para cada um. Vamos tomar um chope. Fräulein sente uma fraqueza, sorri de amorosa. Pobre Carlos, vai sofrer... Vem uma revolta: que sofra! e ela então? Grande Alemanha sem recursos, desmantelada. Tudo rapidamente. Porém permanece um desejo mole pelo rapaz. Talvez a ensombre um arrependimento. O homem-da-vida afirma: Não. E vira o chope (p. 131).

A divagação da personagem ainda duraria tempo suficiente para que também o homem-do-sonho urrasse e virasse o chope que lhe cabia, em uma afirmação do encontro desencontrado desses dois irmãos, que mal começara e já ia por findar-se. De qualquer modo, a epifania do encontro decretava o fim do idílio e possibilitava a independência do

pupilo, cuja subjetivação pelo amor, já tendo sido realizada, poderia dar lugar a um amor sólido e objetivo.

Na relação de Mário e seus jovens destinatários, por sua vez, nada que se pudesse equiparar a tal rito de passagem ocorria, do que derivou um sentimento de orfandade por parte de muitos de seus pupilos quando de sua morte. Em Sabino, que apelara ao mestre para um esforço mútuo de renovação dos votos de mestre-e-discípulo que os havia unido três anos antes, o sentimento seria o da solidão de que falamos acima.

Encerrada a relação pelo perecimento do mestre, no entanto, Sabino assumiu para si a clareza de Carlos, quem soube, ao rever sua Fräulein em pleno Carnaval, que o reencontro era efeito de fantasia, e que o diálogo com a antiga professora já não era mais factível. Essa certeza, do fim do diálogo, também subscreveu o contista mineiro quando, mais tarde, veio a embater-se com a ideia de que o que tinha ouvido do mestre poderia ser revestido de atualidade. O mestre estava morto, e o idílio tinha chegado ao fim.

EPÍLOGO

Como no romance narrando o amor de Carlos e Elza, também aqui os partícipes do idílio sobrevivem à sua derrocada, dando um breve testemunho da vida que segue após a modificação. No caso de Mário, essa narrativa já não mais se consumará, e contentamo-nos com aquela que figura na primeira parte da investigação. Sabino, por sua vez, ora consta não como narrador de sua própria história, mas, de algum modo, da de todos nós que lhe sucedemos, visto que sua recusa à mestria é o marco final da história das cartas de formação; evidência incontestável de que aquilo que para tantos antepassados teve importância capital – seja a carta, seja a educação por um preceptor –, já não pode hoje vigor sem certa aura de impostura.

O ocaso da mestria literária não se basta na morte de Mário ou na indisposição de Sabino ao posto. As condições para que isso ocorresse já se vinham afirmando, cremos, pela modificação da discursividade em que constam associadas crítica, verdade e escrita: se antes o ofício da escrita literária estava subsumido na crítica contínua das verdades que constituíam o sujeito escrevente, hoje tal tarefa parece consistir em uma crítica descontínua, mas complementar da verdade do sujeito, a qual sempre se apresenta inacabada. Em outras palavras, não se trata mais de, a cada vez, reinventar o sujeito da escrita, mas de reforçar cada vez mais o autoconhecimento de que dispõe, segundo uma tarefa em longo prazo e, afinal, a fundo perdido.

A mestria literária, então, ver-se-ia abortada pela impossibilidade de os escritores liquidarem suas narrativas pessoais, de modo a poderem se assumir como partícipes da narrativa por vir de novos escritores. O gesto educativo, e quiçá o da própria escrita, então, não se poderia mais afirmar entre os escritores, tão marcados que serão por convicções recalcitrantes.

FONTES

- AGUIAR, Thiago Borges de. **Jan Hus: As cartas de um educador e seu legado imortal**. 2010. 305 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. **O autor em questão em Barthes e Foucault**. Disponível em: <http://www.academia.edu/2543136/O_autor_em_questao_em_Barthes_e_Foucault>. Acesso em: 23 Nov. 2014.
- ANTÓN, Beatriz. La epistolografia romana: Cicéron, Séneca y Plinio. **Helmantica**, Salamanca, p.105-148, jan./ago. 1996.
- ANDRADE, Carlos Drummond de; ANDRADE, Mário de. **Carlos & Mário**: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2002.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A lição do amigo**: Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond. São Paulo: Record, 1983.
- ANDRADE, Mário de. **Cartas a um jovem escritor**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993a.
- _____. **Vida Literária**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993b.
- _____. **Amar, verbo intransitivo – idílio**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Villa Rica, 1993c.
- _____. **A lição do guru**: cartas a Guilherme Figueiredo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. **Correspondente contumaz: cartas a Pedro Nava 1925-1944**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. **Cartas a Murilo Miranda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- _____. **Mário de Andrade escreve cartas a Alceu Meyer e outros**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968.
- _____. **Cartas a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- ANDRADE, Mário de; SABINO, Fernando. **Cartas a um jovem escritor e suas respostas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- ARAÚJO, Roberta Maira de Melo. **Benedicta Valladares Ribeiro (1905-1989)**: formação e atuação. 2010. 221 f. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis, tomo V: 1905 – 1908**. Rio de Janeiro: ABL, 2015. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 100).
- ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis, tomo IV: 1901 – 1904**. Rio de Janeiro: ABL, 2013. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 97).
- ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis, tomo III: 1890 – 1900**. Rio de Janeiro: ABL, 2011. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 94).
- ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis, tomo II: 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: ABL, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 92).
- ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis, tomo I: 1860 – 1869**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto, v. 84).
- BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; PASSEGGI, Maria da Conceição. Escritura feminina e mulher escrita: interfaces da formação autobiográfica docente. **Educação em Questão**, v. 25, n. 11, p. 80-101, jan./abr. 2006.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita seguido de novos ensaios críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

_____. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A parte do fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRAREN, Ingeborg; Mendonça, Antonio da Silveira (orient). **Natureza literária das epístolas morais de Sêneca**. São Paulo, 1989.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **O direito à literatura e outros ensaios**. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

CANDIDO, Antonio. Mário de Andrade. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, n.198, p.69, 1990.

CARIELLO, Rafael. Depois da lavoura. **Revista Piauí**, n.70, jul. 2012. Disponível em: revistapiaui.estadao.com.br/edicao-70/questoes-pos-literarias/depois-da-lavoura. Acesso em: 30 Jul. 2012.

CASTILLO, Carmen. La epístola como género literário: de la antigüedad a la edad media latina. **Estudios Clásicos**, Madrid, v.18, n.73, p.427-442, nov. 1974.

CAZES, Leonardo; MEIRELES, Maurício. **Em carta secreta, Mário de Andrade comenta com Manuel Bandeira boatos sobre sua 'tão falada' homossexualidade**. O Globo. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-secreta-mario-de-andrade-comenta-com-manuel-bandeira-boatos-sobre-sua-tao-falada-homossexualidade-2-16481140>>. Acesso em: 7 Jul. 2015.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. **Artes de fazer de uma congregação católica: uma leitura certausiana da formação e trajetória das filhas da Imaculada Conceição (1980-1909)**. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAVID, Rita de Cássia Ribeiro. **Em busca da carta roubada: alguns aspectos relacionados ao mal-estar docente**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Força da lei: o fundamento místico da autoridade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DIETZSCH, Mary Julia Martins. Professoras dialogam com o texto literário. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n.122, p.359-389, 2004.

EPPRECHT, Catharina. A imaginação na escrita de si: estudo a partir de Sérgio Sant'Anna. **Palimpsesto**. n.14. v.11, p. 1-18, 2012.

ESCOSTEGUY, Jorge. Fernando Sabino: Memória Roda Viva. **Roda Viva**. 1989. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/278/entrevistados/fernando_sabino_1989.htm>. Acesso em: 12 Jul. 2014..

FAVACHO, André Marcio Picanço. Rir das solenidades da origem: ou o inesperado da pesquisa em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 555-569, maio/ago. 2010.

FAVARETTO, Celso. Arte contemporânea e educação. **Revista Iberoamericana de Educación**. Madrid, n.53, p.225-235, maio/ago. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

_____. Conversa com Michel Foucault. In: _____. **Ditos e Escritos VI: Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. p.289-347.

- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- _____. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- _____. O que é um autor? In: _____. **Ditos e Escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a. p.264-298.
- _____. Pensamento do exterior. In: _____. **Ditos e Escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p.219-242.
- _____. Arqueologia de uma paixão. In: _____. **Ditos e Escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009c. p. 400-410.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 260-281.
- _____. Desembaraçar-se da filosofia. In: POL-DROIT, Roger. **Entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006b.
- _____. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger. **Entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006c.
- _____. A escrita de si. In: _____. **Ditos & Escritos V**: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Danilo. **Escritores brasileiros ao vivo**. v. 1, Belo Horizonte: Comunicação, INL, 1979.
- IONTA, Marilda. **As cores da amizade cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade**. São Paulo: Annablume, 2007.
- KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro o retorno do autor e a virada etnográfica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & Realidade**, v.29, n.1, p.27-43, jan./jun., 2004.
- LEAL, Telma Ferraz; LUZ, Patrícia Santos da. Produção de textos narrativos em pares: reflexões sobre o processo de interação. **Educação e Pesquisa**, v.27, n.1, p.27-45, 2001.
- LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo**. 2008. 268p. Dissertação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LOPONTE, Luciana Grupelli. Docência artista: arte, gênero e ético-estética docente. **Educação em Revista**, n.43, p.35-56, jun. 2006.
- MACIEL, Keila Mara de Souza Araújo. Memórias de uma vida imaginária: a escrita de si em *O Amanuense Belmiro*. **Revista Versalete**. Curitiba, v. 2, n. 3, p. 439-449, jul./dez. 2014.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATOZINHO, José Carlos. **Prezado professor[...]: correspondências de Caio Prado Júnior como via pedagógica de convicções políticas**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Exercício de intimidade: uma aproximação com a aprendizagem da escrita de si. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.22, n. 40, p. 237-246, jul./dez. 2013.
- MIRANDA, Tiago dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.41-45.

MORAES, Marcos Antonio de. **Epistolografia e crítica genética**. Ciência e Cultura, São Paulo, v.59, n.1, p.30-32, jan./mar. 2007a.

MORAES, Marcos Antonio de. **Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007b.

O'LEARY, Timothy. **Foucault and fiction: the experience book**. London; New York: Continuum, 2009.

PEREIRA, Virgínia Soares. **Plínio e a sombra tutelar de Cícero**. Ágora: Estudos Clássicos em Debate, Braga, n.8, p.79-104, 2006.

PERES, Eliane; ALVES, Antônio Maurício Medeiros. **Cartas de professor@s, cartas a professor@s: escrita epistolar e educação**. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

PINO, Claudia Amigo; ZULAR, Roberto. **Escrever sobre escrever: uma introdução crítica à crítica genética**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007

PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth. Vigotski e Leontiev: ressonâncias de um passado. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n.136, p.285-314, jan./abr. 2009.

RIBAS, Maria Cristina Cardoso. **Onze anos de correspondência: os machados de Assis**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta**. São Paulo: L&PM, 2008.

RIO, João do; GENS, Rosa. **O momento literário**. Rio de Janeiro, Edições do Departamento Nacional do Livro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SABINO, Fernando. Fernando Sabino. In: **Clarice Lispector: Entrevistas**, Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SÁNCHEZ, Armando José Ríos. La epistolografía: Roma y el renacimiento. Costa Rica: **Kañina**, v.35, n.2, p. 37-49, 2011.

SCABIN, Rafael Cesar. **As cartas jesuíticas do século XVI e a ars dictaminis medieval: uma proposta de leitura documental**. Londrina, 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo, Machado de Assis**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SENNA, Homero. **República das Letras**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1968.

SIEGEL, Lee. **Quem estragou as humanidades?** The Wall Street Journal, 2013. Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2013/08/quem-arruinou-as-humanidades-por-lee-siegel/> Acesso em: 22 Abr. 2014.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. A literatura brasileira de temática homoerótica e a escrita de si Literatura homoerótica e escritas de si. **Language and Culture, Acta Scientiarum**. v. 36, n. 1, 2014.

SILVA, Cláudio Roberto da. **Entre literatura, memória e história: a escrita de si em Getúlio Vargas e em Graciliano Ramos**. 2014. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

SILVA, Mara Lúcia Barbosa da. **Caio Fernando Abreu: correspondências**. XI Seminário Nacional de Literatura, História e Memória e II Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano. UNIOESTE : Cascavel-PR, 2013.

SILVA, Rosa da. **Anarquismo, Ciência e Educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)**. 2013. 379 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUSA, Marcio Jean Fialho de. **A postura de Eça de Queirós à luz dos debates educacionais em Portugal**. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Eneida Maria de. **Correspondência Mario de Andrade & Henriqueta Lisboa**. São Paulo: Editora Peirópolis: Edusp, 2010.

SÜSSEKIND, Flora. **Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Casa de Rui Barbosa, 2001.

TEIXEIRA, Jerônimo. **O modernista malogrado**. Veja. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/o-modernista-malogrado/>>. Acesso em: 7 Jul. 2015.

VEYNE, Paul. **Foucault o pensamento a pessoa**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Na batalha da educação**: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). São Paulo: CDAPH-USF/IEB, 2002.

VIEIRA, Jarbas Santos. Cartas de viagem (um exame das cartas de Pero Vaz de Caminha e de Manoel da Nóbrega). **Cadernos de Educação**, n.12, jan./jun. 1999.

WERNECK, Maria Helena. Veja como ando grego, meu amigo: os cuidados de si na correspondência machadiana. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.137-145.

WILLEMART, Philippe. **Crítica genética e psicanálise**. São Paulo, Perspectiva, Brasília, CAPES, 2005.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Joelma Sampaio de. **Flagrantes da vida escolar brasileira – final do século XIX e início do XX (relatos autobiográficos)**. 1996. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca**. São Paulo: Alameda, 2006.
- ANDRADE, Mário de. **Correspondência Mário de Andrade & Henriqueta Lisboa**. São Paulo: Editora Peirópolis; Edusp, 2010.
- ANDRADE, Mário de. **Cartas Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- ARANHA, Graça. **Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre esses dois escritores**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1942.
- ASHBERY, John. Sobre Raymond Roussel. **Sopro 98**. Desterro: Cultura e Barbárie, p.16-17, nov. 2013. Dossiê Raymond Russel.
- ASSIS, Machado de.; AZEREDO, Magalhães. **Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Ministério de Educação, 1969.
- BARRETO, Lima. **Correspondência. Ativa e Passiva**. São Paulo: Brasiliense, t.2, 1961.
- BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- BATAILLE, Georges. **Os Comedores de Estrelas**. Sopro 98: Dossiê Raymond Russel, Desterro: Cultura e Barbárie, p.56-60, nov. 2013.
- BECKETT, Samuel. **The letters of Samuel Beckett (1929 – 1940)**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **“Sur le concept d’histoire” (1940). Écrits français**. Paris: Gallimard, 1991.
- BERKIN, Sarah Corona. Infância Heterogênea, Educação Homogênea? Cartas de amor em três grupos de crianças mexicanas. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.2, p.66-76, jul./dez. 2010.
- BRETON, André. Raymond Roussel. **Sopro 98**. Desterro: Cultura e Barbárie, p.26, nov. 2013. Dossiê Raymond Russel.
- CARVALHO, Cláudia. **Dalton Trevisan: nunca jamais pensei merecer tamanha distinção**. Portugal P. Disponível em: <<https://www.publico.pt/cultura/noticia/dalton-trevisan-mesmo-ausente-fezse-ouvir-nunca-jamais-pensei-merecer-tamanho-distincao-1577264>>. Acesso em: 29 Abr. 2014.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- COSTA, Patrícia Coelho da. **Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DE MAN, Paul. **Blindness and insight essays in the rhetoric of contemporary criticism**. London: Methuen, 1983.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. **Carta a um crítico severo**. In: _____. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ELUARD, Paul. Raymond Roussel: a estrela na testa. **Sopro 98**. Desterro: Cultura e Barbárie, p.17-18, nov. 2013. Dossiê Raymond Russel.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Ditos e Escritos III: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Ditos e Escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **Raymond Roussel**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999b.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREFYUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.253-278.

GAIOTO, Alexandre. **Dois encontros com Dalton Trevisan, autor de “Cemitério de elefantes”**. Jornal do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2010/02/20/dois-encontros-com-dalton-trevisan-autor-de-cemitério-de-elefantes>>. Acesso em: 16 Abr./ 2014.

LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleyre**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MORAES, Marcos Antonio de. (Org.). **Mário, Otávio: Cartas de Mário de Andrade a Otávio Dias Leite (1936 – 1944)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes: IEB – USP, 2006.

_____. **Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. (Org.). **Mário e o pirotécnico aprendiz: cartas de Mário de Andrade e Murilo Rubião**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **Pedagogia e governamentalidade ou Da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

O'LEARY, Timothy. Filosofia, literatura, experiência. In: _____. **Antíteses**, v.5, n.10, p.875-896, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Nelson. **Grandes entrevistas: Dalton Trevisan**. Tiro de Letra, 2004, São Paulo. Disponível em: www.tiroletra.com.br/entrevistas/DaltonTrevisan.htm>. Acesso em: 16 Abr. 2014.

PEREIRA, Rosemeire França de Assis Rodrigues. **A literatura de José de Anchieta e a gênese da educação brasileira**. 2006. 181 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Os heróis da literatura. In: _____. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25 n. 71, p. 251-267, jan./abr. 2011.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **São Paulo: redirecionando sua história**. São Paulo, 1992.

SANCHES NETO, Miguel. **Vampiro, mas nem tanto**. Bravo! Disponível em: <<http://bravonline.abril.com.br/materia/vampiro-nem-tanto>>. Acesso em: 29 Abr. 2014.

SCABIN, Rafael Cesar; NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo (orient). **A correspondência jesuítica e a vivência religiosa dos colonos do planalto paulista (1549-1588)**. São Paulo, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. Fragmentos da vida nobre em Portugal setecentista. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 77-88.

TREVISAN, Dalton. **Desgracida**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

Apêndice I – Correspondências de Machado de Assis

Correspondente	Passiva	Ativa	Total	Primeira	Última
ANTONIO SALES (1868 -1940)	1	0	1	21/jun/1897	21/jun/1897
BELMIRO BRAGA (1872- 1937)	2	4	6	21/jun/1885	26/fev/1900
CAETANO FILGUEIRAS (1830-1882)	3	1	4	22/jul/1864	s/m,1869
CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO (1872 - 1963)	89	50	139	21/out/1892	20/set/1908
CAROLINA NOVAIS (1835-1904)	0	2	2	2/mar/1869	2/mar/1869
COELHO NETO (1864- 1934)	3	0	3	19/ago/1885	3/fev/1897
DOMÍCIO DA GAMA (1862 - 1925)	1	0	1	12/jun/1892	12/jun/1892
ENEIAS GALVÃO (1863-1916)	0	1	1	30/jul/1885	30/jul/1885
FAUSTINO NOVAIS (1820-1869)	5	1	6	17/fev/1865	21/abr/1868
FRANCISCO DE CASTRO (1857-1901)	1	1	2	4/ago/1878	31/jul/1899
GRAÇA ARANHA (1868 - 1931)	4	1	5	22/jan/1896	21/dez/1900
JOAQUIM NABUCO (1849 - 1910)	19	31	50	1/jan/1865	7/dez/1900
JOAQUIM SERRA (1838- 1888)	14	0	14	16/nov/1864	22/maio/1885
JOSÉ DE ALENCAR (1829- 1877)	1	1	2	18/fev/1862	29/fev/1862
JOSÉ JOAQUIM PEREIRA DE AZURARA (1832-?)	5	0	5	25/jan/1870	4/ago/1872
LUCIO DE MENDONÇA (1854 - 1909)	4	0	4	24/jan/1872	18/jul/1900
MARIO DE ALENCAR (1872 - 1925)	2	23	25	11/jul/1897	ago/1908
OLAVO BILAC (1865 - 1918)	3	0	3	10/fev/1896	19/jul/1897
QUINTINO BOCAIUVA (1836- 1912)	2	5	7	dez/1862- mar/1863	21/jun/1899
SIZENANDO NABUCO (1842-1892)	3	0	3	4/abr/1864	24/abr/1864
VALENTIN MAGALHÃES (1859- 1903)	5	0	5	25/dez/1896	4/ago/1899
TOTAL	167	121	288		

Apêndice II – Correspondências de Mário de Andrade

Correspondente	Passiva	Ativa	Total	Primeira	Última
ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO (1918 - 2008)	18	0	18	3/jul/1940	22/dez/1944
ARALDO ALEXANDRE (1902 - 1987)	1	1	2	4/fev/1938	12/fev/1938
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (1902 - 1987)	70	91	161	10/nov/1924	23/fev/1945
CRISTIANO MARTINS (1913 - 1990)	1	0	1	3/dez/ 1944	3/dez/ 1944
FERNANDO MENDES DE ALMEIDA *	50	0	50	s/m, 1930	21/set/1943
FERNANDO SABINO (1923 - 2004)	25	23	48	15/jan/1942	6/jan/1945
GRAÇA ARANHA (1868 - 1931)	9	1	10	s/m, 1925	4/maio/1930
GUILHERME FIGUEIREDO (1915 - 1997)	33	45	77	3/ago/1939	2ª quinz./ fev/1945
HELIO PELLEGRINO (1924 - 1988)	12	0	12	15/maio/1943	fev/1945
HENRIQUETA LISBOA (1901 - 1985)	62	54	116	12/nov/1939	fev/1945
JOÃO ETIENNE FILHO (? - 1998)	16	0	16	7/jul/1939	29/dez/1944
JOSÉ ANTONIO FERREIRA PRESTES (1913 - 1990)	1	0	1	24/jul/1929	24/jul/1929
JOSÉ DANTAS MOTA (1913 - 1990)	7	0	7	28/set/1933	26/dez/1944
LEDO IVO (1924 - 2012)	2	0	2	6/mar1944	10/jul/1944
LIGIA FAGUNDES TELES (1923 -)	2	0	2	13/mar/1944	s/m, 1944- 1945
MOACIR W. DE CASTRO (1915 - 2010)	22	23	45	9/jan/1940	3/fev/1945
MURILO MIRANDA (1872- 1937)	159	142	301	21/maio/1938	17/fev/1945
MURILO RUBIÃO (1912 - 1971)	12	10	22	nov-dez/1939	27/dez/1943
ONEYDA ALVARENGA (1913 - 1990)	82	71	153	19/jun/1932	s/m, 1941- 1942
OSWALDO ALVES *	8	0	8	s/m, 1941- 1943	dez/1944
OTÁVIO DE FREITAS JÚNIOR (1913 - 1990)	44	0	44	Ant 7/set/1939	2/nov/1944

* Datadas de nascimento e de morte desconhecidas.

OTAVIO DIAS LEITE (1914- 1970)	19	10	29	16/out/1939	19/ago/1944
OTTO LARA REZENDE (1922 - 1992)	1	1	2	25/set/ 1944	25/set/ 1944
PAULO MENDES CAMPOS (1922 - 1991)	3	0	3	5/dez/1943	10/out/1944
PEDRO NAVA (1903 - 1984)	13	12	25	15/jan/1925	11/mar/1944
TOTAL	672	484	1156		

Apêndice III – Literatos de referência e suas correspondências

ESCRITOR	LOCALIZAÇÃO
1. MANUEL ARAÚJO PORTO-ALEGRE (1806-1879)	BIBLIOTECA NACIONAL
2. GONÇALVES DIAS (1823-1864)	BIBLIOTECA NACIONAL
3. JOSÉ DE ALENCAR (1829-1877)	CASA DE RUI BARBOSA
4. ÁLVARES DE AZEVEDO (1831-1852)	-
5. MACHADO DE ASSIS (1839-190)	ABL
6. CASTRO ALVES (1847-1871)	-
7. JOAQUIM NABUCO (1849-1910)	ABL
8. JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916)	ABL
9. COELHO NETO (1864-1934)	BIBLIOTECA NACIONAL
10. OLAVO BILAC (1865-1918)	ABL
11. EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909)	IMS - CASA DE RUI BARBOSA
12. EMÍLIO DE MENESES (1866-1918)	-
13. GRAÇA ARANHA (1868-1931)	CASA DE RUI BARBOSA
14. ALPHONSUS DE GUIMARAENS (1970-1921)	ABL
15. CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO (1972-1963)	ABL
16. LIMA BARRETO (1881-1922)	BIBLIOTECA NACIONAL
17. JOÃO DO RIO (PAULO BARRETO) (1881-1921)	-
18. MONTEIRO LOBATO (1882-1948)	UNICAMP
19. MANUEL BANDEIRA (1886-1968)	CASA DE RUI BARBOSA
20. OSWALD DE ANDRADE (1890-1954)	UNICAMP
21. GRACILIANO RAMOS (1892-1953)	IEB
22. MÁRIO DE ANDRADE (1893-1945)	IEB
23. MURILO MENDES (1901-1975)	-
24. ALCÂNTARA MACHADO (1901-1935)	IEB
25. JOSÉ LINS DO RÊGO (1901-1957)	FUND. ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA
26. CECÍLIA MEIRELES (1901-1964)	UNICAMP (PARCIAL)
27. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (1902-1987)	IMS
28. ÉRICO VERÍSSIMO (1905-1975)	IMS - MEMORIAL ÉRICO VERÍSSIMO
29. MÁRIO QUINTANA (1906-1994)	IMS
30. GUIMARÃES ROSA (1908-1967)	IEB
31. RACHEL DE QUEIROZ (1910-2003)	-
32. NELSON RODRIGUES (1912-1980)	-
33. RUBEM BRAGA (1913-1990)	-
34. VINÍCIUS DE MORAES (1913-1980)	-
35. JOÃO CABRAL DE MELO NETO (1920-1999)	-
36. CLARICE LISPECTOR (1920-1977)	IMS
37. PAULO MENDES CAMPOS (1922-1991)	IMS
38. OTTO LARA RESENDE (1922-1992)	IMS
39. LYGIA FAGUNDES TELES (1923-)	IMS
40. FERNANDO SABINO (1923-2004)	UFMG
41. HILDA HILST (1930-2004)	UNICAMP
42. PAULO LEMINSKI (1944-1989)	CPDOC (PUC-PR)
43. CAIO FERNANDO ABREU (1948-1996)	PUCRS (DELFO)
44. ANA CRISTINA CESAR (1952-1983)	IMS